

A Educação não parou

APRENDIZAGENS E REFLEXÕES SOBRE
AS INICIATIVAS QUE PERMITIRAM
ÀS ESCOLAS ENFRENTAR AS LIMITAÇÕES
IMPOSTAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

ORGANIZAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE
SECRETARIOS DE EDUCAÇÃO

Fundação **Santillana**



A Educação não parou

Fundação **Santillana**



FUNDAÇÃO SANTILLANA

Diretor-Executivo

Luciano Monteiro

Diretor de Políticas Públicas

André Lázaro

Diretora Acadêmica

Solange N. C. Petrosino

Gerente de Projetos

Karyne Alencar Castro

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação e edição

Ana Luisa Astiz/AA Studio

Preparação

Natasha Ribeiro

Revisão

Juliana Caldas

Diagramação

Walkyria Garotti

Impressão

Gráfica Elyon

Lote

2531

Código

15106344

CONSED

Presidente

Vitor de Angelo

Vice-presidentes

Cecília Motta

Getúlio Marques

Alexandre Valle

Renato Feder

Aberson Carvalho

Diretora Institucional

Nilce Costa

Assessor de Comunicação

Eduardo Colin

Textos originais e edição

Fernando Leal e Paulo de Camargo

Nota

Por concisão, em geral adotamos nos textos deste livro o gênero masculino, mas sempre nos referimos a alunas e alunos, professoras e professores, coordenadoras e coordenadores, diretoras e diretores etc.

Fevereiro de 2023. Distribuição gratuita.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Educação não parou [livro eletrônico] :

aprendizagens e reflexões sobre as iniciativas que permitiram às escolas enfrentar as limitações impostas pela pandemia de COVID-19 / organização Conselho Nacional de Secretários de Educação. -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Santillana, 2023.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-63489-00-5

1. Coronavírus (COVID-19) - Educação 2. Educação a distância 3. Educação pública 4. Tecnologia educacional I. Conselho Nacional de Secretários de Educação.

23-144919

CDD-371.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Tecnologia educacional : Metodologia de ensino : Educação 371.33
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

A Educação não parou

APRENDIZAGENS E REFLEXÕES SOBRE
AS INICIATIVAS QUE PERMITIRAM
ÀS ESCOLAS ENFRENTAR AS LIMITAÇÕES
IMPOSTAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

ORGANIZAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE
SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

PREFÁCIO

7 Construindo futuros em parceria

ANDRÉ LÁZARO

PARTE I: CONTEXTO

11 Redes transformadas: a reinvenção da Educação pública

VITOR DE ANGELO, CECILIA MOTTA, GETÚLIO MARQUES,
LEILA PERUSSOLO, ALEXANDRE VALLE E RENATO FEDER

23 A Unesco e a pandemia: a Coalizão Global e a importância de um novo contrato social

REBECA OTERO E CELIO DA CUNHA

PARTE II: PANORAMA DOS ESTADOS

35 Acre

40 Alagoas

45 Amapá

50 Amazonas

56 Bahia

61 Ceará

67 Distrito Federal

72 Espírito Santo

77 Goiás

82 Maranhão

88 Mato Grosso

94 Mato Grosso do Sul

100	Minas Gerais
105	Pará
111	Paraíba
116	Paraná
121	Pernambuco
126	Piauí
131	Rio de Janeiro
136	Rio Grande do Norte
142	Rio Grande do Sul
147	Rondônia
152	Roraima
157	Santa Catarina
163	São Paulo
168	Sergipe
174	Tocantins
179	Produção de documentação pelas Secretarias Estaduais de Educação
184	A Fundação Santillana
185	O Conselho Nacional de Secretários de Educação

Prefácio

Construindo futuros em parceria

ANDRÉ LÁZARO

Diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana.

As intensas transformações do mundo contemporâneo exigem que as práticas educativas fortaleçam seus laços com os valores fundamentais das sociedades humanas. Como advertência, o documento mais recente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) diz que “enfrentamos uma escolha existencial: continuar em um caminho insustentável ou mudar radicalmente de rumo”¹.

Já não há mais tempo para postergar decisões sobre o respeito às demais formas de vida com as quais compartilhamos o planeta, nem para silenciar sobre as profundas desigualdades que progressivamente aumentam abismos entre grupos e sociedades humanas. A pandemia de covid-19 soa como um novo alerta para a humanidade, somando-se a outros sinais cuja gravidade subestimamos: a emergência climática, o crescimento da pobreza, a baixa representatividade política de segmentos sociais, regiões e nações, o brutal crescimento dos interesses financeiros que ignoram as necessidades reais de vida digna de milhões de pessoas.

No Brasil, a pandemia, além de fechar por longo tempo as escolas, conviveu com polêmicas sobre a validade da ciência e a eficácia das vacinas, o que aumentou a insegurança da população. Além

1. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para educação*. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, Unesco. Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. p. 5.

disso, a falta de conectividade de parte das escolas e das famílias pobres restringiu direitos de crianças e jovens. Para a Educação e aqueles que a valorizam, vencer esse longo período de incertezas foi uma prova de confiança nos valores que a sustentam.

À Educação, como campo da experiência humana, foi atribuída a complexa tarefa de preservar o passado para compreender o presente e projetar futuros. Seus desafios se multiplicam na velocidade das transformações que inovações tecnológicas e estruturas políticas impõem às formas de relacionamento entre as pessoas, os países e o ambiente. Já quase nos esquecemos de que há um mundo comum para zelar e que a solidariedade, a paz e o respeito à diversidade não perderão relevância no amanhã.

Nesse quadro de urgências, a Fundação Santillana assumiu um desafio: contribuir e dar visibilidade a conceitos, programas e iniciativas educacionais que promovem as necessárias inovações criadoras de que precisamos para transformar o presente e garantir novas realidades imagináveis.

Esse é o espírito desta publicação, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Unesco: o que aprendemos com a pandemia? A pergunta admite respostas múltiplas, muitas ainda em elaboração. Estão reunidos aqui alguns dos aprendizados desse período, desde a relevância das articulações intersetoriais até a constatação da gravidade da pobreza que afeta parte expressiva de nossos estudantes e suas famílias. Os relatos revelam a coragem com que a maior parte das redes, seus integrantes e parceiros da sociedade civil enfrentaram as ameaças da pandemia e as omissões do governo federal, de modo a manter os vínculos que estruturam as relações educacionais. Em meio a tensões e contradições, a Educação resistiu.

Resistir é criar alternativas para a promoção e a preservação dos valores que dão sentido à vida coletiva e individual. Este livro registra como ocorreram as distintas formas de resistência, ou seja, como as forças transformadoras do ecossistema educacional se mobilizaram para preservar na prática aquilo que qualifica a Educação como experiência social.

A pandemia não será a última crise de grandes proporções a ser enfrentada e sim apenas mais uma de uma série que já se anuncia,

como dizem muitos especialistas. Há outros desafios notáveis, e os mais prementes são da ordem da cidadania, da ética e da política. É preciso promover nas práticas cotidianas das milhares de escolas de nosso país os valores que sustentaram a resistência e as inovações relatadas: o exercício permanente da democracia e do diálogo, o sentido da solidariedade em que todos se reconhecem como sujeitos de direitos, a importância da ciência como forma de conhecimento e o cuidado com o mundo em que vivemos. Que os registros apresentados inspirem a transformação que o presente nos pede e que nossas crianças e jovens esperam que sejamos capazes de realizar.

PARTE 1

Contexto

Redes transformadas: a reinvenção da Educação pública no contexto da pandemia

VITOR DE ANGELO

Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

**CECILIA MOTTA, GETÚLIO MARQUES, LEILA PERUSSOLO,
ALEXANDRE VALLE E RENATO FEDER**

Vice-presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Diante de um planeta estarrecido com a escalada em velocidade inédita de uma nova doença, a covid-19, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em 11 de março de 2020. Não mais do que uma semana depois, todas as redes estaduais de ensino haviam suspenso totalmente as aulas, sem prazo de retorno. Começava uma das mais longas e graves crises da Educação no Brasil, com impactos que serão ainda sentidos por muito tempo.

Nas escolas, o cenário era de pânico: professores esvaziando armários, levando para casa o que podiam, despedindo-se de seus colegas e alunos. Em média, as escolas brasileiras ficaram 279 dias fechadas apenas em 2020, segundo a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep/MEC).

Aquelas primeiras semanas – e, também, os primeiros meses – significaram, de certo modo, uma reinvenção da Educação para operar no contexto emergencial. Era preciso tomar um conjunto de decisões, dentro da realidade de cada unidade federativa de um país marcado pela diversidade e por imensas desigualdades.

É evidente que, agora, todos os esforços devem estar voltados para a recomposição das aprendizagens. Milhões de estudantes deixaram de aprender o que era previsto para suas faixas etárias, por exemplo, na fase de alfabetização. O país ainda precisará descobrir como garantir esse direito a crianças e adolescentes da Educação Básica – mas, também, para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de outras modalidades.

Ao mesmo tempo, é preciso olhar para tudo o que aconteceu naquele período, pois as lições devem ser não só aprendidas, mas disseminadas, em um processo de intercâmbio de boas práticas e de aprofundamento da compreensão do ocorrido – inclusive de uma perspectiva global, como mostra a Unesco, no texto seguinte (p. 23). É de vital importância que as ações efetivas de cada estado no enfrentamento da pandemia, no âmbito da Educação, sejam registradas, contextualizadas, entendidas – e este é o objetivo desta publicação do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (Consed).

Isso não significa que houve um cardápio infinito de soluções. Embora cada unidade federativa tenha escolhido prioridades, conforme suas próprias circunstâncias econômicas, políticas, sociais e pedagógicas, há claras similaridades entre os processos. Afinal, em um tempo de incertezas agudas, era preciso acompanhar o que os outros estavam fazendo, a fim de dialogar e buscar parcerias. Nesse aspecto, o trabalho realizado pelo Consed foi essencial para articular o intercâmbio de experiências, organizar a oferta de acordos, dialogar com os gestores públicos, e apontar caminhos, em todas as áreas.

Da mesma forma, para quase todos os estados, foi essencial contar com o apoio e a parceria de organizações da sociedade civil, como institutos e fundações, bem como de universidades públicas e outras instituições. Muitas foram as organizações que contribuíram, em âmbito local, regional ou nacional, e, para evitar exclu-

sões e esquecimentos, não serão nomeadas nesta publicação.

Diante de um desafio tão complexo, era fundamental, também, que os governos dessem respostas sistêmicas. Tão importante quanto manter a Educação viva por meio do ensino remoto, havia o imperativo de preservar a segurança alimentar de populações inteiras que tinham, na merenda escolar, a garantia de subsistência. Tão urgente quanto preparar os professores para o uso das ferramentas digitais, era oferecer suporte emocional a docentes, famílias e estudantes, todos sofrendo o impacto de uma doença avassaladora de alcance global. Tão necessário quanto investir em equipamentos, redes digitais e reformas físicas, era preservar a legalidade de todos os processos administrativos e pedagógicos, em diálogo com os órgãos de controle.

Muitos desses aprendizados, segundo o relato dos mais de oitenta secretários da Educação, superintendentes e gerentes de área, diretores e professores entrevistados para este livro, já estão sendo, definitivamente, incorporados às rotinas da gestão pública em seus estados¹. Esse conjunto de conhecimentos compõe, também, um repertório de reação rápida para desafios futuros nos mais diferentes cenários, não necessariamente o de uma nova pandemia – que ainda pode vir a ocorrer. Basta lembrar que muitas soluções e análises foram encontradas na história da última grande crise sanitária do século passado, a gripe espanhola.

Embora existam diversas particularidades, como seria esperado, é possível identificar alguns movimentos convergentes nas respostas dos estados à emergência. Todos fazem parte, agora, desse novo momento da Educação, um passo que precisava ser dado para avançar na construção de um sistema de ensino mais democrático, inclusivo e eficiente. A seguir, são listados alguns desses aspectos, sem a pretensão de esgotá-los.

1. Todos os entrevistados foram indicados pelas próprias Secretarias da Educação de cada estado e ocupavam as respectivas funções citadas à época das entrevistas, que aconteceram entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022.

A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Na administração pública, as dificuldades de ação intersetorial, integrada e articulada são bastante conhecidas. Setores de administração têm, tradicionalmente, pouco diálogo com as instâncias de controle, como os tribunais de contas, o Ministério Público, as Varas da Infância, da Juventude e de Família, a Defesa Civil, entre outras áreas. Também é baixa a articulação com as áreas da saúde, da assistência social, da segurança e da economia.

Entretanto, tudo isso teve de ser rapidamente superado desde o início da pandemia. A primeira providência de muitas unidades federativas foi a criação de gabinetes de crise, formados por mais de uma dezena de membros. Colocar essas pessoas na mesma mesa foi essencial para pensar coletivamente os caminhos a serem seguidos, mas também se mostrou fundamental para garantir a celeridade dos processos. Afinal, eram decisões compartilhadas, em que os representantes de cada setor não agiam como fiscais críticos de fatos consumados, mas como partícipes de um planejamento em comum. Passaram a entender melhor as razões das medidas, bem como as dificuldades de sua implementação. Todos aprenderam lições de vida em tempo real, o que ajudou na superação de entraves que, antes, pareciam insolúveis. Em resumo, houve um diálogo contínuo e marcado pela compreensão entre a Educação e todas as áreas da administração pública com as quais se relaciona.

INFRAESTRUTURA LEGAL E A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Assim como os comitês intersetoriais tiveram um papel central na implementação de medidas emergenciais, de igual importância foi a flexibilização da legislação em diferentes situações, o que ocorreu em todo o país. Afinal, em um sistema altamente burocratizado, emergiram, de imediato, muitas questões urgentes. Como contabilizar as horas e dias letivos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)? Como ficaria a avaliação? Como reorganizar o currículo, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já estava vigente?

O Conselho Nacional de Educação (CNE) respondeu no tempo necessário com orientações para todas as redes de ensino. Em 28

de abril de 2020, o órgão aprovou, por unanimidade, as diretrizes para orientar escolas da Educação Básica e instituições de Ensino Superior durante a pandemia de covid-19.

A partir de então, foi possível que os Conselhos Estaduais de Educação emitissem suas próprias orientações, o que permitiu aos gestores reorganizar calendários e formas de aferição de presença, entre outros instrumentos, para assegurar a conformidade legal do ensino remoto, garantindo segurança jurídica às ações dos estados nesse âmbito.

No mesmo sentido, a adoção do *continuum* curricular², considerando o planejamento integrado dos anos 2020 e 2021, foi uma das medidas mais citadas por todas as redes para dar sustentação às ações de busca ativa escolar, para diminuir a evasão e o abandono e para preparar as redes para o retorno às aulas presenciais.

ARTICULAÇÃO E REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Durante todo o período de isolamento social e, também, depois do retorno às aulas, tornou-se uma queixa generalizada de estados e municípios, bem como de outros atores sociais, a ausência ou, ao menos, a falta de protagonismo do MEC durante a pandemia.

Embora a estrutura definida pela Constituição Federal de 1988 e a LDB atribuam autonomia aos estados e municípios sobre suas redes, o MEC teria o papel essencial de articular e de organizar a resposta à crise, protagonismo do qual abriu mão. Assim, o Consed, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), passou a articular ações e estratégias em diversas frentes. Em muitos momentos, o terceiro setor se fez presente, suprindo produtos, serviços, formação e tecnologia para fortalecer redes extremamente fragilizadas diante do tamanho do desafio.

2. Ver: Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192.

Os impactos dessa ausência do MEC ainda serão estudados ao longo do tempo, mas foi frequentemente acusada, durante a pandemia, em áreas como avaliação, vacinação de professores, negociação com as grandes operadoras de telefonia para oferta de sinal gratuito para os estudantes mais vulneráveis, entre outros aspectos.

EDUCAÇÃO REMOTA E MATERIAIS IMPRESSOS

Tão logo as aulas foram suspensas, a viabilidade das aulas remotas foi colocada em pauta, basicamente, por três expedientes, escolhidos conforme o contexto de cada unidade federativa: a parceria ou a compra de horários nas televisões regionais privadas ou públicas, para a transmissão de programas educativos; a criação de programas de rádio; e, sem dúvida, a oferta de aulas síncronas e assíncronas em plataformas digitais.

Pela possibilidade de interatividade e pelo acesso via dispositivos móveis, a Educação remota predominou porque já havia, em diferentes estados, um movimento de adoção de soluções tecnológicas das chamadas *big techs*, principalmente. O estágio de adoção de tecnologias digitais foi um dos pontos que diferenciou a velocidade de resposta de cada um. Se alguns precisaram de poucas semanas, outros partiram de um ponto muito inicial, e precisaram de mais tempo para conseguir oferecer ensino remoto virtual.

O Consed estimulou a troca de experiências, a realização de parcerias e a assinatura de convênios, como os estabelecidos pelo Amazonas com diversas unidades federativas e municípios. A Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo cedeu o código-fonte de seu aplicativo para as Secretarias da Paraíba e do Amapá. O exemplo do Centro de Mídias de Educação do Amazonas foi seguido pelo estado de São Paulo, que criou o Centro de Mídias da Educação de São Paulo, entre outras iniciativas. Em cada escola, também houve espaço para o imprevisto. Comunicação por grupos de WhatsApp, uso de redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube, e aulas via emissoras de rádio locais foram alguns dos recursos utilizados pelos professores para não perderem o vínculo com suas turmas.

Logo, porém, ficou claro que o ensino remoto esbarrava em limitações importantes – seja pela falta de cobertura de sinal em muitas localidades, seja pela indisponibilidade de dispositivos ou de acesso à rede pelos estudantes mais pobres. Em um país extremamente desigual, a exclusão digital se mostrou mais uma restrição de acesso ao direito à Educação. Em alguns lugares, essa limitação afetava mais de 30% dos alunos, o que tornou a produção e a distribuição de materiais impressos um dos maiores desafios para os estados, diante da necessidade de cumprir o isolamento social.

É notável que houve uma resposta diferente de docentes e de sindicatos, com maior ou menor resistência para assumir os riscos envolvidos na entrega dos materiais na casa dos estudantes. De modo geral, porém, essa foi uma das provas da grande dedicação dos profissionais da Educação durante a crise. Na maior parte das unidades federativas, as escolas não ficaram fechadas, apenas suspenderam as aulas presenciais. Diretores, professores e funcionários administrativos continuaram, em rodízio, conduzindo rotinas para levar a Educação até as famílias, especialmente quando era imprescindível realizar a entrega física de materiais de aula.

ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E DA EVASÃO

Embora a dimensão mais propriamente pedagógica do enfrentamento da pandemia estivesse em evidência, um dos maiores desafios logo vivenciados por estados e municípios foi não perder estudantes para a crise econômica e para a desmotivação. O aumento do desemprego, a incidência da doença entre familiares e amigos, a morte de parentes e a necessidade de mudar de cidade são alguns dos fatores que resultaram em abandono e evasão.

Por esse motivo, muitas unidades federativas iniciaram, imediatamente, ações de fortalecimento de vínculos e também de busca ativa escolar, com ações intersetoriais. Para isso, foi essencial a manutenção ou a ampliação da distribuição de merendas, em kits retirados nas escolas pelas famílias ou por meio da distribuição de vale-alimentação.

Educadores de todo o país ouvidos para a produção deste livro destacaram o efeito positivo da ação de suporte social para manter o contato com os estudantes e seus familiares, bem como para criar situações de diálogo – por exemplo, quando os responsáveis compareciam às unidades para retirar a merenda. Outras ações foram exemplares nesse sentido, como a mobilização entre colegas, as ações de comunicação em rádios comunitárias e feiras livres e o aprofundamento de uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cuja plataforma de acompanhamento já existia antes da imposição do isolamento social.

Apesar de tudo o que foi feito, as redes ainda terão de se empenhar muito para reorganizar a oferta, por exemplo, no campo da EJA, particularmente impactada pela evasão e pela repetência, e com grande dificuldade de acesso ao ensino remoto. Nesse segmento de pouca visibilidade para a sociedade, há muito o que se fazer.

SISTEMAS DE CONTROLE E DE AVALIAÇÃO

Durante o enfrentamento da crise sanitária, ficou claro, para as redes de ensino, que um dos recursos mais valiosos para o planejamento, em qualquer circunstância, são os dados. Alguns estados já tinham bons sistemas de informação administrativa e pedagógica e, por isso, foram mais ágeis para adaptá-los ao novo contexto. Outros investiram pela primeira vez em um sistema de gestão baseada em informações, o que terá um efeito importante para a Educação pública nos próximos anos.

Salas de controle foram montadas e alimentadas em tempo real, o que permitiu monitorar a frequência dos estudantes às aulas remotas, bem como aprimorar a busca ativa escolar. Os dados permitiram calcular com mais precisão os recursos necessários para programas de alimentação escolar, distribuição de vacinas e outras decisões de extrema importância. Ao mesmo tempo, as unidades federativas começaram, em sua maioria, a investir em avaliação – seja por meio de parcerias, ou mesmo criando, pela primeira vez, estruturas próprias para isso.

Desde o início da suspensão das aulas, ficou evidente para os gestores públicos que o impacto da pandemia sobre a apren-

dizagem seria avassalador, e que apenas com os dados de avaliação seria possível planejar de maneira mais eficiente. Segundo dados do Consed, as redes estaduais realizaram, pelo menos, 28 avaliações durante a pandemia. Novamente, os estados tiveram de suprir o papel esperado pelo MEC, que não apenas deixou de propor uma avaliação nacional, como aplicou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com a mesma metodologia utilizada em 2019, desconsiderando a nova realidade trazida pela pandemia.

PROTOCOLOS DE RETORNO ÀS AULAS

Embora ninguém arriscasse uma previsão de retorno às aulas presenciais, havia, em fevereiro de 2020, uma expectativa que se difundiu durante o início da pandemia: a volta dos estudantes às escolas aconteceria em poucos meses. Essa foi uma das convicções que motivaram muitas redes a iniciar um trabalho imediato de construção de protocolos sanitários, bem como a realização de adaptações físicas nos espaços escolares. Da mesma forma, houve investimento em formações em metodologia híbrida, uma vez que, provavelmente, as aulas presenciais seriam retomadas em turmas rotativas e de modo parcial, ao menos no início.

Excelentes protocolos foram elaborados a partir das evidências científicas disponíveis então. Contudo, a evolução da pandemia mostrou que o isolamento social não teria curta duração, e o advento da segunda e terceira ondas do coronavírus voltou a provocar fechamento de unidades, depois que alguns estados fizeram os primeiros movimentos de retorno, ainda em 2020. Entre os que argumentavam ser a Educação uma prioridade, e a escola, um local seguro, e aqueles que temiam pela saúde dos professores e das famílias estabeleceu-se um debate polarizado e repleto de mal-entendidos, enfrentado de maneiras particulares e com diferentes resultados em cada unidade federativa.

O início da distribuição da vacina, ainda que pudesse ter ocorrido de modo mais ágil, contribuiu para encorajar o retorno seguro às aulas. Vale lembrar que a preparação dos protocolos levou a investimentos concentrados e significativos na melhoria física da rede em muitos estados.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AÇÕES DE RECOMPOSIÇÃO E RECUPERAÇÃO

Outro efeito imediato da ação dos estados durante a pandemia foi o investimento em formação de professores. Evidentemente, o primeiro objetivo era o desenvolvimento de uma competência digital mínima que permitisse aos educadores acessar as plataformas, dar aulas virtuais e fazer a gestão administrativa e pedagógica das turmas.

A formação a distância foi intensa nos primeiros meses e gerou muita preocupação entre os educadores, mas acabou se tornando um dos principais avanços em todos os estados e municípios. Enquanto ações formativas e simples reuniões dependiam de transporte de equipes, a comunicação remota acelerou a inclusão digital das equipes administrativas e pedagógicas. Da mesma forma, a gestão ganhou velocidade com a substituição de viagens – que poderiam durar dias se fossem feitas de barco, por exemplo –, por videoconferências.

Uma vez estabelecido um patamar mínimo de domínio das ferramentas, muitas redes passaram a realizar formações em diversas áreas do conhecimento em metodologia híbrida, competências socioemocionais, saúde mental e outros temas emergentes. Até mesmo congressos internacionais foram realizados pelas redes, como aconteceu em Santa Catarina. Em muitas unidades federativas, os professores receberam ou contaram com condições especiais para adquirir dispositivos digitais, como *tablets* e *notebooks*, e também para utilizar a internet móvel ao longo da pandemia.

Este livro se atém aos anos de 2020 e 2021, mas os depoimentos colhidos dão conta de inúmeras iniciativas que já visavam ao trabalho de recuperação e de recomposição das aprendizagens dos alunos da Educação Básica, desde o início do retorno parcial das atividades. Com a contratação de professores, monitores e até de alunos e ex-alunos das escolas, iniciou-se um movimento intenso das redes para atender os estudantes com diferentes graus de dificuldades de aprendizagem.

UM OLHAR PARA A DESIGUALDADE

A resposta das unidades federativas brasileiras à pandemia pode ser compreendida por muitos ângulos como um fenômeno inter-setorial, complexo, sistêmico e que ainda seguirá repercutindo na vida das escolas brasileiras. É inegável que um dos efeitos mais importantes da crise foi o escancaramento das profundas desigualdades que separam crianças e adolescentes conforme a renda de suas famílias no acesso à Educação Básica, com efeitos diretos nas condições de aprendizagem.

Inúmeros relatos, ao longo deste livro, mostram a surpresa de professores da rede pública, acostumados a trabalhar com estudantes em situação de pobreza, em relação à precariedade da vida de muitas famílias. Na Educação remota, estudantes entraram na casa dos professores, e estes, por sua vez, passaram a viver o cotidiano das famílias. No exercício de entrega dos materiais impressos, o contato direto com o cenário de carências e de dificuldades vivido por muitos alunos e seus familiares provocou nos educadores um choque de realidade. Tal choque, por sua vez, deveria ser considerado no planejamento da gestão e dos docentes. Insegurança alimentar no limite da sobrevivência, lições de casa feitas sobre pilhas de tijolos, aulas assistidas sob árvores ou dentro de armários, disputa pelo celular em famílias numerosas, falta de material para a execução de tarefas, aumento dos casos de violência doméstica e de gravidez de adolescentes: são inúmeros os exemplos de como as condições sociais impactam o direito à Educação. Esse também foi um aprendizado importante para os gestores da Educação, em todas as unidades federativas.

As várias dimensões apontadas nesta introdução formam um panorama geral do enfrentamento da pandemia que emerge de entrevistas realizadas ao longo de quase um ano. Tão relevantes quanto as políticas públicas são as dimensões no campo humano, como a recuperação do valor do professor para a sociedade e o resgate da escola como um equipamento social insubstituível. Independentemente das ações e das diretrizes mais ou menos acertadas e eficazes, a escola brasileira reafirmou seu papel como espaço de

convívio, de encontro, de apoio, de acolhimento e de afetividade.

Em uma tragédia com quase 700 mil mortes, não há como falar em legados, mas em duras aprendizagens. Elas se sucedem ao longo dos próximos capítulos, circunstanciadas pelas condições específicas de cada unidade federativa. Compõem, assim, um registro vivo e detalhado, até possível, de como as pessoas que fazem a Educação, em todos os seus graus hierárquicos, reagiram e viveram a chegada da pandemia.

São relatos que não pretendem avaliar os impactos da pandemia, tampouco fazer juízo de valor das ações adotadas, pois se configuram como registro histórico de um momento inédito para o mundo, para o país, para os estados, para as escolas, para os que fazem a Educação acontecer diariamente. Diante de tantas limitações, o princípio comum a todas as iniciativas, no ânimo de todos os educadores, era o de que a Educação não poderia parar. E, de fato, não parou. Os próximos anos serão a continuação dessa história, que só terá fim quando todos os estudantes tiverem assegurado um de seus direitos mais fundamentais: aprender.

A Unesco e a pandemia: a Coalizão Global de Educação e a importância de um novo contrato social

REBECA OTERO

*Coordenadora de Educação da Organização das Nações Unidas
para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil.*

CELIO DA CUNHA

*Professor da Universidade Católica de Brasília e consultor da Organização
das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil.*

A Unesco foi concebida e instituída para contribuir, por meio da Educação, da Ciência e da Cultura, com o processo de reconstrução de um mundo dilacerado pela Segunda Guerra Mundial. Seus idealizadores e fundadores tinham profunda crença e consciência de que a Educação e o conhecimento poderiam se projetar como fatores valiosos para o futuro de uma sociedade de paz e justiça. Em seguimento a esse pressuposto fundador, na Segunda Conferência Geral da Organização, realizada na cidade do México, em 1947, foi aprovado o programa “com foco na reconstrução e reabilitação da vida educacional, científica e cultural em países devastados pela guerra [...]” (UNESCO, 2015, p. 26).

Observe-se que, desde os seus primeiros anos, a reconstrução pela Educação estava na centralidade de suas ações. Nessa histó-

ria de lutas, ainda que as dificuldades não tenham sido poucas, as lições colhidas foram muitas. A Unesco aprendeu a enfrentar inúmeras situações de perplexidade e conflito, sendo que, em seu percurso em um mundo de diversidades múltiplas, conseguiu superar obstáculos e oferecer contributos relevantes e estruturantes de novas perspectivas.

Posturas de ousadia, altivez, solidariedade e cidadania são inúmeras no cumprimento da missão de paz da instituição, como na luta iniciada em 1950 com a primeira de uma série de declarações sobre o conceito de raça, de modo a colocar em evidência a “igualdade fundamental dos seres humanos” (UNESCO, 2015, p. 42).

Foi assim o seu pioneirismo no auge da polarização da Guerra Fria entre os blocos Ocidental e Oriental, que levou a um radical aumento dos gastos militares, inclusive, em armas nucleares. Nesse período a Unesco realizou, entre dezembro de 1951 e fevereiro de 1952, a histórica conferência que conduziu à criação do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN), em 1954. Seguiu-se o encontro que levou à fundação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), criada para defender a energia nuclear para a paz e não para a guerra (UNESCO, 2015).

Outros exemplos de vanguarda tiveram lugar em diversos tempos e contextos, dentre os quais se destacam os seguintes, em reconhecimento à importância do legado histórico das primeiras civilizações (UNESCO, 2015):

- a Campanha da Núbia, de 1960 a 1980, iniciativa quase heroica caracterizada pelo escritor André Malraux como ação humana que rouba algo da morte, e que permitiu salvar monumentos e templos ameaçados pela inundação decorrente da construção da Represa de Assuã;
- a monumental coleção História Geral da África, iniciada em 1964 e finalizada em 1999, que mobilizou mais de 230 historiadores e especialistas, concebida para resgatar a contribuição dos povos africanos diante da recusa de vê-los como criadores de culturas originais;
- a mobilização mundial para combater o analfabetismo a partir da década de 1960, que teve como ponto emblemático a defesa

do vínculo entre a alfabetização funcional e o desenvolvimento econômico, aprovada na Conferência de Teerã, em 1965, proclamando, nesse mesmo ano, a data de 19 de novembro como o Dia Internacional da Alfabetização;

- os históricos relatórios de Edgar Faure (*Aprender a ser*) e de Jacques Delors (*Educação, um tesouro a descobrir*), lançados respectivamente nas décadas de 1970 e 1990, que estabeleceram princípios fundantes de uma nova concepção do processo educativo centrada em pressupostos humanos, hoje incorporados nas políticas educacionais de boa parte dos países-membros da Organização;
- a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral, em 1972, que apresentou nova compreensão do patrimônio mundial como bem público, transcendendo fronteiras políticas e geográficas, e pertencente a todos os povos;
- o lançamento, em 1971, do Programa MaB (O homem e a biosfera) com vistas à melhoria das relações entre os seres humanos e os ambientes em que vivem, com destaque para a conexão entre desenvolvimento e progresso, e subdesenvolvimento e pobreza com a saúde da biosfera, o que ajudou a mudar a maneira pela qual líderes políticos, educadores e membros da sociedade civil pudessem entender seu papel em um mundo em transformação;
- a histórica reunião realizada no México, em 1982, que resultou na Declaração do México sobre Políticas Culturais, estabelecendo vínculo entre a cultura e o desenvolvimento, com seguimento em meados da década de 1990, resultando na elaboração do paradigmático Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, coordenado por Javier Pérez de Cuéllar;
- e, por fim, a marcante Declaração Mundial de Educação para Todos, que desempenhou um papel dos mais relevantes para inserir os países, notadamente os mais necessitados, em esforço planetário de assegurar aprendizagens fundamentais e indispensáveis para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Observe-se que o denominador comum de todos os exemplos mencionados é a incessante luta pela construção de uma cultura de paz por intermédio da Educação, da Ciência e da Cultura, com a perspectiva de abertura de novos caminhos e formulação de alternativas em direção a um dos pressupostos centrais imaginados pela Declaração de Yamoussoukro, de 1989, sobre a paz na mente das pessoas como o mais precioso bem da humanidade, e um compromisso arraigado com os princípios da liberdade, igualdade, justiça e solidariedade (UNESCO, 2015).

É importante registrar e contextualizar que as lições aprendidas pela Organização em seu percurso – que já se aproxima das oito décadas – foram colhidas em um cenário mundial intercultural repleto de paradoxos, em que o diálogo e a ideia de construir juntos sempre pautaram as ações. Essa postura altaneira, protagonista e aglutinadora é a marca da história da Unesco.

Mais recentemente, diante de um novo desafio sem precedentes históricos em termos de magnitude e abrangência, o da covid-19, que atingiu direta ou indiretamente 1,5 bilhão de crianças e jovens em todo o mundo e provocou o fechamento de escolas e universidades, com efeitos desastrosos na aprendizagem de mais de 55 milhões de estudantes, a Unesco lançou a Coalizão Global de Educação, uma plataforma em defesa desse direito fundamental, com a participação de mais de 140 dos países-membros da Organização.

Como sublinhou a diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay (2020), nunca antes o mundo assistira a uma interrupção das aulas nessa escala, condição que reforça a relevância da parceria como único caminho a seguir. Assim, a Coalizão convoca para uma ação coordenada e inovadora em busca de soluções que não apenas apoiarão alunos e professores, mas também tem força para impulsionar processos de recuperação de longo prazo, seguindo o compromisso com a inclusão e as aprendizagens transformadoras.

Na mensagem da diretora-geral da Unesco, há um alerta importante que se refere ao longo caminho para a retomada das aprendizagens perdidas com o fechamento de escolas durante a pandemia, cuja superação dependerá de ações globais, como sugerido por ela, durante a reunião de chefes de Estado e ministros da

Educação de mais de 40 países, convocada para reafirmar compromissos políticos em escala mundial.

Nessa oportunidade, Audrey Azoulay ponderou que, mesmo considerando a ajuda internacional a mais de 400 milhões de estudantes e 12 milhões de professores em 112 países em meio à crise, a Coalizão deve continuar, pois é imperativo que se priorize a Educação como o investimento mais poderoso para nosso futuro comum no planeta. Se não investirmos agora, o custo será muito maior para as próximas gerações (AZOULAY, 2021). Destacam-se, ainda, as incertezas temporais do desafio. As aprendizagens perdidas e as defasagens agravadas no contexto da ampliação das desigualdades e discriminações sociais, como as de gênero e de raça, não poderão ser recuperadas em poucos anos.

É plausível afirmar que a covid-19, oficialmente admitida como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, encontrou um mundo dilacerado pelas desigualdades estruturais multiplicadas, tão bem caracterizadas pelo economista e professor da Escola de Economia de Paris, Thomas Piketty (2014), situação que o levou a propor um Estado social como alternativa de superação gradual desse quadro.

A propósito, vale a pena considerar as reflexões de Hartmut Rosa, da Universidade Friedrich Schiller, de que estamos vivendo uma sociedade da aceleração, em que

o ritmo, a velocidade, a duração e a sequência de nossas atividades e práticas raramente são determinadas por nós mesmos enquanto atores individuais, mas sim quase sempre predeterminadas pelos modelos temporais coletivos e pelas exigências de sincronização da sociedade [...] (ROSA, 2019, p. 19-20).

Com a pandemia, esse quadro de aceleração e velocidade ampliou suas implicações no processo educativo em decorrência das perdas de aprendizagens. Cresce, assim, a importância da iniciativa da Unesco ao propor a Coalizão Global de Educação, concebida com o objetivo de enfrentar as consequências da pandemia nessa área em diferentes países, não somente no que se refere ao âmbito acadêmico, mas também à interação humana, como, ainda

recentemente, lembrou Maurice Tardif (2021), da Universidade de Montreal no Canadá.

Em uma visão mais ampla de Educação integral de crianças e jovens, sublinha-se o imperativo da convivência e do estar e construir juntos em ambientes escolares pautados pelo diálogo e pela democracia. A Educação digital ou a distância, em que pese sua imprescindibilidade, jamais poderá substituir a dimensão cidadã que se constrói na interação humana e solidária do cotidiano escolar.

Ademais, se levarmos em conta a afirmação de Tardif (2021) de que o futuro da Educação depende do futuro das sociedades, torna-se importante imaginar os efeitos, na Educação, decorrentes das implicações da pandemia em todo o contexto social e econômico. Sob esse aspecto, Edgar Morin (2020) admite que estamos sendo intimados a responder a um conjunto de desafios interdependentes, dentre eles, o desafio existencial, a permanência e o fortalecimento de práticas solidárias, e a crise política resultante das trilhas batidas e das ideologias.

Conforme acentuou o presidente francês Emmanuel Macron, em 2021, durante a Reunião de Chefes de Estado e Governos e Ministro da Educação, iniciativa conjunta entre a Unesco e o governo da França, os desafios da globalização sem solidariedade, da ameaça às liberdades nas democracias constituídas, do imperativo da proteção ao meio ambiente, dos impactos do neoliberalismo e das incertezas que fluem nos horizontes são dilemas que podem levar ao retrocesso. Todas essas questões impactam a Educação, por isso a importância da advertência de Harari (2020) de que as decisões que as pessoas e os governos tomarem, precisarão levar em conta as consequências de longo prazo, pois poderão moldar o futuro.

A Coalizão Global de Educação desempenhou e continua a desempenhar papel dos mais relevantes para contrabalançar os impactos da pandemia derivados da paralisação total ou parcial das escolas que prejudicou milhões de crianças e jovens, sobretudo, dos segmentos mais excluídos e carentes das sociedades. A iniciativa teve o mérito de mobilizar o potencial de parceiros e pensar em estratégias e ferramentas para atenuar os efeitos da crise sanitária na Educação. Teve, ainda, o mérito de contribuir, em meio às

incertezas que abalaram o mundo inteiro, para o restabelecimento da confiança, da esperança e da solidariedade.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a mobilização de mais de 200 parceiros em mais de 100 países, que passaram a desenvolver ações reparadoras. Entre muitos exemplos, destacam-se a presença da Coalizão Global de Educação na explosão da região portuária de Beirute (Líbano), em 2020, que provocou mais de 100 mortes e milhares de feridos, para a recuperação de dezenas de escolas públicas, inclusive, de universidades; o apoio da Unesco à produção de materiais pedagógicos destinados aos professores de vários países; no Congo, a Education Cannot Wait (ECW) e o programa The Capacity Development for Education (CapED), com foco na transmissão de aulas via internet e na adaptação do currículo da escola primária para aulas por rádio; o estabelecimento de uma academia mundial de habilidades – a Global Skills Academy –, visando ao desenvolvimento de habilidades digitais para um milhão de jovens, de modo a favorecer a busca de um emprego durante a recessão em países carentes.

No Brasil, uma das nações mais afetadas pela pandemia, com centenas de milhares de óbitos, boa parte das quais agravadas pelas desigualdades sociais e econômicas históricas, a covid-19 atingiu fortemente o sistema educacional. De acordo com Sampaio, Monte e Silva (2021), foram 280 dias, em média, sem aulas presenciais nas escolas, com prejuízos incomensuráveis nos objetivos de aprendizagem previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse cenário, a Unesco, em seguimento aos objetivos restauradores da Coalizão Global de Educação, procurou oferecer subsídios e apoios mediante estratégia de permanente monitoramento; manteve diálogo com autoridades das instâncias federativas; e promoveu diversos eventos mobilizadores com os principais atores do governo e da sociedade civil. Ainda, concedeu entrevistas aos mais importantes veículos de comunicação e realizou pesquisas sobre temas relevantes para o enfrentamento dos efeitos da pandemia nas escolas. No monitoramento levado a efeito, procurou-se verificar a situação de fechamento parcial ou total das escolas, os procedimentos de Educação a distância, o fornecimento de alimentação dos estudantes e a elaboração de planos de reabertura das unidades.

Os entes federativos e seus órgãos representativos, como o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), se mobilizaram na organização de ações para atenuar ou evitar as perdas de aprendizagens e oferecer respostas a inúmeros desafios, destacando-se, entre eles, as deficiências de cultura digital nas escolas e entre seus professores, e a ausência de infraestrutura tecnológica.

A travessia da nova pandemia viral da covid-19, com equidade e imperativo ético, demanda, conforme acentuaram Gatti e Menezes (2021), propostas regionais de mobilização para a ação, pois iniciativas centralizadas têm trazido poucos efeitos concretos para a redução da seletividade. Torna-se necessário encontrar e apoiar alternativas que considerem o contexto das diferenças sociais e econômicas regionais.

Para essa mobilização, sobressaem-se a importância de formação de parcerias institucionais e a participação das comunidades que vivenciam e conhecem a extensão dos problemas. Simultaneamente, eleva-se o papel do Estado no cumprimento do dever constitucional de assegurar recursos e condições para a formulação e a execução de políticas de Educação que tenham, em sua centralidade, mecanismos para o combate às desigualdades entre as unidades federadas e seus municípios, de modo a possibilitar, gradualmente, a construção de um federalismo educacional equitativo e solidário.

Para a travessia da pandemia, o recente relatório da Unesco, *Reimagining our futures together: a new social contract for education* (UNESCO, 2021), que sucede e amplia os anteriores (relatórios Faure e Delors), abre novos horizontes de possibilidades, não somente para a superação gradual dos efeitos da covid-19 nas escolas, mas para refundar sua missão em tempos de tantas transformações e incertezas.

No centro do relatório está a proposta de um novo contrato social da Educação. Um novo contrato que não significa o abandono dos avanços e das experiências aprendidas, e que não se define como uma correção de percurso, mas um contrato que, por meio do engajamento ativo e do diálogo, inspira caminhos para o

desenvolvimento de políticas e ações inovadoras para renovar e transformar a Educação, além de recriar nosso mundo (UNESCO, 2021). Em suma, um novo contrato que amplia e multiplica a importância da Coalizão Global de Educação¹.

1. Esta publicação tem a cooperação da Unesco. Os autores são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste título, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da Unesco, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Unesco a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

REFERÊNCIAS

- AZOULAY, Audrey. A Unesco apresenta a Coalizão Global da Educação. Disponível em: <https://www.catedraeducacionjusticiasocial.org/pt/unesco-apresenta-a-coalizacao-mundial-pela-educacao/>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- AZOULAY, Audrey. Estados-membros da UNESCO se unem para aumentar os investimentos em educação Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/estados-membros-da-unesco-se-unem-aumentar-os-investimentos-em-Educacao>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- GATTI, Bernardete A.; MENEZES, Luiz Carlos. Educação e futuros: desafios em busca de equidade. In: *Revista Lusófona de Educação*, v. 52 n. 52. Lisboa: Ceied, 2021.
- HARARI, Yuval N. *Notas sobre a pandemia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- HARTMUT, Rosa. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019.
- MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- SAMPAIO, C. E. Moreno; MONTE, G. C. Cassani; SILVA, L. M. Sousa. *Desafios do ensino remoto no Brasil e os impactos da pandemia*. Brasília, 2021 – texto para discussão apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UCB.
- TARDIF, Maurice. O que a pandemia nos ensinou sobre o trabalho do corpo docente e escolar e sobre a escola. *Congresso Internacional sobre Formação e Profissão Docente*. Brasília: UnB-Unesco, 2 a 4/12 de 2021.
- TARDIF, Maurice. Desafios da formação e profissão docente. *Conferência no Congresso sobre a formação e profissão docente: Centre de Recherche Interuniversitaire sur la Formation et la Profession Enseignante (CRIFPE) Internacional/CRIFPE Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília-Unesco, 2021.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

UNESCO. *De ideias a ações*. Santos: Editora Brasileira de Arte e Cultura; Paris: Unesco, 2015.

UNESCO. *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. Paris: Unesco, 2021.

PARTE 2

Panorama dos estados

Acre: ações para preservar o projeto de vida dos jovens

“A primeira reação das famílias era de susto. Em algumas casas, havia placas no portão com avisos como ‘Não recebemos visitas’. Assim que as pessoas percebiam que se tratava da equipe da escola, porém, a reação mudava e éramos até convidados a entrar. Mesmo assim, nos mantínhamos do lado de fora e, ali mesmo, explicávamos o motivo da nossa presença. Levávamos palavras de conforto e de otimismo, entregávamos alimentos e as atividades a serem realizadas pelos alunos, às vezes, até algum presente. Num segundo momento, num novo encontro, já éramos recebidos com um sorriso largo, de felicidade mesmo. Ao longo dessa jornada, encontramos cenários de mortes nas famílias, inclusive, de crianças, o que era muito difícil para todos nós. Mas nunca desistimos, e estivemos nas casas de nossos mais de 600 estudantes.”

O relato é do gestor Ricardo Gelete, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Madre Hildebranda da Pra, que se destacou durante a pandemia de covid-19 na aproximação com a comunidade que atende, no bairro Cidade Nova, periferia de Rio Branco (AC). Por meio de diversos projetos reunidos em um programa batizado de Minha Casa, Minha Escola, os profissionais da unidade de ensino promoveram a busca ativa de crianças e de jovens, acompanharam de perto o desenvolvimento de seus estudos em casa, estimularam a leitura de livros paradidáticos, e deram atenção específica a meninos e meninas com algum tipo de deficiência.

“O que nos motivou não foi a obrigatoriedade, mas o compromisso de não deixar ninguém à deriva”, afirma Ricardo. No Natal de 2021, quando os períodos mais críticos de disseminação do co-

ronavírus já tinham ficado para trás, a escola realizou um evento para doação de cestas básicas e comemorou a volta das famílias a seus espaços, em uma evidência da consolidação da parceria com a comunidade.

Assim como na Madre Hildebranda da Pra, o combate ao abandono escolar foi prioridade para as escolas do estado em geral. Com o apoio da Secretaria da Educação do Acre, os estabelecimentos buscaram identificar situações de risco, o mais rapidamente possível, a fim de atuar com agilidade e minimizar os impactos negativos. Os gestores tiveram papel crucial, mobilizando suas equipes e planejando ações com o objetivo de preservar o vínculo entre alunos e escola. Isso foi obtido por meio de atividades frequentes, comunicação com pais e responsáveis (reforçando a sensibilização para a importância do processo pedagógico) e oferta de alternativas para as crianças e os jovens sem condições de participar das aulas remotas, fosse pela falta de equipamentos ou pela indisponibilidade de internet ou sinal de TV.

O esforço de “resgate dos estudantes” complementou o principal programa do governo estadual: o Escola em Casa, lançado no primeiro semestre de 2020 com a meta de conectar professores, alunos e famílias, contemplando do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. As aulas eram transmitidas pela TV, pelo canal Amazon Sat. “Foi a maneira que encontramos de alcançar os alunos que não tinham acesso à internet. Os conteúdos foram planejados, revisados e contextualizados para associar a teoria à prática, fazendo com que os estudantes encontrassem significado no que estavam vendo. Todos reconheceram a importância dessas aulas para o processo de ensino e aprendizagem”, explica Gleicicleia Gonçalves de Souza, diretora de Ensino da Secretaria.

AUTONOMIA

Além disso, os públicos da rede estadual de ensino podiam acessar as aulas disponíveis na plataforma da Secretaria quantas vezes quisessem e no horário que achassem mais conveniente. As estratégias visavam alcançar a todos e proporcionar a crianças e jovens autonomia na busca pela informação, troca de experiências

com colegas e professores e comodidade para assistir de qualquer lugar. Ainda, foram realizadas transmissões pelas rádios públicas Aldeia e Difusora Acreana, com conteúdos especialmente formatados para esse meio de comunicação.

“Nosso principal norteador no enfrentamento à pandemia no estado do Acre foi a garantia da continuidade e da efetividade do ensino, da aprendizagem de qualidade e da formação de profissionais da Educação, considerando a importância do conhecimento e das ferramentas de ensino a distância. Também nos guiamos pelas orientações nacionais e estaduais dos Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Estadual de Educação (CEE), a fim de que nossas atividades fossem realizadas de acordo com todas as normas em vigor”, destaca a diretora.

Em relação aos desafios mais relevantes que tiveram de ser superados pela rede, Gleicicleia detalha que foi de fundamental importância assegurar a continuidade efetiva do ensino e da aprendizagem nas escolas do campo e indígenas, uma vez que a maioria dos alunos reside em regiões de difícil acesso, como é o caso de comunidades ribeirinhas em áreas remotas. Assim, para normatizar ações pedagógicas precisas foram elaborados planos específicos, devidamente aprovados por meio de pareceres e resoluções do CEE.

“Havia também o receio de que nossos professores não tivessem o conhecimento básico para trabalhar com as ferramentas digitais do ensino a distância, tão necessárias nesse contexto de distanciamento social imposto pela disseminação do coronavírus. Em resposta, desenvolvemos nossa plataforma educacional *online* e ofertamos, nesse ambiente, a Capacitação para Ferramentas Digitais aos profissionais de Educação”, relata a diretora.

A gestora ressalta, ainda, o fato de ter sido concedida aos docentes uma verba de R\$ 4,5 mil para a aquisição de *notebook* e R\$ 100 de auxílio para pagamento de serviço de internet, com o benefício se estendendo às equipes gestoras escolares e aos núcleos educacionais. Além disso, cerca de R\$ 160 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foram utilizados pelo governo do Acre para beneficiar 14.554 servidores da pasta com um abono de Natal, com cotas individuais que

variaram de R\$ 10 mil a R\$ 14 mil. “O próximo passo era colocar em prática nosso plano de apoio pedagógico para recomposição de aprendizagem, com base nos resultados dos diagnósticos realizados desde o início da pandemia. O objetivo foi construir propostas exequíveis e efetivas”, comenta Gleicicleia.

Nesse sentido, uma resolução do CEE estabeleceu que a retomada das aulas presenciais deveria ser acompanhada de “realização de procedimento avaliativo diagnóstico sobre o padrão de aprendizagem, abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação com base nos resultados de avaliação diagnóstica” e com participação das famílias dos estudantes, que devem ser mobilizadas por diversos canais e recursos de comunicação. “O retorno às aulas presenciais deve contemplar as necessidades de cada fase, etapa e nível, bem como de cada modalidade de Educação e ensino, devendo ser especificamente planejado considerando as características próprias, o respeito às suas culturas e políticas de superação das dificuldades de acesso, bem como as de jovens e adultos em situação de privação de liberdade”, afirma o documento.

NOVOS CONCEITOS

O olhar para os horizontes futuros é o que vem motivando a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral José Ribamar Batista, localizada no bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco. Isso é possível graças ao intenso aprendizado dos dois últimos anos, que começou antes mesmo da pandemia de covid-19, como conta a gestora Francicleia da Silva Costa Barrozo.

“Desde 2019, vínhamos trabalhando em um projeto de sistematização de nossas atividades para o universo digital, utilizando principalmente as ferramentas do Google. Assim, quando a escola suspendeu as aulas presenciais, em março de 2020, tínhamos todos os alunos cadastrados na plataforma *online*. Foi um período de descobertas e experimentação, mobilizando os estudantes e treinando os professores, e valeu a pena, pois já sabíamos o que dava certo e o que não funcionava”, relata. Desse modo, em 2020, com pontos de internet instalados em todas as 14 salas, a escola ousou novamente.

O caminho escolhido foi a transmissão de aulas síncronas em tempo real, envolvendo simultaneamente quem estava presente fisicamente e aqueles que acompanhavam tudo a distância.

Mais uma vez, professores e alunos foram desafiados a incorporar novos conceitos a sua rotina e responderam positivamente com o protagonismo esperado. Um exemplo é a formação de um Grupo de Mídia que identificou e implementou recursos que vêm beneficiando, desde então, as redes sociais da escola, fundamentais na mobilização cotidiana de todos. “A escola não parou e estamos colhendo os frutos, com estudantes obtendo resultados expressivos no Enem¹, ingressando na universidade pública”, destaca a professora Francicleia. “Em vez de reclamar e lamentar, preferimos investir no que a gente acredita. A equipe mostrou garra para aprender, motivada pela certeza de que não podíamos abandonar os jovens, e deixar que jogassem fora seus projetos de vida.”

1. Exame Nacional do Ensino Médio.

Alagoas: o digital como espaço de encontro multidisciplinar

O cenário desafiador da pandemia de covid-19 levou a Secretaria de Educação de Alagoas a buscar caminhos alternativos apoiada nas possibilidades oferecidas pela multidisciplinaridade. Assim, foram implementados, nas unidades de ensino da rede pública estadual, os Laboratórios de Aprendizagem, com a proposta de mobilizar a comunidade escolar empregando diversas estratégias, incluindo impressão de materiais, realização de aulas remotas e uso de ferramentas digitais.

Como afirma o Guia de Implementação dos Laboratórios, “somos desafiados a pensar em uma proposta diferenciada com atividades escolares não presenciais, para um público que também busca caminhos e espaços de encontro. Caminhos que precisam ser testados e reinventados, pois os espaços de antes já não são mais possíveis, neste momento”. O documento destaca que a iniciativa deveria despertar o interesse e engajar crianças e jovens, mas também atrair os professores “para embarcar e encarar o desafio de serem protagonistas e construtores nesse novo cenário de ensino e aprendizagem”.

Os laboratórios destinavam-se a todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Ensino Médio (1ª e 2ª séries) e suas modalidades e seus modos de oferta em cada estabelecimento. A ideia principal foi promover a continuidade do processo de ensino e aprendizagem de maneira lúdica e interativa, entendendo o ambiente domiciliar como um espaço de criação,

recriação e experimentação, e utilizando materiais heterogêneos, além de variadas oportunidades de interação. Foram pensados para proporcionar, por meio das atividades disponibilizadas, o desenvolvimento integral de modo colaborativo entre os estudantes.

Como aponta o guia, a Secretaria de Educação desafiou os professores a constituírem uma rotina de estudos para além do espaço escolar, “principalmente para estudantes que estão em processo de internalização de rotinas necessárias à estruturação de comportamentos e práticas sociais adaptativas”. Da mesma forma, estimulou atividades voltadas à promoção do desenvolvimento de saberes importantes para a constituição identitária da comunidade, com aprendizagens que explorassem elementos do cotidiano familiar, como uma excelente oportunidade de fortalecimento de laços e valorização de saberes comunitários inerentes à diversidade populacional que integra o território alagoano.

ARTICULAÇÃO DOCENTE

Em cada escola, os professores dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio trabalharam de maneira interdisciplinar, levando em consideração as habilidades que os alunos de cada etapa de ensino deveriam ser capazes de construir. A articulação entre o corpo docente foi fundamental para garantir a diversidade de contribuições e abordagens metodológicas. O planejamento, realizado coletivamente e com base na integração, também foi decisivo para que gestores, professores e equipes escolares elaborassem as melhores propostas didáticas para cada grupo de crianças e jovens.

O resultado desse trabalho se materializou em roteiros de estudos com atividades que permitiam ao estudante “realizar descobertas, criar, refletir, avaliar sua aprendizagem, refazer alguns passos, questionar e propor soluções”. Ainda, eram estabelecidos momentos de interação *online* com professores, inclusive, com atendimento individual.

“Os laboratórios foram muito bem recebidos pelos docentes, até mesmo pela oportunidade de trabalhar de maneira multidisciplinar e desenvolver melhor essa cultura, que ainda não predo-

mina na Educação”, afirma o secretário José Márcio Augusto de Oliveira. “Ao longo da implementação dessa proposta, aprendemos muito com o que as escolas estavam vivenciando na ponta, abertos a rever nossas práticas quando necessário”, acrescenta.

Ricardo Lisboa Martins, superintendente de Políticas Educacionais, destaca que os laboratórios exigiam leitura, resolução de problemas e inovação para além das disciplinas propriamente ditas. “Buscamos estimular a criatividade, a construção, a autoestima e o desenvolvimento de competências e habilidades, além de romper as fronteiras dos muros da escola para alcançar o território, a cultura, os saberes que fazem parte do convívio familiar”, ressalta.

O secretário José Márcio explica que os laboratórios integraram o Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais (REAENP), estabelecido por uma portaria do governo estadual, e prevendo que, durante a pandemia, as atividades escolares poderiam ser realizadas utilizando a mediação tecnológica ou outros meios físicos (como orientações impressas com textos, estudos dirigidos e avaliações enviadas aos estudantes/responsáveis), a fim de manter a rotina de estudos e garantir as aprendizagens essenciais.

Os objetivos primordiais eram a superação de dificuldades de aprendizagem, inclusive, considerando os obstáculos que crianças e jovens encontravam para ter acesso à internet em muitas regiões fora da Grande Maceió; o desenvolvimento das competências e das habilidades esperadas em cada etapa da trajetória escolar; e a promoção do protagonismo dos estudantes em oportunidades de aprendizagem colaborativa.

Outras medidas relevantes adotadas pelo estado incluíram a criação de contas de *e-mail* institucionais para que professores e estudantes tivessem acesso ilimitado aos recursos das ferramentas educacionais do Google e da Escola Web, plataforma de conteúdos pedagógicos da Secretaria com um acervo de milhares de recursos de apoio às práticas pedagógicas e de facilitação do uso de tecnologias. Trata-se de um espaço em que os profissionais acessam materiais de formação continuada, dicas de gestão do tempo, orientações relacionadas a cuidados com saúde mental e emocional. Os cursos, os materiais e as estratégias disponíveis fa-

cilitaram a preparação de aulas e a interação com as crianças e os jovens atendidos pelas unidades de ensino.

Apesar dos esforços da Secretaria na gestão da rede e das escolas, um percentual significativo dos estudantes – 35% – não se engajaram em nenhuma forma de ensino a distância. Uma pesquisa realizada pelo Conselho da Juventude indicou, entre as causas desse comportamento, a falta de conectividade, o desinteresse e a necessidade de ingresso no mercado de trabalho. Essas conclusões ajudaram a orientar o retorno das aulas no formato híbrido, em meados de 2021, com atividades presenciais e não presenciais alternando 50% dos estudantes em cada situação, incluindo a instituição do *continuum* curricular 2020/2021, com dois anos de ciclo formativo sem reprovação.

PROTOCOLO SANITÁRIO

Roseane Vasconcelos, superintendente da Rede Estadual de Ensino, indica duas iniciativas decisivas neste movimento. Em primeiro lugar, em relação ao protocolo sanitário, a Secretaria lançou o Programa Rumo às Aulas, com repasse de recursos diretamente às unidades, a fim de garantir uma retomada com segurança para toda a comunidade. Cada escola também recebeu o Protocolo de Orientação à Gestão Escolar, além de uma cartilha de 39 páginas com explicações sobre os elementos essenciais nos diversos ambientes dos estabelecimentos. Além disso, promoveu capacitações *online* sobre como realizar o preparo da alimentação na nova realidade sanitária. Em uma segunda frente, reforçou os cuidados no transporte escolar, inclusive, com a contratação de colaboradores especificamente para essa atividade.

Na retomada, a prioridade foi a recuperação das aprendizagens, inclusive, com aulas aos sábados, especialmente de língua portuguesa e de matemática, e com um programa denominado Progressão Parcial. Destinado aos alunos que tenham sido reprovados em mais de 50% das disciplinas, incluiu a escuta ativa da comunidade escolar. Vale lembrar que, para efetivar a progressão parcial, as unidades de ensino deveriam realizar análises diagnósticas e mapeamento das dificuldades dos estudantes.

Na avaliação do professor Ricardo Lisboa Martins, as tecnologias são aliadas importantes nessa jornada, pois oferecem novas formas de escutar e interagir com o estudante, e permitem identificar estratégias de trabalho mais eficientes. Ou, como sintetiza o Guia de Implementação dos Laboratórios de Aprendizagem: “Estamos vivendo uma oportunidade ímpar para traçarmos trajetórias históricas de ressignificação do ambiente escolar e práticas pedagógicas experimentando efetivamente metodologias inovadoras, coerentemente com as necessidades educacionais. A aprendizagem por meio dessa proposta se estende a todos os envolvidos – equipe pedagógica, estudantes e responsáveis – com um olhar particularizado para o território e as identidades pessoais e coletivas, visando o desenvolvimento de saberes que potencializem a perspectiva humanizadora da Educação.”

Amapá: aposta na autonomia das escolas e na possibilidade de autoria

Das cerca de 400 escolas estaduais do Amapá, 248 são consideradas rurais – muitas delas estão localizadas em áreas de difícil acesso. Assim, o que já era um elemento de complexidade da gestão escolar do estado, tornou-se ainda mais desafiador durante a pandemia de covid-19, exigindo, das equipes dos estabelecimentos de ensino, ações de superação, a fim de reforçar os vínculos dos estudantes e de seus pais e responsáveis com a Educação.

O transporte escolar, em sua maior parte ocioso desde que crianças e jovens passaram a cumprir o isolamento social em casa, foi utilizado pelos professores e outros profissionais para chegar às residências dos estudantes, levando atividades pedagógicas, materiais como caderno e lápis, alimentos da merenda, além de orientações sobre cuidados de saúde durante a pandemia e – muitas vezes, o mais importante – palavras de confiança sobre a possibilidade de retomada das atividades presenciais. Para alcançar algumas moradias, foi preciso se valer de vários meios, inclusive, barcos.

“Sempre entendemos que o aprendizado poderia ser recuperado, desde que o estudante não perdesse o vínculo com a escola e, assim, estivesse pronto para retornar às aulas presenciais quando a situação sanitária melhorasse. Era essencial que o aluno, sua família e as pessoas mais próximas compreendessem por completo as implicações da covid-19 e seus riscos. Sabíamos que somente

assim conseguiríamos evitar o aumento do abandono escolar, da evasão e, conseqüentemente, da distorção idade-série”, explica Neurizete Oliveira Nascimento, secretária-adjunta de Políticas da Educação. Uma das iniciativas que sensibilizou a gestora foram os “cantinhos de leitura” nas casas de crianças mais novas, no período de consolidação da alfabetização. Além de ajudar a organizar um espaço para a atividade, os professores orientavam os pais e responsáveis sobre como estimular esse hábito tão importante.

Na visão de Ryan Muller Oliveira Santos, coordenador de Educação Básica e Profissional, essas ações só foram possíveis graças ao engajamento das equipes. “Nossa primeira diretriz para os diretores foi: reúnam os coordenadores e as comunidades escolares e discutam caminhos para manter os alunos conectados. Não impusemos à rede nenhuma estratégia. O objetivo era conquistar os profissionais para essa ideia e eles entenderam nossa proposta”, destaca. Em uma realidade de grande diversidade, acrescenta o coordenador, não se podia depender dos recursos remotos baseados em tecnologia, e foi fundamental olhar para as crianças e jovens de maneira individualizada. “Na pandemia, mais do que nunca, percebemos a importância de reconhecer a potencialidade de cada um, com suas especificidades psicológicas, financeiras, sociais, cognitivas. E, a partir daí, encontrar meios de fortalecer a aprendizagem”, pontua Ryan.

FERRAMENTAS DIGITAIS

Vencidos os primeiros estágios das medidas sanitárias e de isolamento social exigidas pela pandemia de covid-19, a Secretaria de Educação do Amapá deu passos importantes no sentido de utilizar ferramentas digitais para manter vivo o processo de ensino-aprendizagem. Primeiro, foi criada a Sala Virtual e, na sequência, o portal Aprendizagem em Casa, plataforma que reuniu recursos educacionais digitais da própria Secretaria e de parceiros, bem como orientações escolares para o período de suspensão das aulas presenciais.

Lançado em maio de 2020, o portal Aprendizagem em Casa ampliou o acesso ao material de ensino *online* para estudantes e professores da rede estadual. Nele, é possível encontrar orien-

tações, plataformas educacionais, capacitações para docentes, tutoriais e sugestões de canais de aprendizagem. Assim, pais, responsáveis e estudantes passaram a ter condições de acessar os diversos recursos disponíveis para desenvolvimento de atividades em domicílio, permitindo a continuidade dos estudos.

Ao mesmo tempo, o estado adotou o *continuum* curricular, nos moldes do que definiu o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), integrando os anos de 2020, 2021 e, se necessário, os semestres até o final de 2022. Nesse cenário, foi preciso planejar as atividades, pensando no desenvolvimento das habilidades prioritárias em cada ano, com foco nos conteúdos mais essenciais à progressão dos alunos e à trajetória escolar futura. Além disso, no caso daqueles que não tiveram nenhuma ou pouca interação pedagógica, a escola optou pela reclassificação, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em uma série mais apropriada ao desenvolvimento escolar.

Ainda, vale destacar a pertinência e a relevância da Nota Técnica nº 001/2020, elaborada pela Secretaria com o propósito de orientar toda a rede estadual do Amapá. O documento prevê como deve se dar a adoção do *continuum* escolar, destaca a importância da análise cuidadosa e criteriosa dos impactos da reprovação – no cenário de crise sanitária –, abre a possibilidade de as avaliações serem realizadas *a posteriori*, de acordo com o melhor juízo de cada professor e escola, entre outras diretrizes. Trata, ainda, do Currículo Prioritário Amapaense, a matriz emergencial aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que se mostrou valiosa para garantir a continuidade do ensino durante a pandemia de covid-19.

FORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Um dos instrumentos decisivos para engajar professores e gestores foram as iniciativas de formação, executadas tanto de forma direta pelo estado, como em parceria com os municípios, por meio do Colabora Amapá (nesse caso, voltadas à Educação Infantil). As formações eram realizadas de modo remoto, mensalmente, seguindo a programação estabelecida desde 2019, com atividades

síncronas, propiciando o diálogo e a troca de ideias entre os professores, e também assíncronas, disponibilizadas na plataforma da Secretaria.

Em um período de tantas mudanças na maneira de trabalhar, as formações também contribuíram para a adaptação à nova realidade, pois incluíam orientações sobre como lidar com as ferramentas digitais, como utilizar recursos tecnológicos nas aulas e, até mesmo, como acolher e integrar estudantes com pouco ou nenhum acesso à internet e aos dispositivos eletrônicos.

Além das formações, Andréia Carvalho, gerente de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, destaca o Assessoramento Pedagógico em Rede como uma iniciativa indispensável de integração e aproximação das unidades de ensino. Por meio dessa ação, a Secretaria obteve maior agilidade e assertividade do processo de transmissão de orientações, diretrizes e normas aos gestores escolares. Com a participação de 43 assessores, ficou mais fácil elencar problemas, esclarecer dúvidas, encaminhar soluções e garantir entregas. “Ao mesmo tempo, nosso esforço de escuta ativa envolveu também o professor e pudemos entender melhor os desafios que os profissionais enfrentam no dia a dia, no contato com estudantes e comunidades”, conta Andréia. “Com tais medidas, reforçamos a autonomia das escolas e a possibilidade de autoria daquele que está na ponta, abrindo caminho para práticas inéditas e exitosas.”

Em outra frente, as escolas se perceberam como espaços sociais para além da missão de ensinar, e foram demandadas a fazer diagnósticos mais aprimorados. “As disparidades no desenvolvimento das habilidades esperadas a cada etapa aumentaram e se tornaram mais variadas. Com isso, precisamos ampliar nossa capacidade de diagnóstico e de compreensão da realidade socioeconômica”, explica Andréia. Vale destacar as atividades diagnósticas realizadas em 2021, em especial, a Avaliação da Fluência da Leitura, voltada aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.

Conquistas como essas, alcançadas no momento de grande adversidade, foram possíveis graças à aceleração e intensificação de processos que já estavam em andamento. Como indica a professora Neurizete, o domínio das ferramentas digitais, mesmo que

ainda demande ações mais sistêmicas, já mostra resultados para além dos objetivos emergenciais, contribuindo para implementação de metodologias de ensino ativas, além de motivar o trabalho colaborativo entre os professores, com alguns apoiando os colegas com maior dificuldade. “Vivemos a pandemia num momento desafiador, de implementação da BNCC¹, por exemplo. Mas houve ganhos, e avançamos em competências que, talvez, levássemos mais tempo para desenvolver”, afirma.

1. Base Nacional Comum Curricular.

Amazonas: desafios pelo Ensino de qualidade

Quando a pandemia obrigou o fechamento das escolas, os olhos de gestores públicos de muitos estados voltaram-se para o Amazonas. Não por acaso: desde 2007, o estado iniciou uma das maiores e mais bem-sucedidas experiências de Educação a Distância (EAD), até então, com o objetivo de oferecer ensino de qualidade aos alunos de comunidades rurais e indígenas espalhados pelo imenso território, frequentemente em localidades cujo acesso só ocorre por meio de barco.

Para levar adiante o projeto, havia sido criado, então, o Centro de Mídias do Amazonas (Cemeam), com aulas produzidas por professores de todas as áreas, gerando conteúdo de Ensino Fundamental e Ensino Médio, transmitidas *online*, via satélite e com interatividade. Para milhares de crianças e jovens amazonenses, assistir a aulas nesse formato já não era uma novidade, há mais de dez anos.

Do ponto de vista da Secretaria da Educação do Amazonas, os processos de produção estavam bem estabelecidos. Eram 14 anos de acervo de videoaulas, inclusive, já adequadas à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Se já tinha uma importância intrínseca para a Educação brasileira, a experiência do Amazonas se revelou essencial quando a pandemia chegou.

Quando veio o decreto de fechamento das escolas, foram necessários não mais do que cinco dias para realizar o esforço de priorização curricular em função das novas condições. Com base nas orientações do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), o Centro de Mídias localizou as aulas no acervo e, em parceria com a TV Encontro das Águas, inicialmen-

te com três subcanais (e, depois, com um quarto), deu início às aulas à distância.

Na proposta original, o projeto de EAD tinha o foco no atendimento a cerca de 40 mil alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Agora, passou a ser necessário produzir conteúdos também para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A solução foi encontrada em uma parceria entre o estado e a Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Em tempo recorde, até abril de 2020, foram formados docentes em técnicas para atuar *online*, em habilidades como a gestão do tempo e a performance no estúdio. Ainda, foi preciso promover a interatividade para que os estudantes pudessem tirar dúvidas e dialogar com seus professores virtuais por meio de um aplicativo disponível no mercado.

DISSEMINAÇÃO

Ao mesmo tempo, a Secretaria criou uma solução multiplataforma chamada Aula em Casa, que concentrava todos os conteúdos necessários aos alunos, o que atraiu a atenção de outros estados. O Amazonas começou, então, a ser procurado por diversos estados para compartilhar não apenas conteúdos, mas também a forma de organização do trabalho, como a distribuição da programação e as sequências utilizadas. Assim, firmou termos de cooperação técnica com São Paulo, Espírito Santo, Pará, Amapá, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

“Quando o mundo passou a fechar as portas para conter o vírus, começamos a pensar em como poderíamos seguir com nosso ensino. A solução veio da expertise que já tínhamos em levar conteúdos aos lugares remotos do Amazonas, e, com isso, surgiu o Aula em Casa. Ele foi nosso norte para conseguirmos ofertar os assuntos previstos no planejamento de cada série e ano, tanto que distribuímos as aulas para outros 12 estados”, lembra Kuka Chaves, secretária de Educação.

Para todos os estados, dar continuidade a programas de suporte, como a merenda escolar, foi um grande desafio. No Amazonas, essa tarefa tomou proporções literalmente amazônicas. “Foram

centenas de profissionais envolvidos na logística de entregar os kits na casa dos estudantes de Manaus e da região metropolitana, e de fazer os produtos chegarem o mais rápido possível nos demais municípios”, lembra a gestora.

Embora a experiência acumulada ao longo do tempo e potencializada pelas novas iniciativas tivesse representado um grande avanço, por suas características, o Amazonas também teve de enfrentar a falta de conectividade. Era preciso atender os alunos que não tinham acesso à internet ou mesmo ao sinal de televisão. O estado conta com 62 municípios, sendo que dos 450 mil estudantes da rede, menos da metade está em Manaus. O sinal televisivo chega a 15 municípios da região metropolitana da capital. No interior, o estado precisa contar com os nove municípios polo, atendidos por fornecedores de telefonia celular, e com uma ou duas escolas de cada localidade que recebem comunicação direta via satélite com a gestão central.

“Nós temos municípios sem nenhum tipo de conectividade a não ser a que chega via satélite pela Seduc¹. Há operadoras de telefonia celular, mas o sinal não serve para esse tipo de comunicação, nem para mensagem de WhatsApp: a pessoa recebe o ‘bom dia’ de noite. Foi para eles que nós criamos outras estratégias de atendimento, para que não ficassem sem receber informações”, explica Wilmara Monteiro, diretora do Cemeam.

MATERIAL IMPRESSO

No segundo semestre de 2020, foram produzidos e distribuídos para todos os estudantes da rede materiais impressos que seguiam a sequência das produções audiovisuais. O *continuum* curricular, ou seja, a nova organização do planejamento escolar que unificou os anos de 2020 e 2021, permitiu um uso mais prolongado do material que, pelas dificuldades logísticas, precisou de um tempo maior para chegar aos alunos. Assim, em 2021, a rede estadual de ensino já articulava um conjunto de iniciativas composta por vi-

1. Secretaria de Estado de Educação.

de aulas e cadernos impressos nas próprias localidades, com base no arquivo digital enviado pela Secretaria da Educação.

Ao mesmo tempo, os professores foram estimulados a utilizar todas as ferramentas digitais disponíveis, como o Google Classroom e o WhatsApp, a fim de manter o vínculo e a proximidade com os alunos.

Por meio de ferramentas de tratamento de dados, os gestores podiam acompanhar toda a rede, desde a frequência até o uso do material didático. Além da oferta das aulas regulares, o Centro de Mídias também passou a desenvolver diversos programas de reforço da aprendizagem. Em agosto de 2021, foi lançado o Contraturno Digital com o objetivo de preparar os alunos para as avaliações oficiais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e para os vestibulares. São aulas rápidas e objetivas que abordam cada descritor que consta nas provas de larga escala.

As aulas de reforço respondem, ainda, às iniciativas de avaliação feitas pelo estado. Desde agosto de 2020, quando houve o retorno à escola com ensino híbrido, teve início a aplicação da avaliação estadual denominada Avaliação de Verificação de Aprendizagem do Amazonas (Avam), feita a partir de itens do Saeb e de um banco de itens próprios. “Avaliamos tudo o que trabalhamos no primeiro semestre para saber como estavam os alunos. Aí, no retorno do segundo semestre, os professores foram trabalhar nos conteúdos e nos reforços desse conhecimento que estava sem sequência, truncado, sem consolidação”, diz a diretora do Cemeam.

O Amazonas foi o primeiro estado a retornar com as aulas híbridas e com o ensino 100% presencial, em agosto de 2021. No caso da volta às atividades presenciais, houve um Plano de Retorno com foco na Educação e, sobretudo, na segurança necessária para aquele momento. “Isso foi possível porque no período em que estávamos trabalhando de forma híbrida, antes da fase remota, começamos a estruturação de nossas escolas para os protocolos de saúde. Aproveitamos os seis meses em que ficamos totalmente parados para habilitar as unidades para receber os alunos”, conta Wilmara.

DESAFIO PRESENCIAL

“Voltar às atividades presenciais também foi um desafio cumprido positivamente. Instalamos pias, dispensers de álcool, tapetes sanitizantes e investimos em comunicação visual para informar as precauções que todos deveriam ter na escola e fora dela. Com todo o cuidado e a orientação, conseguimos ter um retorno tranquilo e seguro, conforme o planejado”, diz a secretária Kuka Chaves. “Distribuímos máscaras para toda a comunidade escolar, seguimos o distanciamento, adaptamos as salas de aula e os ambientes comuns, tudo para que a sensação de segurança estivesse presente e todos pudessem focar em ensinar e aprender.”

Foram resultados positivos e que superaram as expectativas. Os programas criados para entregar conteúdos e alimentação supriram a necessidade daquele momento peculiar. “É claro que nada substitui o contato presencial entre professores e alunos, mas dentro do que planejamos, alcançamos tudo”, garante a secretária. As deficiências que restaram, por sua vez, foram diagnosticadas no retorno presencial, e vêm sendo trabalhadas na sala de aula para seguir com a qualidade no ensino da rede pública.

Osiany Cunha Lima, professora de matemática para o 8º e 9º anos, foi uma das milhares de educadoras que precisaram se superar para manter a Educação viva. Teve dengue e covid-19 na mesma semana, e sabia utilizar apenas o nível básico dos recursos. Mas, foi em frente, na Escola Estadual Ronaldo Thompson. Para superar as inéditas dificuldades, Osiany lançou mão de todos os recursos para se manter próxima dos estudantes. “O que podíamos fazer? Tínhamos de ensinar, reensinar, reiterar para que aprendessem”, relembra. Seus dedos chegavam a doer de tantos *links* que mandava, individualmente, para cada um de seus 300 alunos. Além das aulas regulares transmitidas, agendava encontros extras para tirar dúvidas, sempre procurando inovar. Por exemplo, para ensinar sobre figuras planas, pedia às turmas que encontrassem caixas de todos os tamanhos, como sapato, pasta de dente, entre outras, e as utilizava nas *lives*.

A educadora também participou das iniciativas de busca ativa do estado. “Eu conhecia a família, entrava na casa deles, dava tchau para os pais. Entramos nos lares de nossos alunos, tivemos

proximidade.” Quando faltava um aluno, Osiany ia atrás para saber o que havia acontecido. “Ah, professora, meu pai levou o celular’, ‘Os irmãos estão usando’, ouvia. Eram tantas histórias comoventes que faziam a gente chorar”, lembra. “Compramos *chip*, carregador, doamos celular antigo. Foi mesmo muita dedicação, de todos nós, professores que queríamos fazer a diferença na vida dos alunos”, finaliza. Ela coleciona as mensagens recebidas e ainda se emociona quando as relê.

Bahia: rompendo barreiras no uso de ferramentas digitais

Em 2020, Mateus Fonseca Araújo era estudante do 3º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Luís Viana Filho, no município de Irecê (BA), região da Chapada Diamantina, a cerca de 500 quilômetros de Salvador. Durante a pandemia de covid-19, foi monitor de língua portuguesa, no âmbito do programa Mais Estudo, contribuindo para o progresso de alunos com dificuldades de aprendizagem. Graças à tecnologia, também gravava tutoriais para ajudar colegas monitores a realizarem as atividades propostas. A atuação de Mateus é um ótimo exemplo do trabalho realizado pela Secretaria da Educação da Bahia, a fim de estimular o engajamento de crianças e jovens, mesmo em uma situação tão adversa. Um dos objetivos centrais foi a preservação dos laços da escola com os estudantes (e, também, entre eles), contando com o uso de ferramentas digitais, como o aplicativo WhatsApp.

Durante todo o tempo em que os estabelecimentos de ensino estiveram fechados, a Secretaria adotou uma série de ações para manter o vínculo da instituição de ensino com os diversos atores, e, também, fortalecer a relação entre as escolas, assim como das escolas com as famílias, sempre zelando pela saúde física e emocional de todos. “Nosso primeiro movimento foi solicitar aos educadores que mantivessem contato com as crianças e os jovens, fosse por meio de atividades em papel, fosse pelo contato telefônico, ou, ainda, pelos canais digitais”, conta Manuelita Brito, superintendente de Políticas para a Educação Básica.

Contribuiu para isso o repositório de conteúdos já existente na Secretaria, assim como os novos materiais didáticos que foram desenvolvidos e, muito especialmente, a disposição para se

abrir a possibilidades inéditas de conexão. Assim, o programa de monitoria estudantil Mais Estudo, no qual Mateus era bolsista, ganhou novos contornos com a pandemia. Os monitores passaram a acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e recebiam desafios, em um formato semelhante ao dos *games*. A atividade era oferecida como forma de manter os vínculos e possibilitar o aprendizado na nova realidade que se impunha. Nesse ponto, o WhatsApp se tornou uma ferramenta valiosa, pois permitiu, por exemplo, a formação de grupos em que as questões eram discutidas com maior agilidade. O sucesso foi tal que o Mais Estudo virou lei, e o número de vagas passou de 10 mil para 52 mil, com a meta de assegurar dois monitores por turma do 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio.

CARGA HORÁRIA

Do ponto de vista da organização do processo ensino-aprendizagem, o diferencial decisivo para o estado da Bahia residiu na opção de não computar as atividades realizadas a distância como carga horária letiva. “Assumimos, de forma corajosa, que se computássemos essas tarefas como carga horária, sabendo da distribuição desigual do recurso que se tornou central (a conectividade à internet) e dos bens tecnológicos (celulares ou computadores), estaríamos ‘roubando’ dos estudantes que não tinham acesso à carga horária à qual eles têm direito”, explica Manuelita.

O estado decidiu que cerca de 700 horas não realizadas em 2020 deveriam ser levadas para 2021, de modo que o *continuum* curricular passou a se constituir de um ano letivo de 1.500 horas, composto de atividades divididas em duas dimensões: tempo-escola e tempo-casa. De um lado, as atividades regulares já oferecidas pela escola; em paralelo, as Atividades Curriculares Complementares (ACC), representando cerca de um terço da carga horária. Assim, os alunos passaram a ter oito horas de “atividades letivas”, para além das aulas formais, uma vez que as ACC se inserem na metodologia de aprendizagem por projetos ou de aprendizagem por problemas, com a possibilidade de serem realizadas fora do ambiente escolar e da relação pedagógica tradicional professor-estudante.

Um aspecto fundamental para o sucesso das estratégias da Secretaria foi a produção de um material didático autoral por parte dos professores da rede estadual. Por volta de maio de 2020, quando a crise sanitária decorrente do coronavírus estava estabelecida, cerca de 200 docentes foram convidados a participar da elaboração dos chamados “organizadores curriculares” a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Cadernos de Apoio à Aprendizagem, substitutos dos Roteiros de Aprendizagem, essenciais nos seis meses iniciais da pandemia. Mais detalhados e sistematizados, os Cadernos são estruturados em trilhas de aprendizagem com seis unidades, sendo que as três primeiras correspondem a 2020, e as outras três, a 2021.

Ainda, junto aos cadernos, foram desenvolvidos os “robôs de aprendizagem”: exercícios adicionais levados aos estudantes por meio do WhatsApp. Trata-se de uma parceria com o ChatClass, plataforma que possibilita disponibilizar atividades por meio dessa ferramenta de comunicação, com a vantagem de contar com um acompanhamento de inteligência artificial que indica ao aluno seu desempenho nas tarefas. “Rompeamos barreiras importantes em relação ao uso da tecnologia na Educação”, atesta Manuelita.

USO DA TELEVISÃO

No campo da Educação a Distância, é relevante, ainda, a existência da TV Educa Bahia, um canal de televisão aberto da Secretaria, com conteúdo exclusivamente educacional, voltado para o atendimento dos estudantes da rede pública estadual. Está disponível na multiprogramação da TVE Bahia, em todos os mais de cem municípios do estado, atendendo mais de 10 milhões de pessoas.

A TV Educa Bahia tem 24 horas de programação, fundamentalmente aulas transmitidas de segunda a sexta-feira pelo Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), com conteúdos curriculares voltados para alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Além das aulas, também são transmitidas *lives* com temáticas especiais. O canal conta com três estúdios para transmissão por satélite de aulas a distância, equipados com câmeras operadas,

câmeras robóticas, sala de corte e ilhas de edição. Cada estúdio oferece todas as condições para a transmissão de teleaulas, com suporte para apresentação de *slides*, vídeos, quadro interativo, além de interação com as turmas que assistem à programação nas salas multiuso existentes nas escolas.

As salas multiuso, por sua vez, são equipadas com televisão de 50 polegadas e *kit* com receptor de satélite e antena parabólica. A interação com os alunos é possível graças às ferramentas digitais de internet, como salas de bate-papo, Google Classroom, entre outras soluções.

Nesse cenário de aceleração da tendência de uso de novos recursos para chegar a crianças e jovens, o estado enfrentou, também, o desafio de formação continuada de professores em ambientes virtuais. Com a contribuição de parcerias externas, a Secretaria conseguiu engajar mais de 20 mil docentes em cursos somente em 2020, ano mais crítico da pandemia. Entre os temas abordados, destacam-se as ferramentas de ensino híbrido e como a tecnologia pode se converter em aliada contra os obstáculos à aprendizagem.

AÇÕES ESTRUTURANTES

Para além do âmbito pedagógico, ações estruturantes também se mostraram decisivas para preservar o vínculo dos estudantes com a escola. Logo em abril de 2020, por exemplo, foi instituído o Programa Vale-Alimentação Estudantil (PVAE). Com recursos próprios do estado, a iniciativa garantiu R\$ 55,00 por mês a 800 mil estudantes, contribuindo para a sua própria segurança alimentar e de seus pais e responsáveis. O Bolsa Presença, por sua vez, foi voltado às famílias cadastradas no CadÚnico, cujo valor de R\$ 150,00 buscou combater a evasão, incentivando a manutenção das matrículas e da frequência escolar, mesmo que por meio das atividades a distância – ao todo, foram 311 mil famílias e 357 mil estudantes beneficiados. “O objetivo foi propiciar o suporte necessário num período de grande adversidade, sempre com o acompanhamento pedagógico que nos mostrasse o efeito das medidas para além da assistência que traz alento e conforto. As dimensões sociais e edu-

cacionais andam juntas”, explica Manoel Calazans, superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escola.

Em 2021, já com o retorno, ainda que parcial, do ensino presencial, o estado reforçou a alimentação escolar para viabilizar o *continuum* curricular, que exigiu a ampliação do tempo de crianças e jovens nas unidades. A iniciativa fez parte do Programa Retorno Escolar Seguro (PRES), que se traduziu em investimentos significativos, com os recursos chegando diretamente a 1.060 unidades da rede estadual de ensino, com o objetivo de cobrir as despesas de custeio e capital, contribuindo para a manutenção física e pedagógica. “Tudo que atendia o objetivo de aprimorar a qualidade dos espaços e de contribuir para a melhor convivência dos estudantes se encaixou no PRES”, pontua Matteus Martins, assessor de Planejamento e Gestão.

As obras de modernização da rede escolar aconteceram em quatro frentes de investimentos com entregas distintas: manutenção preventiva e corretiva das edificações existentes; modernizações, com ou sem ampliação de salas de aula; complexos esportivos; e novas unidades escolares. Assim, foram implantados novos equipamentos – como quadras poliesportivas, auditórios e refeitórios – e realizadas obras de adequação das edificações existentes para garantir acessibilidade, aumentar a segurança das instalações elétricas e climatizar salas, entre outras ações.

Ceará: pacto federativo pela aprendizagem

A história da resposta do Ceará à pandemia de covid-19, no campo da Educação, pode ser contada de muitas formas. Conhecido pela consistência e pela regularidade de suas políticas educacionais com excelentes resultados, o estado passou por etapas vividas também em outras unidades da federação, como o uso acelerado da tecnologia, a produção de materiais impressos para os não conectados, a busca ativa e o investimento em segurança alimentar. Contudo, vale a pena destacar uma frente essencial: a colaboração entre a gestão estadual e os municípios – base sobre a qual o Ceará alicerçou o trabalho no campo da alfabetização.

A resposta da rede cearense, como um todo, foi rápida. As escolas foram fechadas em uma quarta-feira, e, na segunda-feira seguinte, as atividades remotas tiveram início. Ações em diferentes níveis foram iniciadas, mas, como lembra o coordenador Lucas Alvino, da segunda Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 2), responsável por 16 municípios, o primeiro ponto de destaque deve ser sempre o protagonismo dos professores e gestores escolares, técnicos e servidores. “Não fizemos os alunos esperarem, eles não se sentiram sozinhos, abandonados. Sentiram que continuaríamos ali, do lado deles. É o princípio de tudo. Isso aconteceu também nos municípios”, relata.

É preciso considerar que o contexto da Educação cearense é complexo. São 731 escolas, 13 centros de idiomas, 36 Centros de Educação de Jovens e Adultos (operando de modo presencial e semipresencial), e 123 escolas de Educação Profissional, com oferta de Ensino Médio integral e integrado, com nove horas

diárias. Soma-se a tudo isso o trabalho da Secretaria com as redes municipais.

Conforme o educador Márcio Pereira de Brito, secretário executivo da área que coordena as relações com os municípios, o Ceará tem sido reconhecido como boa experiência de regime de colaboração há mais de uma década. “É a corresponsabilidade pela Educação pública entre as duas esferas, em uma relação horizontal. O estado, por estar em posição mais estratégica, coordena esse pacto federativo, dialogando com todos os municípios”, resume.

A organização colaborativa criou uma condição diferenciada de resposta. Havia desafios: em um território com áreas pobres, com diferentes características, o contato dos estudantes com sua escola e comunidade era difícil. “Como estabelecer rotinas, porque a escola é feita de rotinas, com a comunidade, se a presença está proibida?”, questiona o secretário Márcio. Em vez de uma pausa, o trabalho foi intensificado. “Naquele momento, sentamos com a Undime¹ Ceará para dizer: ‘nós não podemos antecipar férias, não podemos criar lacunas, hiatos em relação ao contato com os alunos, precisamos manter nossas ações’”, lembra.

ADAPTAÇÃO

Por isso, a primeira iniciativa, ainda em março de 2020, foi iniciar o processo de formação das equipes. Sabia-se que muitos professores ainda não tinham condições de acessar as atividades *online*, mas era preciso começar. “Não era nem inovação de ensino à distância, mas uma adaptação do presencial àquela condição de não ter o aluno na escola”, conta o secretário executivo. Logo, todos foram alcançados pela ação formativa.

No segundo momento, os docentes foram estimulados a ofertar atividades didáticas. Se, até então, a mediação com o estudante era realizada via livros físicos, era o momento de mudar para o modelo digital, gravando videoaulas e *podcasts*, utilizando as re-

1. União dos Dirigentes Municipais da Educação.

des sociais. Nasceu, então, o programa #EstudoEmCasa, com conteúdos semanais organizados em uma agenda, uma proposta para que os professores de matemática, língua portuguesa, ciências, história e geografia continuassem ofertando atividades para todas as séries, até o fim do Ensino Fundamental.

Em seguida, veio também o programa #BrincandoEmFamília, voltado para a Educação Infantil – área considerada a mais difícil de atender com base em meios remotos. Ainda assim, o programa conseguiu levar para as residências orientações sobre direitos, propostas de brincadeiras e ações que podiam ser reproduzidas no ambiente doméstico, com rotinas semanais.

O entendimento de que a pandemia não passaria rapidamente levou a novas ações e intensificação da produção de conteúdos. Teve início, então, o programa Conexão Educação, em conjunto com uma fundação. Foram feitas parcerias com dois canais públicos de TV, inicialmente alimentados com os conteúdos produzidos pela fundação, e, depois, com as produções dos próprios professores. “Nossa equipe nunca tinha feito videoaulas. Conseguimos os equipamentos e começamos a produzir, ocupando a grade com sete horas diárias voltadas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental”, conta Márcio.

Ao mesmo tempo, e porque a cultura da avaliação já estava incorporada, o Ceará passou a aferir se os resultados do esforço realizado estavam correspondendo em termos de aprendizagem. “Vimos, então, que um percentual muito grande não estava conseguindo se desenvolver a contento. Em um primeiro momento, ficamos um pouco frustrados, mas logo compreendemos que havia um contexto de vulnerabilidade social. As famílias estavam passando por outras necessidades também”, lembra.

Diante dessa realidade, a Secretaria da Educação do Ceará estimulou as redes municipais a fazerem visitas domiciliares, para orientar os pais e responsáveis, além de entregar materiais impressos àqueles que não tinham conexão à internet ou equipamentos tecnológicos.

Com a segunda onda da pandemia, a equipe de Educação considerou necessário reconstruir as bases do diálogo federativo. Assim, em 2021, o governo do estado lançou o Pacto pela Apre-

dizagem, que definia, em lei, o repasse de recursos financeiros, com regras sobre o uso e com foco no fortalecimento pedagógico. Foram entregues, também, *kits* multimídia, equipamentos de áudio e vídeo, impressoras, entre outros recursos para auxiliar o trabalho na volta às aulas presenciais. O retorno aconteceu quase simultaneamente entre os 184 municípios e o estado. Apenas seis ainda não haviam retomado em outubro de 2021.

Em 2022, o Pacto também assegurou a coordenação dos esforços para a recomposição da aprendizagem. Pioneiros na alfabetização na idade certa, o estado e os municípios decidiram adiar a idade máxima para os nove anos. Da mesma forma, instituíram, pela primeira vez, processos institucionais de avaliação formativa, logo no início do ano. “Tudo para que as crianças possam ter avaliação robusta, fidedigna, censitária; e para termos mais clareza da realidade de cada comunidade, escola, município, para sermos mais assertivos”, finaliza.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Um dos pilares do trabalho realizado no Ceará tem sido a educação continuada de professores. Novamente, na pandemia, os importantes programas Fortalecimento dos Coordenadores Escolares e Foco na Aprendizagem foram especialmente importantes, pois permitiram obter maior eficiência na transição emergencial para o trabalho mediado por tecnologia. “Trabalhamos o currículo mínimo com os professores, metodologias ativas, avaliação”, explica o coordenador Lucas. Ao mesmo tempo, as formações serviram para mostrar aos docentes que não bastava transpor o trabalho presencial para o remoto. Um grande evento, denominado Conexão Seduc, reuniu 6 mil pessoas para trocar experiências e ouvir especialistas sobre Educação híbrida e outros temas.

Ele destaca, entre os aprendizados trazidos pela tragédia da pandemia, o uso do digital como forma de aproximar as pessoas e de fortalecer o diálogo. “Precisamos estar muito próximos dos professores e dos gestores. Quanto mais perto estamos das pessoas, mais compreensível e exequível é a política educacional”, afirma Lucas.

Ainda, tudo isso permitiu que o planejamento do retorno presencial pudesse ser antecipado. Assim, cada aluno recebeu um *chip* de telefonia móvel e 20 GB de tráfego, ainda no primeiro semestre; foram entregues *tablets* para matriculados nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, com acesso à internet; foi garantida a segurança alimentar, pelos *kits* de alimentação entregues aos estudantes; e empreendeu-se um grande esforço de busca ativa. Também foram iniciados processos de aquisição de dispositivos digitais para todos os professores, e detalhadas ações de suporte, que envolveram até mesmo a distribuição de absorventes higiênicos.

Outra característica da rede estadual do Ceará foi essencial na pandemia: uma ampla documentação foi produzida para orientar as equipes e a sociedade, além de registrar tudo o que aconteceu em 2020 e 2021. “Já publicamos uma coleção para guardar registro de percepção da trajetória, chamada *A Educação do Ceará em tempos de pandemia*. Foram tantas histórias! Era para ser um livro e fizemos três”, lembra Maria Elizabete de Araújo, assessora de gabinete da Secretaria.

Em março, já estavam publicadas as primeiras diretrizes curriculares construídas em parceria com o sindicato de professores, com a participação de órgãos normativos e de controle, para que as escolas pudessem se organizar, respeitadas as suas autonomias e o contexto de cada município. Depois dessas diretrizes, outro documento, intitulado *Guia de Apoio aos Estudos Domiciliares*, agregou ferramentas e reuniu dicas pedagógicas.

Em seguida, veio o *Guia de Organização Pedagógica para o Ensino Remoto*, detalhando o atendimento a diferentes perfis de alunos, como os que vivem na zona rural. O esforço de normatização e documentação foi essencial, e ainda é, na volta às aulas, em 2021.

“Fomos buscando a implementação de tudo isso e preparando a escola para um futuro retorno”, conta Maria Elizabete. Para ela, a cultura educacional já consolidada no Ceará foi um elemento importante para enfrentar a crise. Assim, as respostas foram rápidas, no sentido de realizar todo o esforço possível para que o estudante mantivesse o vínculo com a escola, inclusive com o apoio de parceiros. Isso é algo sempre válido, tanto para o trabalho *online*, como para as atividades presenciais.

“Nós não perdemos a esperança em nenhum momento. A pandemia nos forçou a antecipar algumas iniciativas que levariam décadas para ocorrer, se não tivesse havido esse processo rápido para reorganizar a escola. Nós decidimos juntos, com nossas lideranças regionais, que isso seria um aprendizado. Estamos olhando para o futuro entendendo que a Educação híbrida veio para ficar, inclusive prevista em nossa legislação”, finaliza Elizabete.

Distrito Federal: a tecnologia como instrumento de trabalho do professor

O Distrito Federal (DF) foi a primeira unidade da federação a suspender as aulas em todas as escolas de sua rede de ensino. Imediatamente, coube à Secretaria de Educação buscar alternativas para não deixar se perder o vínculo com quase meio milhão de crianças e jovens, oferecendo novos meios de aprendizagem. Em menos de um mês, o DF voltava a ser notícia, por conta de uma parceria com a TV Justiça para a transmissão de teleaulas.

Para viabilizar o projeto, a TV Justiça disponibilizou para a Secretaria a estrutura necessária para a gravação de conteúdo, bem como a veiculação das aulas de manhã, com sinal aberto em Brasília, por seu canal no YouTube e também pelo Twitter. “Sendo uma emissora pública, a TV Justiça não poderia ficar inerte diante do momento excepcional que afeta toda a sociedade e exige o confinamento de nossas crianças e adolescentes”, destacou, na época, o secretário de Comunicação do Supremo Tribunal Federal (STF), Márcio Aith.

Para a equipe da Secretaria, aquele foi um período de intenso aprendizado, como lembra David Nogueira, assessor especial responsável por coordenar o Grupo de Resposta à Pandemia, em 2020, e, atualmente, diretor de Educação Integral. “No início, era mais fácil transmitir as aulas ao vivo, pois, nesse caso, reproduzíamos, em certa medida, o que acontecia em sala de aula. Os pro-

fessores se sentiam mais à vontade. Gravar as aulas era mais difícil tanto para os profissionais como devido aos aspectos técnicos envolvidos”, relata.

As teleaulas transmitidas pela TV Justiça fizeram parte do programa Escola em Casa DF, que incluía parcerias com outras emissoras e utilização de plataformas digitais para levar ensino ao maior número possível de estudantes, da Educação Infantil ao Ensino Médio, incluindo os Centros de Educação Especial. Logo, passou a fazer parte dessa iniciativa a utilização do Google Classroom em todas as etapas e modalidades. Para isso, a Secretaria contou com a parceria de uma empresa de Pernambuco que reproduziu, nas salas virtuais, as mesmas formações das salas de aula de antes do fechamento das escolas, possibilitando que os estudantes preservassem os laços de familiaridade com o ambiente e os amigos. Ao mesmo tempo, a plataforma propiciava a interação entre alunos e professores, atribuindo às escolas, em sua autonomia, a escolha entre realizar aulas síncronas ou assíncronas, a fim de tirar o melhor proveito da ferramenta.

ACESSO À INTERNET

Igualmente importante foi a decisão de oferecer internet reversa, isto é, arcar com os custos para que docentes, crianças e jovens tivessem acesso à plataforma de maneira gratuita. Um aplicativo desenvolvido pela Universidade de Brasília disponibilizou a navegação pelo conteúdo do Escola em Casa DF sem utilizar a banda própria de internet, mesmo que fosse necessário, por exemplo, carregar vídeos do YouTube. Já em 2021, a ação evoluiu para a inclusão de um *chip* na lista de materiais do Cartão Material Escolar (CME), benefício educacional social para os estudantes matriculados no ensino regular da rede pública do DF, repassado uma vez por ano (em 2021, especificamente, eram contemplados crianças e jovens cujos pais e responsáveis estavam cadastrados no programa Bolsa Família).

“Nesse período, conseguimos um avanço significativo no entendimento do lugar da tecnologia. Antes, pensávamos que tecnologia bastava, que, com novas ferramentas, conseguiríamos fazer

tudo. Porém, por mais que você faça o melhor uso possível, nada substitui o contato do professor com o aluno em sala de aula. O lugar da tecnologia é ajudar o professor. Não é a salvação de todos os problemas, mas é uma grande ferramenta”, destaca Nogueira.

O assessor recorda também como foi decisivo ouvir as escolas o tempo todo, com a gestão da Secretaria progressivamente conectada com o que então diziam os estudantes e os professores. Afinal, a implementação de qualquer política em sala de aula demanda o engajamento desses profissionais. Nessa jornada, também foi essencial o papel da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape), que completou 33 anos de existência em 2021 (nasceu como Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação e foi alçada a subsecretaria em 2019).

NOVO MOMENTO

As formações, voltadas ao novo cenário de uso de ferramentas digitais e ao ensino remoto, foram ofertadas para duas carreiras existentes no DF: magistério e assistência à Educação. “Em 2020, os professores iniciavam o planejamento do ano e ninguém estava preparado para as mídias digitais. Foi necessário promover a readequação, inclusive, para os formadores, para atender os docentes e, também, os gestores, que precisavam se organizar e estruturar as equipes para o novo momento. Organizamos a Eape para que pudesse ajudar as unidades escolares a chegar aos alunos”, lembra a subsecretária Maria das Graças Machado.

No esforço de preparar os profissionais para a transição do presencial para o remoto, as formações beneficiaram mais de 25 mil professores. O primeiro estágio foi de acolhida e escuta ativa, com o propósito de entender quais eram as necessidades dos docentes e dos gestores, não apenas do ponto de vista funcional e pedagógico, mas também da perspectiva emocional. Foram colocadas em prática ações de troca de experiência, em que as pessoas podiam enviar mensagens para a Eape, com sugestões de temas a serem debatidos.

Em 2020, ocorreram 194 ações de formação para 76.536 cursistas habilitados de todas as etapas e modalidades. Dessas, 33

voltaram-se, especificamente, para novas tecnologias, com uma procura significativa que refletia a necessidade de todos de se reinventarem. Para a formação Gsuite – Ferramentas do Google para a Educação, por exemplo, houve 26.882 inscritos. Para a formação em Produção de Material Didático: Práticas Sociais, Proposta Metodológica e Design contabilizou-se 22.290 participantes. Já em 2021, foram 180 ações de formação para 18.355 profissionais.

A subsecretária Maria das Graças destaca que o período da crise sanitária influenciou os rumos dos cursos ofertados. Atualmente, há uma preocupação muito maior com as novas tecnologias e com as metodologias voltadas ao ensino remoto, não apenas dos estudantes regulares, mas também no que diz respeito à inclusão de alunos especiais e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo.

ALIMENTAÇÃO

A Secretaria de Educação destaca, ainda, o trabalho realizado no âmbito da segurança alimentar e nutricional durante a pandemia. Os programas de cartões Bolsa Alimentação e Bolsa Alimentação Creche foram instituídos em março de 2020, logo que as aulas foram suspensas, para serem pagos mensalmente durante o ano letivo. Entre 2020 e 2022, a Bolsa Alimentação atendeu, em média, 85 mil estudantes da rede pública, cujas famílias faziam parte do Bolsa Família. O investimento total foi de R\$ 98,9 milhões. A Bolsa Alimentação Creche, por sua vez, foi destinada às 23 mil crianças matriculadas nas instituições parceiras da Secretaria. O valor fixo, de R\$ 150,00 por mês, foi calculado com base no gasto das instituições com a alimentação. Em 2020, o programa recebeu o total de R\$ 35,1 milhões.

O governo federal publicou a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (alterando a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de Educação Bási-

ca. Assim, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e jovens, a Secretaria de Educação, por meio da Diretoria de Alimentação Escolar, organizou-se para distribuir cestas verdes aos alunos da rede pública, além de propiciar o desenvolvimento e aprendizado dos estudantes por meio da oferta de alimentação nutricionalmente adequada e saudável. Em 2020, foram distribuídas 387 mil cestas, e, em 2021, outras 258 mil. Eram formadas por 34 itens provenientes da agricultura familiar, adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo, entre os itens, frutas e hortaliças, como goiaba, couve, cenoura, tangerina, cebola, batata-doce, morango, entre outros.

A diretora de Alimentação Escolar, Fernanda Melo, ressalta que a pandemia de covid-19 impôs a necessidade de transformar e reequilibrar a maneira como os alimentos são produzidos e consumidos. Assim, para evitar desperdício, uma vez que os produtos da cesta eram essencialmente perecíveis, as entregas foram realizadas nas escolas para as famílias que manifestaram interesse em receber os produtos. Além disso, tanto em 2020 como em 2021, foram distribuídos às famílias os itens em estoque nas escolas, antes que se tornassem impróprios para consumo. “Nossa missão vai muito além da oferta de algo tão fundamental para os estudantes e suas famílias. As ações vêm sempre acompanhadas do trabalho pedagógico em relação ao alimento. Por isso mesmo são muito gratificantes, em especial, nos momentos de contato com as crianças”, afirma.

Espírito Santo: enfrentando a pandemia com base em evidências

Dentre todas as unidades da federação, o Espírito Santo foi a que menos tempo ficou sem aulas presenciais. As razões que tornaram isso possível e o conjunto das experiências vividas pelo estado deixam um legado de aprendizados para a gestão pública de ensino no Brasil – em especial, a valorização do planejamento.

“Já havia estruturas bem desenhadas para 2020”, afirma a subsecretária de Planejamento e Avaliação, Isaura Alcina. “A máquina estava azeitada. Sabíamos quais eram nossos objetivos, que não mudaram. Estávamos com saúde financeira e com projetos organizados, com a casa arrumada, e, mesmo reconhecendo os problemas, isso nos ajudou muito a enxergar as dificuldades e responder rapidamente”, concorda Andréa Paollielo, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

Como exemplo das estruturas criadas antes da pandemia, e que se mostraram essenciais, Isaura Alcina cita o Apoio – Grupo de Apoio e Espírito Social, coordenadoria instituída em 2019 para dar suporte à dimensão social em todas as escolas. “A pandemia trouxe muitas questões psicossociais, como o isolamento, o luto, a doença em família, o aumento da vulnerabilidade social. Já em 2020, expandimos o trabalho para todas as escolas”, relata.

A subsecretária de Educação Básica e Profissional, Andrea Guzzo Pereira, também lembra que todos os processos aconteceram em tempo recorde, como foi o caso da implementação do Progra-

ma Escola e de suas primeiras medidas, como o convênio com o Amazonas. “Fomos criando outros programas e ações dentro do Programa Escola, uma rede sem ruptura com o estudante, com o modelo de aula *online*”, diz.

Na gestão pública da Educação durante a pandemia, todos os setores foram chamados a participar – quase sempre, setores ligados às áreas pedagógica e administrativa. No Espírito Santo, o enfrentamento da crise sanitária teve, ainda, um apoio pouco comum na Educação – a área de Projetos, Processos e Inovação, responsável pelo planejamento estratégico. Ainda que todos tenham sido surpreendidos pela pandemia – o plano foi concluído uma semana antes do fechamento das escolas –, o trabalho se mostrou essencial ao longo dos meses subsequentes.

Segundo Andréa Paollielo, inicialmente estava entre suas missões montar a cadeia de valor do trabalho e rever processos, com foco em resultados. O objetivo primordial do escritório era, principalmente, avaliar o impacto das políticas públicas. Com a pandemia, o processo de monitoramento se tornou central.

PRIMEIRAS AÇÕES

No início, claro, não havia nada estratégico – a ordem era “apagar incêndios”, como providenciar a gravação de aulas, formalizar um termo de cooperação com o Amazonas, buscar soluções para a merenda, a gravação de aulas, a contratação de professores, entre outras emergências. Tudo isso aconteceu em um período de pouco mais de duas semanas – o Espírito Santo optou por antecipar as férias de julho para ganhar tempo de planejamento. “Depois, fomos conseguindo respirar e fizemos juntos toda a estruturação do programa escolar”, lembra.

A partir daí, sua área explorou outras soluções para monitorar os novos processos, como as atividades pedagógicas não presenciais, buscando informações em todas as fontes possíveis e cruzando os resultados – acesso ao Google Classroom, ao YouTube, aos questionários aplicados nas escolas. Os dados gerados foram importantes para diversas decisões tomadas futuramente, dentre elas, a interrupção das aulas transmitidas pela TV.

“Os alunos não estavam realmente assistindo”, diz Andréa. Nesse momento, a Secretaria já havia disponibilizado um aplicativo com dados franqueados e o próximo desafio foi veicular as aulas gravadas por ali.

Das respostas às emergências, o setor de Andréa passou a trabalhar com análises de riscos, prevendo problemas futuros e criando cenários. Surgiram, então, os painéis do Power BI. “Isso mudou nossa forma de monitorar projetos como um todo. A metodologia que adotamos para o programa escolar, replicamos para todos os projetos, e isso mudou até o perfil profissional do escritório”, conta a administradora.

As reuniões semanais de monitoramento, com os dados mapeados e os cenários construídos, permitiram decisões mais ágeis. “Secretário, gerência de tecnologia, assessoria jurídica, área pedagógica, todos estavam na mesma mesa para decidir, sabendo qual era a prioridade naquele momento”, conta Andréa. Havia também um Grupo de Trabalho que envolvia o sindicato das escolas privadas, a Secretaria de Saúde e o Ministério Público, o que propiciou a intersectorialidade das discussões e o amparo jurídico necessário. Assim, todas as decisões eram tomadas com base em evidências, com indicadores próprios por projeto.

Dentre as conquistas do período de crise sanitária está a crescente qualificação dos indicadores. Até então, um projeto nascia sem critérios de monitoramento – aspecto que era projetado mais adiante. Agora, todos os projetos já começam com seus próprios indicadores, cada vez mais apurados. Para acompanhar a presença de cada estudante, por exemplo, foram criados QR Codes lidos pela própria escola, em um sistema com atualização automática.

PREVENÇÃO AO ABANDONO

O monitoramento é importante em todos os setores, como é o caso da busca ativa. Já existia uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), programa que foi ampliado. Seu objetivo não era apenas buscar quem já havia deixado a escola, mas evitar o abandono e a evasão futuras. “Criamos comitês para associar essa busca ativa às ações pedagógicas, fazendo um moni-

toramento trimestral da aprendizagem, para ver a propensão ao abandono”, lembra Isaura Alcina.

Da mesma forma, tão logo se iniciaram as tratativas para a transmissão por TV e o acesso *online*, a Secretaria da Educação também começou a mapear as condições de acesso pelos estudantes, buscando respostas para resolver diferentes situações – como o caso de quem não tem acesso à TV ou não consegue o sinal de celular. “Eram cinco ou seis cenários em que cruzamos condições do professor e do aluno”, relata a subsecretária. Daí surgiram orientações importantes para a criação do aplicativo, para as contas digitais do professor e para logística e transporte do material impresso.

A experiência intensa vivida na pandemia deixou muitos aprendizados para o Espírito Santo. Um dos mais importantes, para Andrea Guzzo, foi a ressignificação do espaço escolar. “Vimos a importância da convivência e da interação que a escola proporciona, mas aprendemos também a possibilidade de ampliar o espaço escolar por meio da tecnologia. A Educação tem muitas dívidas a pagar com a sociedade, e ainda se olhava a tecnologia como luxo. Agora a vemos como uma necessidade – também para o dia a dia dos alunos”, diz.

Outra mudança importante de paradigma, a seu ver, afeta diretamente as possibilidades de ampliação das oportunidades de formação de professores. “Quebramos preconceitos, como o de que a formação a distância não funciona, mas ela tem muita capilaridade”, conta a subsecretária.

Durante a pandemia, o Espírito Santo fortaleceu o seu Centro de Formação do Professor (CEFOP), responsável por uma capacitação mais ampla sobre ensino híbrido, produção de videoaulas, animações, entre outros recursos. A oferta de vagas saltou de 8 mil, em 2019, para quase 100 mil, em 2021. Em 2019, já havia sido feito um levantamento para ouvir os professores e entender suas necessidades e seus interesses, que se somavam às demandas da própria Secretaria. Naquele ano, ainda, aconteceram formações híbridas que, em 2020, passaram a ser totalmente a distância.

As avaliações ganharam um impulso significativo, permitindo acompanhar, mais atentamente, a aprendizagem antes e durante a

pandemia. “É importante pensar que garantimos o ensino, mas não podemos dizer que garantimos a aprendizagem”, pondera Isaura.

Em paralelo, o movimento para fortalecer a avaliação se concretizou em 2020. Desde então, foram construídas matrizes e descritores para realizar uma avaliação que compreenderia todos os componentes curriculares do 3º ano do Ensino Fundamental em diante. “Foi um trabalho de Hércules”, comenta. A primeira prova foi realizada virtualmente entre julho e agosto de 2020. No início de 2021, foi aplicada a mesma avaliação. Com base nos resultados, a Secretaria instituiu um Programa de Fortalecimento de Aprendizagem. “A avaliação fez toda diferença para identificar os alunos com maior dificuldade”, considera.

Com o trabalho realizado, o Espírito Santo esteve entre os primeiros a retomar as aulas presenciais – em 20 de outubro de 2020. No início de 2021, houve nova suspensão, mas, ainda no primeiro semestre, elas foram retomadas. No final de julho, a presença se tornou obrigatória.

Goiás: o essencial engajamento dos professores

Quando viu se aproximar a possibilidade de as atividades pedagógicas de sua escola serem suspensas devido à pandemia de covid-19, a primeira providência da diretora Orita de Souza Medrado foi obter e organizar os telefones dos estudantes, com base em um cadastro que incluísse os contatos deles e, também, dos seus pais e responsáveis. “Sabíamos que os dados que possuíamos poderiam estar desatualizados, e nossa prioridade era preservar o vínculo com os jovens”, afirma a gestora, que está à frente do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Arco-Íris, na região sul de Goiânia.

A professora Orita conta que, logo depois, foram formados grupos de WhatsApp de cada uma das salas de aula da unidade. “Esse era o único recurso que tínhamos nos primeiros meses, entre março e junho de 2020, e foi muito significativo para preservar o diálogo com os estudantes”, explica. Em seguida, a unidade buscou compartilhar o conhecimento existente sobre os recursos tecnológicos disponíveis, promovendo oficinas em que os próprios professores transmitiam aos colegas o que sabiam e disseminavam as melhores práticas. “Foi um trabalho de formiguinha em que os que sabiam mais ensinavam os que sabiam menos. Assim, abrimos caminhos para intensificar a utilização de novas ferramentas, como o Google Meets”, acrescenta.

Atualmente, o Ceja Arco-Íris atende a 450 estudantes, a maior parte deles na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas há também jovens cursando o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio. Na missão de garantir a continuidade do processo de ensino e aprendi-

zagem, tanto a escola da professora Orita como as demais unidades da rede estadual de Educação de Goiás contaram com aliados importantes.

“Trabalhamos lado a lado com as superintendências pedagógicas para elaborar planos de ação, e para que os professores se organizassem nesse novo modelo, uma vez que essa não era uma abordagem que as pessoas conheciam. Tivemos de ir mais à frente: além dos professores ensinarem os alunos, eles também precisavam ser ensinados a trabalhar com essa metodologia”, destaca Patrícia Moraes Coutinho, superintendente de Organização e Atendimento Educacional. “Mesmo diante de todo o tipo de adversidade, mostrou-se decisivo o engajamento dos professores e das equipes escolares, respondendo positivamente ao chamado dos gestores e, em outra ponta, também motivando a comunidade e, em especial, os pais e responsáveis.”

PLATAFORMA

Um marco relevante nessa jornada foi o lançamento, pelo governo do estado, em abril de 2020, do portal NetEscola, com o objetivo expresso de auxiliar professores e estudantes na superação do desafio representado pelo regime de aulas não presenciais. Ele contava, desde o início, com uma série de conteúdos, como aulas e listas de atividades, voltadas a todas as séries dos Anos Finais e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Tais conteúdos foram disponibilizados em formato de texto e vídeo, abordando todos os componentes curriculares das diversas áreas do conhecimento, com atualização semanal e novas publicações didáticas produzidas pela própria Secretaria.

O NetEscola chegava como suplemento ao trabalho docente, em alinhamento com a coordenação pedagógica, propiciando a utilização do repositório de aulas e atividades de maneira complementar. Nesse sentido, as páginas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) tendem a ser mais lúdicas, com uma maior diversidade de recursos visuais e interatividade. Os estudantes do Ensino Médio, por sua vez, podem se valer do Goiás

Bem no Enem¹: videoaulas, maratona de resolução de questões do exame, lista de exercícios, videodicas enviadas para os alunos toda semana.

Vale destacar que o portal reúne orientações sobre como o estudante pode organizar seus estudos e pedir ajuda de seu professor, juntamente com espaço para comentários, favorecendo o diálogo permanente. Ao mesmo tempo, os professores dos Centros de Educação em Período Integral elaboraram um trabalho de tutoria que encontrava suporte nas redes sociais, em aplicativos de reuniões e, até mesmo, em ligações telefônicas para conversar com os alunos e tirar dúvidas.

Já em 2021, um investimento adicional do governo estadual de R\$ 4,2 milhões por mês assegurou que estudantes e professores pudessem ter acesso gratuito aos conteúdos didáticos do NetEscola, para todas as séries da Educação Básica, por meio do programa Internet Patrocinada. Para ter acesso ao benefício, o estudante ou o professor devia fazer seu cadastro na página inicial do aplicativo NetEscola, disponível para *download* na loja virtual do sistema operacional Android. Com o *login* e senha informados pelo aplicativo após o cadastro, o usuário assistia a videoaulas e baixava listas de atividades, sem desconto em sua franquia de dados móveis.

Patrícia, da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional, ressalta que, em paralelo, houve um monitoramento da rede para avaliar a efetividade das ações, incluindo o acompanhamento do que estava chegando aos estudantes, quantos estavam participando das aulas, se havia casos de abandono, e assim por diante. Para isso, foi criado um painel (com base em Power BI) em que era possível registrar diariamente os dados de frequência. A isso se somou um esforço de busca ativa. “Quando identificávamos que, de uma semana para outra, 10 ou 15, ou até menos, crianças e jovens estavam deixando de frequentar as aulas, entrávamos em contato com as famílias. Assim, alcançamos uma redução da evasão, entre 2020 e 2021, da ordem de 50%”, afirma a gestora. Essa mobilização foi reforçada, no período da pandemia, por ações de

1. Exame Nacional do Ensino Médio.

segurança alimentar, que chegaram a atender cerca de 530 mil matriculados nos estabelecimentos de ensino do estado.

As aulas remotas em Goiás aconteceram no âmbito do Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP), adotado no início da pandemia de coronavírus, abrangendo desde a necessidade de preparação de material específico para cada etapa e modalidade de ensino – videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico, por exemplo – até a premissa de realização de avaliações dos conteúdos ministrados no período de fechamento das escolas, a serem aplicadas no retorno às aulas presenciais.

EMPENHO DAS EQUIPES

Nesse contexto, a garantia do ensino por meios que não o da presença em sala de aula só foi possível graças ao empenho extraordinário dos professores e das equipes escolares. Ainda, para acompanhar o crescente interesse pelas novas tecnologias e pelas mídias digitais, foi preciso avançar rapidamente no campo da capacitação dos colaboradores da rede.

Rita de Cássia Ferreira conta que o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação de Profissionais de Educação havia sido criado há pouco tempo (em meados de 2019), quando a pandemia chegou. “O desafio era gigante. Foi necessário mudar todas as nossas estratégias e procurar ferramentas para atender as equipes no novo cenário”, relembra. Assim, emergiu o desenvolvimento de uma gama variada de cursos, tanto em plataformas digitais quanto por outros meios, como webinários, *lives* e o próprio YouTube, em vídeos que ficavam disponíveis para o momento mais adequado da perspectiva do público do Centro. A temática dessa iniciativa também precisou ser ampla e diversificada, abrangendo desde a iniciação em utilização de equipamentos e tecnologias até o passo a passo de ferramentas como o de videoconferência. “O fato é que, até a pandemia, nós nunca havíamos sido desafiados a lidar com esses recursos e conseguimos nos aprimorar”, constata a professora Rita, acrescentando que o governo estadual também proporcionou um auxílio mensal para que os docentes

pudessem contar, em suas casas, com uma melhor qualidade de conexão à internet.

No que diz respeito às avaliações, foram realizados diagnósticos com o apoio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O primeiro, em fevereiro de 2021, identificou uma perda de aprendizagem significativa, revertida, em parte, na aferição das avaliações do segundo semestre do mesmo ano. Mais importante do que os resultados, porém, foram os elementos obtidos no sentido de criar parâmetros para uma retomada das aulas presenciais que representasse, efetivamente, uma recomposição de aprendizagem, tendo como diretriz a busca permanente por maior equidade.

Para isso, a evasão escolar é sempre um obstáculo importante a ser superado. “A vida das pessoas mudou, e observamos muita gente deixando a cidade, inclusive. Precisamos resgatar essas crianças e esses jovens, encontrando mecanismos e ferramentas para isso. O vínculo mantido durante a pandemia foi essencial, mas ainda há um esforço a ser realizado, compreendendo a realidade de cada família e da comunidade”, alerta a diretora Orita, do Ceja Arco-Íris.

Dentre as estratégias a serem utilizadas pela Secretaria de Goiás estão o fortalecimento do Portal NetEscola e a continuidade de ações como a distribuição de material escolar, o programa Bolsa Estudo, que disponibiliza um valor mensal a estudantes matriculados nas três séries do Ensino Médio da rede estadual, e o reforço e a diversificação da merenda escolar.

Maranhão: combate à pandemia, combate à desigualdade

Em 4 de dezembro de 2021, o diretor Aliandro Borges, do Centro de Ensino Cidade Operária II (CEM II), na periferia de São Luís, desembarcou em São Paulo para receber o Prêmio Territórios, concedido a sua escola por um instituto. Pelo mesmo projeto, o professor Marcelo Costa Lima recebeu o tradicional prêmio Professor Nota 10. A dupla premiação reconhece não apenas o mérito de um educador e de uma escola exemplares, mas condecora indiretamente o esforço feito pela rede pública de Educação do Maranhão, um dos estados mais pobres do país, para combater a desigualdade e oferecer um ensino digno durante a pandemia de covid-19.

Não por acaso, o projeto que levou às premiações, denominado Minha Quebrada Tem História, foi realizado dentro de uma disciplina eletiva do currículo do novo Ensino Médio e teve como foco a busca pela historicidade das periferias, dos bairros populares e dos conjuntos habitacionais de ocupação recente na capital maranhense, valorizando os saberes das comunidades, de seus territórios e dos estudantes. Diante das restrições de acesso à internet, o formato escolhido para registro e divulgação das pesquisas foi o áudio, culminando em um *podcast* com 14 episódios que enfocam a cultura, a história e os acontecimentos relevantes dos territórios abordados.

Como escola-piloto da implantação do novo Ensino Médio – que já oferecia um currículo que exigia dinamismo e protagonismo juvenil intenso –, a premiação não chegou a ser surpresa para Aliandro, que o considerou também um prêmio coletivo diante de tudo que a unidade viveu. “Temos trabalhado de modo bastante duro. Nós ficamos muito felizes”, conta o diretor. Não foi fácil.

Exigiu de todos nós muito planejamento, muito estudo, muita reunião, muito diálogo com nossos professores, estudantes e pais, muito trabalho para vencer a batalha que travamos nas escolas contra esse vírus”, resume ele.

A história do CEM II traduz os princípios que presidiram a gestão da crise da pandemia no estado: criatividade, para fazer frente aos desafios inéditos e às limitações impostas; combate à desigualdade, agora na forma do acesso ao mundo digital; e dignidade que merece a escola, o aluno e a família.

“O ponto de partida, em março de 2020, foi fomentar a criatividade. Enquanto a rede se reorganizava, quisemos estimular os professores e amparar os estudantes, afirmando: ‘Nós seguiremos’”, lembra Nadya Dutra, secretária-adjunta de Gestão da Rede de Ensino e da Aprendizagem. Foram apenas sete dias entre o fechamento das escolas e a resposta da Secretaria de Educação à pandemia.

“Tivemos várias iniciativas de docentes que já conheciam as mídias sociais, e de outros que começaram a se interessar e ainda não tinham descoberto seu talento. Outros, com dificuldade, foram se superando”, conta Nadya. Para ela, deve ser destacada a confiança e a coragem dos professores para enfrentar os novos desafios, dando sequência ao percurso iniciado em 2015, quando o Programa Escola Digna foi instituído para promover uma Educação de qualidade social inclusiva e com equidade.

Ainda, a própria readequação do currículo foi exemplo da criatividade, pois estava em plena implantação e não perdeu de vista objetivos imediatos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os vestibulares. “Destacamos a participação dos professores na elaboração dos currículos, uma criação 100% maranhense, que se dedicaram a fazer as adequações sem ferir a programação dos conteúdos e os direitos básicos de aprendizagem”, afirma.

No plano do combate à desigualdade, merece atenção a velocidade de resposta da rede à oferta de conectividade. Já em 2020, o Maranhão esteve entre os primeiros estados a distribuir *chips*, contemplando 305 mil estudantes e professores da rede pública estadual. Com isso, a Plataforma Gonçalves Dias se tornou a grande ferramenta para toda a rede, com componentes e conteúdos por

série, como videoaulas, roteiros de estudo, atividades para docentes e estudantes, inclusive, com a oferta de um curso pré-vestibular. Ao mesmo tempo, foram produzidos programas de rádio e distribuídos materiais impressos para garantir acesso a quem não conseguiu utilizar a oferta digital, por falta de dispositivos ou de conectividade. O estado lançou, ainda, a TV Educação, que foi ao ar em 8 de abril de 2020. O canal foi arrendado para dar suporte a estudantes e professores com o ensino remoto, chegando a 40 municípios maranhenses, além de ser retransmitido pela internet, por meio da Plataforma Gonçalves Dias.

REALIDADE SOCIOECONÔMICA

Todo esse esforço gerou aprendizados incorporados às políticas educacionais no estado. “A Educação pública no Brasil tem muitas agendas para enfrentar. Nós temos uma reformulação do Ensino Médio em curso, além da BNCC¹ da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, mas olhar para as questões socioeconômicas, que desembocam na escola, também é imprescindível. O serviço público da Educação se relaciona com a realidade muitas vezes adversa de crianças, jovens e famílias”, argumenta.

Basta ver a importância do fornecimento da merenda escolar, essencial durante a pandemia. Transformada em kits de alimentação, garantiu a segurança de milhares de famílias. “Nós somos uma escola de periferia e sabíamos o quanto cada lanche é importante para os alunos”, confirma o diretor Aliandro. Em 2021, a Secretaria de Educação passou também a distribuir absorventes a 164 mil alunas, em 217 municípios.

No plano da formação dos professores, o estado passou a mesclar oportunidades de formação continuada, antecipando problemas, revendo metodologias e fortalecendo tanto o ensino presencial como o não presencial. “No âmbito dos docentes, devemos organizar essa Educação a distância para possibilitar que o professor seja estimulado em sua criatividade, com as várias pos-

1. Base Nacional Comum Curricular.

sibilidades de ensinar, sem ferir a liberdade de cátedra”, considera a secretária-adjunta Nadya.

Para a gestora, as escolas saem mais equipadas e mais organizadas desse processo da pandemia. “Os docentes se tornaram mais competentes no uso de recursos e mais atentos para manter as conquistas nas rotinas pedagógicas, uma oportunidade real para que o estudante amplie as formas de interação com o professor e com o próprio currículo”, diz. Do ponto de vista da infraestrutura, a preparação das escolas para o retorno presencial e o trabalho com o ensino híbrido fez com que houvesse avanços na infraestrutura e na disponibilidade de recursos disponíveis. Mais de mil espaços escolares foram reformados.

BUSCA ATIVA

Com 1.300 unidades e 310 mil alunos, a rede maranhense está espalhada por um vasto território (o quarto maior do país), que tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com boa parte da população na zona rural e em áreas pobres. Por isso mesmo, o esforço de busca ativa precisou ser veloz e efetivo.

“Fizemos um trabalho generalizado na rede, com bons frutos, recuperando, pelo menos, 90% dos alunos”, conta a pedagoga Eliziane Carneiro, supervisora de Gestão Escolar. “As escolas foram buscar estudantes onde eles estavam, veicularam campanhas na TV e no rádio, realizaram carreatas, utilizaram até *call center*, que chamamos de ‘ligação do bem’”, lembra a gestora. Os alunos também fizeram parte do esforço, chamando seus colegas para as aulas.

“A gente começou a registrar, catalogar, localizar os estudantes que, nesse contexto do remoto, não estavam fazendo suas tarefas. Tínhamos de ver, então, qual era a questão, porque não estavam se envolvendo”, lembra o diretor Aliandro.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representou um desafio ainda maior. “Muitos alunos estavam deixando a escola e a busca ativa foi essencial. Apesar de também terem sido contemplados com os *chips*, os adultos tinham mais dificuldades em relação ao uso da tecnologia e, muitas vezes, os professores foram às casas”,

lembra a supervisora. “A escola teve de ir atrás, buscar esse estudante, ensinar a mexer no celular, e, nesse caso, rádio e TV foram mais efetivos, porque eles já conheciam”, conta.

O trabalho de Eliziane abrange o acompanhamento direto de escolas do sul do Maranhão, que ficam a até 14 horas de carro de São Luiz. “Nosso dia é bem intenso, de monitoramento e acompanhamento das escolas, coordenando todas as ações pedagógicas”, conta ela. Entre as políticas em curso está o programa Mais Ideb², para melhorar os índices educacionais por meio da análise de desempenho e da gestão focada nos resultados, e o Pacto pela Aprendizagem, que abrange todos os municípios do Maranhão para erradicar o analfabetismo e para fortalecer a Educação Infantil e o Ensino Fundamental além da reforma do Ensino Médio.

Para a educadora, uma das decisões mais importantes para o enfrentamento da pandemia foi a adoção do *continuum* curricular. “Unificamos os anos de 2020 e 2021 e priorizamos a recuperação das aprendizagens. Nossos alunos estavam muito preocupados com o que deixaram de aprender”, lembra.

Além disso, todo o arcabouço para o ensino remoto foi prontamente instituído. “Precisávamos saber como conferir carga horária, dia letivo, e, a partir do momento em que a Secretaria da Educação trouxe um norte, isso deu tranquilidade aos professores, pois era necessário ter margem legal para o que estávamos fazendo”, confirma o diretor Aliandro. Foi o caso da Resolução nº 200/2020, emanada do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Maranhão. Ainda, o *continuum* curricular deu mais tranquilidade às famílias. “Os pais diziam: ‘Meu filho não vai passar e vai sair’. Então, explicávamos o processo do ciclo, a priorização das aprendizagens essenciais, mostrávamos que a ideia era a de que ninguém ficasse para trás”, conta.

O foco de trabalho da Secretaria, no retorno às aulas presenciais, é a recuperação paralela, a partir dos dados levantados nas avaliações do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

(Saeb). “Estamos sempre, em nossas formações e reuniões técnicas, planejando a recuperação da aprendizagem. As avaliações mostraram o quadro consoante com o momento, mas não tão desolador como pensávamos. Temos tudo para recuperar cada vez mais”, acredita o diretor.

Mato Grosso: descentralização como motor da mudança

Descentralização da gestão escolar. Esse conceito é chave para entender tanto a capacidade de resposta do estado de Mato Grosso em relação ao fechamento das escolas, imposto pela pandemia de covid-19, como o imenso desafio enfrentado pela rede a partir de 2020. A experiência de maior autonomia escolar desde o final da década de 1990, com a Lei de Gestão Democrática nº 7040/98, permitiu que as unidades se preparassem mais rapidamente para a oferta de ensino remoto e a implantação dos protocolos sanitários. Contudo, ninguém poderia prever que um evento dessa magnitude acontecesse no momento de renovação do quadro de diretores e secretários escolares.

“Por mais experiente que fosse nossa equipe, a situação foi brutal, algo que nunca tínhamos imaginado”, conta o historiador Ronair Batista Moreira da Silva, superintendente de Relacionamento Escolar, cuja responsabilidade é apoiar os gestores em relação à estrutura da rede, diretrizes administrativas e outros temas. Não bastassem todas as questões vividas globalmente, as mais de 700 escolas mato-grossenses estavam com novos diretores (renovados a cada dois anos) e, também, com novos secretários escolares (com sucessão a cada três anos). Nesse cenário, entre as medidas adotadas, as reuniões com o conjunto das escolas passaram a acontecer com maior frequência, tratando com mais tempo e atenção cada detalhe. Ao final, consolidou-se uma nova metodologia para a recepção dos diretores. “Como órgão central, nos tor-

namos mais próximos dos gestores escolares, e isso foi essencial para tudo que precisava ser feito”, afirma Ronair.

E, não era pouco. Como a gestão democrática pressupõe mais recursos nas escolas, os repasses foram acelerados. Novos montantes foram acrescentados para que cada unidade pudesse comprar todos os equipamentos necessários para a proteção sanitária (álcool em gel, máscaras, luvas, viseiras) e para a implantação do ensino remoto, como contratação de internet mais rápida, impressoras para os materiais físicos e outros.

“No Mato Grosso, há uma tradição de descentralização. Acreditamos que se o diretor vive a realidade da escola, terá mais condições de dizer em que gastar. A Secretaria não tem pernas e braços para gerir todas as unidades, tem lugar que demora um dia e meio para a gente chegar”, relata. Essa foi uma das razões para a criação das diretorias regionais.

Se a autonomia é enfatizada, o controle social também é parte essencial do processo. “Todos os diretores têm de fazer um plano de ação e, também, trabalhar com o Conselho de Pais e Mestres”, conta Ronair. O Conselho é formado por responsáveis, professores, funcionários e estudantes a partir de 14 anos. Nas escolas, tem poder equivalente ao do diretor. Assim, reuniões mensais referendam as decisões a serem tomadas pelo gestor, tanto no plano pedagógico como no administrativo. Da mesma forma, ao final do ano, o Conselho Fiscal analisa todas as contas, as notas fiscais, os pagamentos e o saldo.

Ainda, a política de descentralização foi importante por outro aspecto: a grande diversidade das escolas do Mato Grosso, que levou a atitudes diferentes diante do isolamento. Em algumas áreas indígenas, por exemplo, a opção local foi pelo isolamento absoluto, o que incluía a não permissão de entrada do próprio pessoal de apoio da Secretaria. Foi necessário, então, uma articulação com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para a entrega de materiais educativos impressos.

Para 2022, o repasse dos recursos financeiros também foi antecipado, seguindo a política bem-sucedida dos anos anteriores. “Isso dá segurança ao trabalho da Secretaria, pois temos certeza de que estamos trazendo exigências, mas, ao mesmo tempo, dan-

do condições para os gestores escolares”, explica Ronair. “Todas as promessas que fizemos foram cumpridas”, assegura.

No plano da infraestrutura, o trabalho de tecnologia está sendo fortalecido – hoje, segundo o gestor, 70% das escolas do Mato Grosso já contam com internet rápida empresarial. As unidades também receberam mais recursos para fazer obras de manutenção. Aos alunos, foram distribuídos uniforme, tênis, mochila e material pedagógico.

FORTALECIMENTO PEDAGÓGICO

Para o químico Isaltino Alves Barbosa, coordenador de Avaliação da Secretaria, o processo vivido pelo Mato Grosso gerou aprendizagens. Tão logo houve a suspensão das aulas presenciais, as equipes partiram para elaborar material didático com base em um currículo de aprendizagens essenciais. Ao mesmo tempo, procurou-se garantir acesso a recursos tecnológicos para a mediação pedagógica. Assim, nasceu a plataforma Aprendizagem Conectada, com conteúdos desenvolvidos pela Secretaria e acesso a vídeos, livros e outros itens de natureza complementar, compondo uma interface de comunicação mais rápida. “Cada escola poderia acessar a plataforma e, também, imprimir o material para entregar aos estudantes que não tinham acesso à internet ou a dispositivos”, relata o gestor. Para ampliar o acesso, o estado ofereceu aos professores a oportunidade de comprar computadores ou contratar planos de internet em 36 parcelas descontadas do salário.

Desde os primeiros momentos, a equipe começou a se conscientizar da necessidade de resgatar aprendizagens. Daí o foco no realinhamento curricular, que originou um conjunto de iniciativas tomadas ao longo de 2020 e 2021, dentre elas, a adoção de um sistema de ensino estruturado, alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o uso de recursos de tecnologia aplicada à Educação.

A ênfase dos próximos anos deve ser o fortalecimento do trabalho pedagógico, visando a recomposição da aprendizagem dos estudantes. Para isso, a formação de professores foi intensificada, além de ter sido montado um Laboratório de Aprendizagem.

Entre as ações empreendidas pelo Laboratório de Aprendizagem está o Alfabetiza MT, em parceria com institutos e fundações educacionais, que trabalham no processo de organização da garantia de alfabetização das crianças em diferentes eixos, como recursos, estímulos à aprendizagem e avaliação da fluência.

Ao mesmo tempo, consolidaram-se as diferentes propostas de avaliação, com a criação do Avalia MT. O objetivo foi coordenar diferentes estratégias de avaliação, no modelo somativo e formativo, com diagnósticos e outras formas de aferição da aprendizagem, como a de fluência, que vinham sendo feitas internamente e com parceiros. “Hoje, temos um sistema robusto”, afirma o coordenador.

ESFORÇO DE BUSCA ATIVA

O esforço de busca ativa se diversificou bastante ao longo da crise sanitária. O estado já contava com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), utilizando uma plataforma que permite a checagem de dados estaduais e municipais para localizar os alunos. Mas, como diz Isaltino Barbosa, a equipe sentiu a necessidade de implantar processos complementares. Segundo o gestor, sabia-se que a evasão e o abandono se intensificavam nos gargalos, como a transição dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio e nos Anos Finais da Educação Básica. “Onde já existiam problemas de transição, a situação piorou. São séries em que os alunos já estão mais aptos ao trabalho e acabam deixando a escola”, lembra.

Foram, então, realizadas *lives* dirigidas aos estudantes, feitas pelos próprios jovens, a partir de articulações com diferentes representações, como a União Nacional dos Estudantes (UNE MT) e representantes dos alunos no Conselho Estadual de Educação (CEE). “Queríamos encontrar a melhor linguagem para chamá-los de volta”, lembra. Os resultados foram bons, especialmente nas áreas metropolitanas.

Para Patrícia Carvalho, responsável pelo Núcleo de Mediação Escolar, assim como nas demais ações, a busca ativa também não poderia ter um caminho único, pois são diferentes as razões do distanciamento do estudante. “Cada unidade é orientada a fazer o

contato com o aluno e com sua família. Se ele não volta, pedimos que seja feito encaminhamento para o Conselho Tutelar, que tem prazo para reportar às escolas. Se ainda assim não houver sucesso, o caso é encaminhado ao Ministério Público. O intuito não é chegar a esse ponto, mas sim fazer com que a família e o aluno se conscientizem”, diz Patrícia.

PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS

O trabalho de busca ativa do Mato Grosso contou com a adesão da quase totalidade dos municípios, e avançou para um diagnóstico do abandono, para que as providências pudessem ser tomadas. Se a razão apontada era a necessidade de trabalhar para complementar a renda, buscava-se o apoio da Secretaria de Assistência Social. Se o tema era alguma questão de saúde, envolvia-se a área responsável. Tais providências valiam tanto para as escolas estaduais como para as municipais. “Há um coordenador operacional em cada município que faz esse trabalho, no âmbito do Censo Escolar. Então, a equipe do município ia ao endereço do estudante e entrava em contato conosco para que pudéssemos fazer intervenções”, relata a gestora.

Houve casos de mudança para outros estados, migração da rede pública para a privada, entre outros. Cada aluno recuperado é acompanhado por 12 meses pelo supervisor para garantir que permaneça na escola. Para Patrícia, uma das razões da evasão e do abandono é a perda da possibilidade de convivência. “Para os adolescentes, estar afastado dos amigos é um sofrimento”, considera.

Além disso, durante o período de isolamento social, aumentaram casos de abuso de álcool, drogas ilícitas, violência doméstica, além de lutos. Por isso, o trabalho com os professores e estudantes envolve equipes de psicólogos e assistentes sociais. “Temos uma rede de proteção aqui, e quando percebemos que alunos precisam de acompanhamento, orientamos essas equipes a entrar em contato com a família e fazer o encaminhamento”, conta.

Na mesma direção, houve formações para os professores, dentre elas, aquelas ligadas aos aspectos socioemocionais. “Foi importante dar subsídios a eles para trabalhar tanto suas ques-

tões quanto a dos estudantes”, lembra Isaltino. Para fortalecer essa proposta, foram adquiridos, inclusive, materiais complementares enfocados nas competências sociais, para uso dos educadores e dos alunos.

Para ele, o diálogo entre as equipes da Secretaria e da rede foi essencial para garantir mais sucesso no enfrentamento das consequências da pandemia. “O professor tende a ser crítico e criterioso nos processos que vivencia, principalmente quando são relacionados à sua prática pedagógica. Mantivemos uma linha de comunicação, e a ação colaborativa foi um diferencial”, considera. “Quando olhamos para trás, vemos que não tinha como ser diferente, estava todo mundo aprendendo”, diz. “Professores e diretores tiveram um protagonismo muito grande e foram verdadeiros heróis”, finaliza Ronair.

Mato Grosso do Sul: escolas funcionando com novas formas de atender o aluno

Diretora da Escola Estadual Professor Emygdio Campos Widal desde 2017, Fernanda Alves Bucallon Serafim está à frente de uma unidade de referência no Mato Grosso do Sul, com o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do estado em 2019. Orgulha-se de ver seus alunos aprovados nas principais universidades, sobretudo as públicas. Por isso, quando a pandemia obrigou a interrupção das aulas presenciais, Fernanda ficou especialmente preocupada com os jovens que prestariam vestibular no final de 2020. Mas ela não partia do zero: muito organizada, sua escola tinha todo o planejamento planilhado e mantinha contato direto e frequente com os pais e responsáveis em grupos de WhatsApp. “Não fomos pegos com as calças tão curtas”, brinca Fernanda. Assim, não deixou de oferecer aulas por nem um dia. Quando viu que a recomendação oficial seria o uso do Google Classroom, antes de encerrar as aulas presenciais, criou as salas virtuais, cadastrou os alunos utilizando os *e-mails* pessoais que tinham, e deu início ao uso das redes sociais. “Quando foram para casa na sexta-feira, já tinham atividades para entregar na segunda”, orgulha-se.

Na primeira semana, os estudantes realizaram as atividades previamente propostas, pois seus professores precisaram de alguns dias para iniciar a produção das aulas virtuais – que foram ao ar já na segunda semana. Desde o início, aqueles que não tinham acesso à internet ou dispositivos para utilizar a rede tiveram a opção de buscar material impresso ou mesmo assistir às aulas

remotas na própria escola. A parceria com o Google ampliou a disponibilidade de espaço virtual e permitiu a criação de *e-mails* institucionais. “Nunca tivemos mais de 36 alunos sem acesso à tecnologia e usando só o material impresso”, lembra.

Da mesma forma, foram mantidas as reuniões dos alunos líderes das turmas – dentro do projeto de protagonismo juvenil, parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade. Tudo isso contribuiu para uma evasão muito baixa – apenas dois alunos deixaram a escola no período. “Nós apostamos nos jovens e eles acreditam que vão conseguir vencer e ultrapassar as barreiras”, relata a diretora.

A experiência vivida pela escola Campos Widal é coerente com o esforço empreendido pela Secretaria da Educação do Mato Grosso do Sul em toda a sua rede. Conforme Hélio Queiroz Daher, superintendente de Políticas Educacionais, a premissa principal sempre foi a de que as escolas tivessem orientação para trabalhar, por meio de critérios e, ao mesmo tempo, dando liberdade para que agissem com base em seu próprio contexto.

“Parece simples, mas não é. Entendemos, desde o início, que estávamos entrando em um campo fora da nossa zona de conforto. Só tivemos uma experiência semelhante de enfrentamento de uma pandemia dessa dimensão no início do século 20”, conta o superintendente, que publicou artigos sobre o tema. Já nas primeiras semanas, tudo o que aconteceu tinha data, prazo e procedimento para as escolas adotarem. O Conselho Estadual da Educação (CEE), por sua vez, propôs uma ampla e flexível normatização que desse amparo às ações da escola.

Foram meses intensos, com o pânico das mortes diariamente noticiadas na mídia sensibilizando a sociedade. “As famílias estavam muito focadas em parar tudo. E nós dizíamos ‘Fica em casa’, mas a aprendizagem precisava acontecer e ia acontecer”, recorda Hélio. Ele ressalta o incômodo das escolas quando dizem que elas fecharam as portas. “Não fecharam nunca, só mudaram a forma de atender o estudante.”

Desde o início, a Secretaria também se preocupou com a transparência, reconhecendo que o ensino remoto não substituiria o trabalho presencial, mas era necessário. O primeiro passo do trabalho,

durante a crise sanitária, foi preparar os docentes. Tudo foi feito de maneira flexível para que eles se adaptassem. Foi suprimida, por exemplo, a necessidade de lançar notas naquele momento, e foram firmadas parcerias com o Google e a Microsoft. Ao mesmo tempo, era preciso criar estratégias para que os alunos permanecessem ligados à escola. “O grande aprendizado desse período remoto foi o quanto os professores mostraram a sua criatividade”, destaca o gestor. Há muitos exemplos, como educadores da zona rural que gravavam *podcasts*, distribuídos em *pendrives* para os que não tinham acesso à internet. Assim, ao final do primeiro semestre, o estado celebrou uma taxa de abandono e evasão em torno de 2%.

Outro momento importante, para o enfrentamento da pandemia na Educação, foi a criação do Comitê de Articulação para Efetividade da Política Educacional (Caepe-MS), envolvendo perto de duas dezenas de órgãos de controle. A iniciativa reuniu, inicialmente, 19 instituições e, mais tarde, chegou a 22, incluindo Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, sindicatos, bombeiros, Conselho de Saúde e CEE. O primeiro resultado significativo dessa comissão foi a produção do protocolo de volta às aulas. Em junho, a documentação estava pronta, com quatro eixos: cognitivo, que tratava de como trabalhar a recomposição da aprendizagem; socioemocional, para acolher alunos e profissionais da Educação; biossegurança, com base nas regras já existentes; e normativo, para dar amparo legal às decisões que precisavam ser tomadas.

RETORNO ESCALONADO

Assim, em março de 2021, foi feito o primeiro movimento de retorno escalonado. A segunda onda de covid-19 veio forte, mas o estado considerou prioritário apostar no vínculo do estudante com a escola e o professor, com todos os cuidados. “Conseguimos duas semanas para mostrar à sociedade que a escola era um ambiente seguro e controlado. Não tivemos nenhum caso de surto nas nossas unidades naquele período. Vencemos a ideia de que jovens não usavam máscaras, eles dão um *show*”, diz Hélio.

Outra opção feita pelo Mato Grosso do Sul foi a de manter a reprovação, de modo diferente da que ocorreu no restante do país.

“Quem não estivesse frequentando escola remotamente seria reprovado. A qualidade desse contato também foi pesada, os alunos tiveram de produzir, sim”, destaca. A decisão havia sido validada pelo Caepe e pelo Ministério Público, que passou a acompanhar a frequência dos alunos.

Dentro desse novo arcabouço legal e de aproximação entre os diferentes órgãos governamentais de controle, todos os programas que já existiam na Secretaria da Educação continuaram existindo, da alfabetização à reforma do Ensino Médio. “Nada foi prejudicado”, assegura o gestor.

A partir do segundo semestre de 2021, foram lançadas diversas iniciativas de recomposição da aprendizagem com base em avaliações feitas em toda rede, para o uso direto pelas próprias escolas. Outra ação valorizada pelo superintendente foi a distribuição de materiais formativos de organizações do terceiro setor, pensados já no contexto das aprendizagens essenciais. “A recomposição acontece junto com as aulas regulares, e não pode prejudicá-las. Não podemos parar o que estamos fazendo agora para trabalhar o que ficou para trás, nem podemos sobrecarregar o estudante com novos conteúdos, a tal ponto que ele não tenha como recuperar tópicos curriculares anteriores, aos quais tem direito”, explica.

SAÚDE MENTAL

Tão, ou até mais, desafiadores do que as questões da aprendizagem, nas escolas, os temas ligados à saúde mental e ao desenvolvimento socioemocional tornaram-se uma preocupação global. No Mato Grosso do Sul, a pandemia encontrou uma rede que já se preocupava com essa dimensão. “*Bullying*, violência, evasão, saúde mental faziam parte do repertório de nosso trabalho”, lembra Paola Nogueira Lopes, responsável pela Coordenadoria de Psicologia Educacional.

Ao longo da pandemia, sua área criou protocolos para dar respaldo às demandas e decisões das escolas – que podia ser um relato de violência sexual ou uma crise de ansiedade, por exemplo. O grande diferencial, na visão da coordenadora, foi situar a Educação dentro da rede protetiva, definida no Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA): educação, saúde, assistência, justiça, segurança e cultura. “A Educação, sozinha, não dá conta; se ela não fizer essa articulação, não temos como avançar”, considera.

A atuação mais efetiva da Coordenadoria começou em 2019, realizada diretamente com as escolas e com as diferentes áreas da Secretaria da Educação, embora as primeiras experiências tenham se dado em anos anteriores. No trabalho de Paola, a preocupação em relação ao fechamento das escolas foi além das questões pedagógicas. “A escola é espaço de referência para todas as questões sociais, inclusive a alimentação”, diz.

Assim, buscou-se ampliar a reflexão sobre o tema, com a fome de discussões em *lives*, com escolas e coordenadorias mostrando as diferentes frentes dos desafios que teriam de ser enfrentados. Esse foi o caso da estruturação da busca ativa escolar, que deveria ter uma perspectiva preventiva. “Não queríamos que o aluno chegasse ao limite de perder o vínculo com a escola. Elaboramos uma metodologia segundo a qual a escola entende os condicionantes que levam ao abandono, e atua preventivamente”, explica.

Assim, explica Paola, não deveria bastar à escola ligar para o aluno, cobrando a execução das atividades. É preciso perguntar sobre as dificuldades vividas pelos jovens em seu próprio contexto. “O educador deve entender quais são as vulnerabilidades desse estudante, inclusive, as ligadas à tecnologia, saúde mental ou, mesmo, violência”, exemplifica.

A partir do início da pandemia, o foco foi utilizar as redes sociais, principalmente o WhatsApp, para desenvolver o vínculo com os estudantes, e para tentar entender quais os condicionantes que poderiam levá-los a romper com o processo educativo. O planejamento pedagógico deveria, então, responder a esse contexto.

Foram feitos registros qualitativos e quantitativos que permitiram compreender melhor os tipos de dificuldades vividas pelos alunos. Com a segunda onda da pandemia, o trabalho foi ampliado para incluir conversas colaborativas, por adesão, que reuniram 340 escolas do estado e dos municípios. “De abril a junho, escutamos diariamente as escolas, por duas horas, cada encontro com cinco escolas, no máximo. Foi um momento rico e complexo, de escuta e troca de experiências, que não há como descrever”, conta

a psicóloga. Diferentes formas de acolhimento foram desenvolvidas pelas unidades e puderam ser compartilhadas. “Teve uma escola que, no período mais crítico, toda segunda-feira fazia um cafezinho com bolo e chamava um professor por vez para conversar e não perder o vínculo”, lembra.

A partir do segundo semestre de 2021, com o retorno dos encontros presenciais, o novo desafio era trazer para a escola o mesmo espírito de acolhimento. “Existia uma ansiedade grande dos professores de já iniciar o processo de repor o conteúdo perdido, mas a meninada retornava querendo mesmo uma reconexão com a escola e com os amigos, e isso só se dá por espaços de afeto e escuta”, ensina Paola. “A conta do prejuízo nunca vai fechar, se não se refizer o vínculo com esse estudante; o ato de aprender se dá por essa via.”

Minas Gerais: caminhos alternativos para chegar à casa dos estudantes

“Buscamos todas as formas de chegar aos alunos, garantir a comunicação com os responsáveis e manter o processo de ensino e aprendizagem. Nós literalmente entramos nas casas das famílias, e isso nos permitiu estar mais próximos da comunidade”, conta Eliani Geralda de Oliveira Franca, diretora da Escola Estadual Padre João Botelho, na região oeste de Belo Horizonte (MG). Ela lembra que era comum as aulas remotas ou as reuniões com os pais e responsáveis serem permeadas pelo latido do cachorro, pelo choro de irmãos mais novos e pelos sons típicos do cotidiano de qualquer lar. “Aprender a nos relacionarmos digitalmente foi um desafio”, acrescenta.

Nessas interações, a equipe escolar se valia das ferramentas do Google, das redes sociais Facebook e Instagram, e de grupos formados no WhatsApp com a intermediação de professores. “Muitos estudantes não tinham computador. Então, geralmente, era mais fácil chegar a eles por meio de recursos que estavam acostumados a utilizar via telefone celular”, explica Eliani.

O relato da gestora escolar é o testemunho do que a Secretaria de Educação de Minas Gerais considera um de seus principais diferenciais no enfrentamento dos dois anos de pandemia da covid-19: o conhecimento da rede, iniciado anteriormente. “Com base em um levantamento que começou em 2019, realizamos um mapeamento mais completo sobre a realidade de cada estabelecimento de ensino e seus estudantes, incluindo o acesso à internet,

a necessidade de apoio oferecido pela escola, condições socioeconômicas da comunidade, entre outros aspectos”, destaca Izabela Martins, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica.

CONTEÚDO ESPECIAL

Essas informações foram essenciais tanto no esforço para manter o vínculo de crianças e jovens com a Educação formal, incluindo ações de busca ativa, como nas iniciativas pedagógicas reunidas, a partir de maio de 2020, no Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP).

O principal instrumento desse programa foram os Planos de Estudos Tutorados (PETs), desenvolvidos em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e professores da rede pública. O propósito era assegurar a manutenção do processo de ensino e aprendizagem, e das rotinas de estudo dos alunos, para minimizar as desigualdades educacionais e o distanciamento com o saber escolar durante o período de isolamento social, necessário para conter a propagação do coronavírus. Cada PET trazia apostilas mensais que reuniam um conjunto de atividades e orientação de estudos, considerando as habilidades e os objetos de aprendizagem das etapas de escolaridade (Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), respeitando a carga horária mensal.

O REANP previa a atuação em outras duas frentes, disponibilizando os conteúdos por meio de diferentes ferramentas, a fim de propiciar o contato com os componentes curriculares, bem como estratégias de comunicação remota entre professores e estudantes. De segunda a sexta-feira, o canal público de TV Rede Minas transmitia o Se Liga na Educação, videoaulas com base nos PETs. Além das gravações, havia uma hora da programação ao vivo, oportunidade em que os estudantes podiam interagir com os professores no estúdio por meio das redes sociais. Já o aplicativo Conexão Escola foi uma importante inovação que representava a possibilidade de acesso móvel aos PETs e às aulas da Rede Minas, sem que os alunos precisassem pagar pelo uso de dados. Baseado na plataforma Google, disponibilizava também *chats* e materiais de apoio produzidos por entidades parceiras.

Os conteúdos dos PETs foram produzidos com a participação direta dos professores da rede estadual, primeiro como voluntários e, mais tarde, por meio de contratações específicas, contando, ainda, com o apoio de universidades federais na forma de revisões e sugestões. Crianças e jovens sem acesso à internet, por falta de conectividade ou de dispositivos, como computador ou celular, receberam os PETs impressos. As apostilas eram distribuídas pelas equipes no próprio estabelecimento de ensino, muitas vezes, junto a gêneros alimentícios, ou entregues na casa das famílias, com a ajuda de veículos do transporte escolar ou de parcerias – por exemplo, com a Polícia Militar, os Correios ou o comércio local. “O sistema de gestão do REANP nos mostrava quantos estudantes precisavam de material físico, e isso nos permitia atuar lado a lado com as unidades da rede. Estimamos que cerca de 30% do nosso público vivenciava essa situação”, indica a subsecretária Izabela.

Na Escola Estadual Doutor Pompílio Guimarães, localizada no distrito de Piacatuba, em Leopoldina (MG), na Zona da Mata mineira, a realidade da maioria dos estudantes era de pouco ou nenhum acesso às tecnologias digitais, mas isso não impediu a manutenção dos vínculos com a escola, em um trabalho que ganhou destaque no cenário nacional da Educação. “Quando chegou a pandemia, não se tratava de simplesmente fechar a escola, com tudo o que existia dentro, mas sim de começar uma nova escola. O que fizemos foi dar continuidade àquele trabalho que começamos em 2019, com algumas limitações, com muitos desafios, mas com os mesmos princípios”, afirma o diretor João Paulo Araújo.

Ele conta que os dois propósitos primordiais da missão da equipe escolar eram ofertar uma Educação integral e promover uma Educação inclusiva. Em meio às restrições impostas pelas medidas sanitárias de combate ao coronavírus, foram criadas estratégias próprias que, aliadas às ações da Secretaria, mantiveram esses princípios vivos, para fazer a Educação chegar a todas as crianças e a todos os jovens. O caminho adotado foi adaptar e complementar os PETs, considerando as necessidades e as características dos estudantes e também de seus pais e responsáveis. “Priorizamos a manutenção do vínculo com a Educação e a motivação para os es-

tudos, e, a partir daí, proporcionamos uma evolução gradual aos alunos. Também procuramos potencializar os saberes que podiam ser construídos naquele momento, por meio de projetos em que os pais ajudassem os filhos e, assim, participassem do aprendizado, contribuindo para aproximar as famílias”, relata.

Em Piacatuba, os materiais eram entregues nas residências, mensalmente, pela equipe escolar, que aproveitava a oportunidade para fortalecer o diálogo com pais, mães e responsáveis, identificar dificuldades e colher informações relevantes para reorientar a elaboração dos conteúdos. A correção das atividades gerava relatórios de desenvolvimento de aprendizagem de acordo com as etapas dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

O resultado da mobilização de professores e demais profissionais da escola veio também na forma de reconhecimento externo. Em 2021, a escola Pompílio Guimarães foi uma das dez vencedoras da 5ª edição do Prêmio Territórios, concedido por um instituto. A iniciativa mapeou experiências pedagógicas inovadoras, implementadas por escolas públicas municipais e estaduais de todo o Brasil, durante a pandemia.

Assim como nas unidades lideradas por Eliani e João Paulo, a aferição de resultados do aprendizado tem sido uma preocupação constante da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Em outubro de 2020, foi aplicada a primeira Avaliação Diagnóstica, a fim de identificar as dificuldades de aprendizagem que precisavam ser superadas pelos estudantes durante as atividades escolares não presenciais. Já em 2021, logo no início do ano letivo, foi colocada em prática uma segunda iniciativa nesse sentido, com a participação mais ampla que a do ano anterior. Os dados obtidos abriram caminho para disponibilizar a cada estudante, por meio do aplicativo Conexão Escola, um Plano Individual de Estudos, constituído por indicações de materiais de revisão ou de aprofundamento dos conteúdos abordados.

REFORÇO ESCOLAR

Além disso, a Secretaria elaborou um plano de reforço escolar para

2021, cujas aulas começaram em 8 de março, ainda no modo remoto. Em junho, porém, as atividades pedagógicas presenciais começaram a ser retomadas nas escolas estaduais, e se tornaram predominantes a partir de novembro, respeitadas as recomendações sanitárias de uso correto de máscaras, higiene das mãos e outros cuidados.

“Em 2021, alguns processos estavam rodando mais facilmente”, recorda a professora Eliani. Os docentes já tinham mais familiaridade com os recursos digitais por conta da prática cotidiana, mas, principalmente, graças às capacitações oferecidas pelo governo estadual. Ao mesmo tempo, os estudantes eram cada vez mais ativos no aplicativo, nas ações nas redes sociais e nos grupos de WhatsApp. Por outro lado, ganhos de infraestrutura significativos melhoraram a conexão das escolas com a internet. “O mais importante, porém, foi aprender a ensinar nesse novo contexto. Temos de repensar todas as nossas ações, nossos procedimentos e nossas metodologias. É um desafio, mas estamos vencendo”, conclui.

Para a gestora, também há legados relevantes do período de adversidades vivido pela Educação durante a pandemia. “Todos tivemos que nos adaptar a uma nova realidade, a um novo modo de fazer em sala de aula. A perspectiva é a de manter as atividades a distância, com a presença de ferramentas digitais, em paralelo com as atividades presenciais”, afirma. Ou, como diz o professor João Paulo: “A gente não quer esquecer o que viveu. Quer aprender, entender como foi, analisar como agimos e refletir como poderia ser melhor. Há muitas reflexões que precisamos levar para discussão no território escolar.”

Pará: manutenção dos vínculos e da aprendizagem, apesar da pandemia

Maior, em termos territoriais, do que todos os estados da região Sudeste somados, o Pará possui 9 milhões de habitantes. Destes, um quarto são crianças e jovens, estudantes da Educação Básica, espalhados por regiões que distam até 500 quilômetros do centro urbano mais próximo, e localidades cujo acesso por barco chega a levar metade de um dia, em áreas ribeirinhas, indígenas, quilombolas e de assentamento. Assim, não é difícil imaginar que o grande desafio a ser vencido, durante a pandemia de covid-19, foi assegurar o vínculo com os estudantes, sem a possibilidade de contar com acesso à internet para todos. “Nós nos organizamos tão logo houve o decreto de fechamento das escolas. O maior desafio foi o de ficar próximo do aluno considerando as dificuldades de conexão”, resume Regina Celli Santos Alves, diretora da Educação Básica da Secretaria da Educação do Pará.

Por isso, diz a educadora, o estado focou em duas ações imediatas: conter o aumento da evasão, com um movimento permanente de busca ativa, e não abandonar o trabalho que vinha sendo feito pela melhoria dos indicadores de qualidade de ensino. “Estávamos em um esforço grande, e aí veio a pandemia”, conta.

O Pará realizava permanentemente a busca ativa em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dada a grande rotatividade dos estudantes do estado, que aumentou na pandemia. Acompanhando suas famílias nos diferentes regimes e

locais de trabalho, com frequência dentro da floresta, muitas vezes, os jovens precisam abandonar a sala de aula. Assim, entre as novas iniciativas, destacou-se o programa Reencontro com a Escola, um auxílio financeiro de R\$ 500,00 concedido aos concluintes de Ensino Médio e de R\$ 100,00 para 465 mil alunos da Educação Básica, em parcela única, como forma de estimular a conclusão dos estudos nas respectivas etapas.

Da mesma forma, foi lançado o Vale Alimentação Escolar, com 11 recargas no valor de R\$ 80,00 cada para 566 mil alunos, de abril de 2020 a julho de 2021. Com isso, o primeiro balanço feito pelo estado apontou o retorno de 35% dos estudantes que tinham se afastado. Para estes, foi idealizado um plano de intervenção pedagógica para recuperar os objetivos mínimos de aprendizagem do *continuum* curricular.

As ações para a melhoria da aprendizagem aconteceram em diferentes frentes. Foram estabelecidos três eixos de ação: inovação e tecnologia, formação dos profissionais de Educação e investimento em liderança.

O estado se articulou em parcerias, como a da TV Cultura do Pará, para transmitir diariamente aulas geradas em estúdio para os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Todos os estudantes da rede puderam abrir contas na plataforma Google Education, em que encontraram atividades *online* de língua portuguesa e matemática, a partir do 4º ano do Ensino Fundamental. Mais de 4 mil itens inéditos foram elaborados pelos professores, parametrizados conforme o Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb).

De acordo com o historiador Francisco Augusto Lima Paes, coordenador do Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (Cefor), a parceria com o Google já existia, e, na pandemia, foi utilizada ao máximo.

Ainda, foram realizadas iniciativas enfocadas especificamente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Uma delas foi o Enem Pará, com projetos de preparação presencial, em polos educacionais espalhados pelo estado, e, também, digital, com aulas *online*, com o objetivo de preparar os estudantes para um dos exa-

mes mais importantes pós-Ensino Médio. Esses jovens tiveram acesso, ainda, ao Seducast Pará, *podcast* com temas relativos à prova e tira-dúvidas.

Embora em um contexto bem mais desafiador, o recurso às conexões via internet não foi abandonado. O Pará distribuiu 105 mil *chips* com franquia de 20GB mensais para os estudantes do último ano do Ensino Médio. A avaliação da Secretaria, porém, é que a iniciativa funcionou bem para os jovens de áreas urbanas, mas não levou o mesmo benefício para os que vivem no interior, já que muitas áreas não têm cobertura de sinal.

FORMAÇÃO ABRANGENTE

O investimento em melhoria de aprendizagem também passou pela intensificação da Educação continuada para os docentes. Em pleno curso da pandemia, o Cefor foi reformado para ampliar a Educação presencial e digital dos docentes. Foram realizadas 28 formações, atingindo 7.515 docentes, técnicos e gestores. “O Cefor teve papel muito importante no período de pandemia, pois todos os professores tiveram muita dificuldade para se adaptar ao ensino remoto”, lembra Regina.

Outra ação formativa importante foi a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avacefor), lançado em abril de 2021, para acesso a vídeos, *lives* e textos pelos professores. De acordo com a Secretaria, em 2020, foram contemplados 15.083 profissionais da Educação com cursos de formação continuada, com carga horária de, no mínimo, 60 horas. Entre abril e outubro de 2021, cerca de 11.000 educadores realizaram cursos, nos formatos remoto e semipresencial.

O Avacefor representou uma evolução importante do sistema de Educação interativa, que funcionava na área rural, com aulas organizadas na capital do estado e repassadas para os municípios. Dentre suas virtudes, estava a de ser um ambiente responsivo (acessível por celular) e mais intuitivo para os professores que ainda precisavam passar pelo letramento digital. Um dos eixos trabalhados era justamente o de ferramentas digitais para Educação a distância. A ideia era preparar os professores para usar os recursos

disponíveis. “Fizemos um grande movimento para ajudá-los a entrar no mundo do Google”, conta Francisco.

O passo seguinte foi apoiar o docente para o ensino no ambiente digital, tema do curso Prepara Sua Aula. Algumas propostas eram autoinstrucionais, e, outras, mediadas por tutoria, presenciais e semipresenciais. Como a rede de Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) foi dobrada durante a pandemia, o projeto teve grande difusão. “Fomos um braço amigo também para as redes municipais, criando, inclusive, contas temporárias para esses professores”, conta o coordenador do Cefor. Os docentes municipais chegaram a representar 40% da audiência.

Do mesmo modo, o trabalho de formação chegou a outros temas, como a Educação especial, as neurociências e a Educação socioemocional. Na sala digital, inaugurada em 2021, os professores podem acessar os módulos de formação, além de todo seu percurso formativo ficar registrado, o que permite gerar um painel para a gestão do conhecimento da rede. “Trabalhamos com o padrão de cursos de 60 horas, com tutoria e, no máximo, cem professores em cada turma”, explica ele.

Em que pese o sucesso, foi um esforço árduo, especialmente pelas dificuldades de conectividade. Há relatos de professores que só conseguiam sinal embarcados em canoas. Assim, a busca ativa também aconteceu para inserir os docentes nos processos formativos.

RIQUEZA DE DADOS

Para enfrentar a pandemia e promover o retorno às aulas, recuperando o tempo perdido, o Pará vem contando, ainda, com o chamado “petróleo do século 21” – os dados. “Para a gestão da crise da pandemia, os dados sempre foram fundamentais”, confirma Evandro dos Santos Paiva Feio, coordenador estadual do Censo Escolar, matemático, e doutorando pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Há três anos, Evandro foi convidado a assumir a avaliação e o Censo Escolar no estado. “Foi difícil fazer o Censo Escolar, transmitindo as orientações remotamente”, diz. Ao mesmo tempo, foi um

aprendizado que ficará para sempre. Todas as rotinas foram alteradas. Antes da pandemia, os técnicos eram enviados para os municípios e retornavam uma semana depois com o trabalho fechado. No mundo da comunicação e da Educação remotas, precisaram agir como professores, realizando as formações dos recenseadores a distância. “Quando começamos o trabalho pelas *lives*, foi desesperador. Meus técnicos simplesmente não sabiam fazer”, conta Evandro. Mas todos foram se adaptando. As formações começaram pelas próprias equipes técnicas e depois foram multiplicadas para os demais profissionais da Educação envolvidos.

Os dados auxiliaram na gestão da crise. Muitas decisões só puderam ser tomadas porque existiam informações levantadas no Censo do Pará – saber o número de funcionários e professores para calcular a compra de vacinas, por exemplo. “Isso deu um trabalho danado porque um professor pode estar na rede estadual, municipal e privada, e ainda atuar em diferentes etapas. Assim, para não contar várias vezes a mesma pessoa, tivemos de fazer muitos cruzamentos”, lembra.

A busca ativa também se tornou mais eficiente pela integração entre áreas e o uso dos dados do Censo. Uma das inovações foi a antecipação do início do processo. “A busca ativa tem de começar no início do ano, e não no final, na hora de fazer o Censo. Em fevereiro, se o aluno não compareceu, já temos de correr atrás”, mostra Evandro. “Assim, quando for a hora de fazer o Censo Escolar, a casa está arrumada”, finaliza.

No processo da gestão da busca ativa, o bom tratamento dos dados permitiu que não houvesse desperdício ou uso fraudulento dos vários cartões entregues à população escolar. Os relatórios feitos pelos docentes foram uma fonte importante de dados de checagem. “O *feedback* dos professores era um modo de perceber o vínculo dos alunos com a escola”, diz o coordenador. O mesmo princípio valeu para a distribuição do cartão de acesso à internet e à merenda, evitando o desperdício de recursos.

Uma das ações da busca ativa reuniu em uma publicação os dados sobre os estudantes que não estavam frequentando, envolvendo todos os gestores da diretoria de Educação Básica e das regionais. “Foi uma ação específica que deu resultado muito po-

sitivo. Havia um número bem preocupante, mas os indicadores melhoraram bastante”, diz.

O tratamento de dados também foi importante para a retomada das aulas em 2022, com avaliações internas e externas. “Fomos longe, e ainda temos um longo caminho a percorrer, com o uso pedagógico e estratégico das informações”, acredita o coordenador. “Queremos levar essa discussão para o chão da escola, fazer com que os dados sejam utilizados lá”, finaliza.

Paraíba: políticas públicas premiadas

A história do enfrentamento da pandemia de covid-19 na área de Educação pode ser contada de diferentes formas – pelos desafios, pelas prioridades, pela diversidade de soluções e, também, pelo reconhecimento externo às iniciativas e práticas. No caso da Paraíba, entre os prêmios recebidos, destacam-se três.

A plataforma Paraíba Educa foi a vencedora da edição 2021 do Prêmio Excelência em Competitividade, na categoria Boas Práticas. Já uma fundação atribuiu ao estado a melhor estratégia de ensino remoto, nos quesitos de maior cobertura e agilidade na implementação, com nota de eficiência 6,0 (o Distrito Federal, com 5,88, ficou em segundo lugar, e Minas Gerais, com 5,83, em terceiro). Por fim, a Rede de Pesquisa Solidária (RPS) atribuiu à Paraíba o melhor Índice de Ensino à Distância (IEAD) em todo o Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pela série “Políticas públicas e as respostas da sociedade”, produzida pela RPS, da qual o Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp) faz parte. Em 2021, o IEAD da Paraíba atingiu 8,89 pontos – um aumento de três pontos em relação ao ano anterior. Ainda, o estado recebeu a maior nota na análise que avaliou a oferta do ensino remoto aos estudantes durante a pandemia.

Segundo o físico Cláudio Furtado, secretário de Educação da Paraíba, quando a política pública denominada Paraíba Educa começou a ser desenhada, foram consideradas tanto as características da rede paraibana como o aprendizado derivado do enfrentamento à pandemia em outros países do mundo. “O desafio era colocar pra funcionar ferramentas que já existiam na rede e não haviam sido internalizadas ainda”, afirma. Não foram poucas as dúvidas. “Nós pensávamos no acesso das pessoas, na formação

dos professores. Os desafios eram enormes: tínhamos de conjugar as ações para que o engajamento fosse eficaz.”

Para ele, pesou a favor o fato de que sua Secretaria está ligada à área da Ciência e Tecnologia. “Foi um casamento útil para que pudessemos começar a treinar três mil professores um mês depois da suspensão das aulas, iniciando uma ação ampla. Foi um grande aprendizado”, resume.

MAPA DA CONECTIVIDADE

O primeiro passo foi traçar um mapa de conectividade, para saber onde a ação digital conseguiria chegar. “Os dados mostravam que 75% dos alunos tinham acesso à internet. O que fazer para chegar a todos? A situação trazia o risco de aprofundamento da exclusão digital”, diz o secretário.

Com 246 mil alunos e 17 mil professores, o estado utilizou diferentes soluções: a TV Paraíba Educa, as salas de aula virtuais no Google Classroom, as aulas ao vivo por meio do Google Meet, o *site* educacional Paraíba Educa, o *podcast* pela Rádio Tabajara (pública), as diversas *lives* formativas pela plataforma YouTube e os materiais impressos para os alunos sem acesso a celulares ou computadores.

A TV Paraíba Educa, articulada com os canais legislativos, poderia chegar a 95% do estado e foi ao ar com 100% de conteúdos produzidos pelos professores, a partir de suas próprias residências. Concomitantemente a essa ação, era necessário garantir a conectividade dos alunos, com o patrocínio de dados. As pesquisas feitas mostraram que nas casas paraibanas haveria, ao menos, um celular. Por meio de uma parceria com o Espírito Santo, a Paraíba teve acesso a um aplicativo de franquia de dados, adaptado para a realidade do estado.

Assim, utilizando seus dispositivos, estudantes e professores poderiam acessar a plataforma *online* Paraíba Educa, que reuniu todas as informações sobre o Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais (REAENP) adotado, assim como os recursos educacionais, os documentos legais e os documentos pedagógicos norteadores, além de promover o contato entre estudantes, professores, gestores e a própria Secretaria.

Por fim, as redes sociais foram utilizadas intensamente como ferramentas de interação entre equipes escolares, alunos, pais e responsáveis em grupos das turmas criadas por cada escola, e, também, para o envio de roteiros de atividades estruturadas. Para os que não tinham acesso nem à TV, nem ao celular, entrou no plano a rádio AM, que tem grande alcance, e, por fim, o material impresso, como última solução.

A atuação da Secretaria não se resumiu à oferta. Semanalmente, era avaliado o engajamento dos professores, dos estudantes e dos gestores, a fim de saber o que ia bem e o que deveria ser melhorado, categorizando os diferentes tipos de dificuldades. Também foram realizados, por exemplo, simulados e revisões *online* por meio do canal da Secretaria no YouTube, além de programas de revisão na Rádio Tabajara AM e na TV Paraíba Educa.

Porém, para além do plano pedagógico, houve necessidade de ações para garantir a segurança alimentar dos alunos – e, muitas vezes, de suas famílias. Assim como aconteceu em outros estados, a merenda foi convertida em *kits* de alimentação. Foram distribuídas cestas para os 250 mil estudantes da rede estadual a partir da segunda quinzena do mês de maio. Além de assegurar o sustento, a entrega da merenda proporcionou interação. “Quando o responsável ia buscar, a escola fazia um acolhimento, dava um bilheteinho, falava sobre o filho, pedia para o aluno fazer as atividades, dava alternativas. Isso foi muito importante para garantir o vínculo”, diz Leia Gonçalo, gerente executiva do Ensino Médio.

ENSINO MÉDIO

Ainda, a política pública paraibana se atentou, em especial, ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2019, o Se Liga No Enem Paraíba se tornou um programa voltado à preparação dos alunos da rede estadual. Em 2020, com a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia, o programa se tornou o Se Liga no Enem Revisão *Online*. O projeto oferece curso de revisão dos conteúdos, habilidades e competências exigidas para o Enem para estudantes que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio e para egressos da rede estadual de ensino.

O secretário de Educação, os diretores pedagógicos e até mesmo o governador se envolveram no esforço de engajamento dos alunos – e, um exemplo simples, mostra a importância dessa conexão. Em uma das *lives*, da qual participavam os gestores da Secretaria, um estudante perguntou: “Por que não fazer um desafio para melhorar a redação?”. Surgiu, então, o Desafio Nota 1000 – a máxima possível na prova do Enem. Os alunos enviavam suas redações, recebiam os textos corrigidos e, semanalmente, as dez melhores eram divulgadas no programa *Conversa com o Governador*. Por meio de parcerias, os premiados ganhavam *notebooks*. “Ficava todo mundo ligado!”, lembra a gerente Leia. “Uma política que não custou um real teve um resultado pedagógico muito bacana: em abril, a média das notas era de 400 pontos e, no final do ano, tinha passado de 750 pontos”, comemora.

Em 2020, cerca de 3.083 estudantes do estado ingressaram em universidades de todo o Brasil, sendo 442 em primeiro lugar. Além disso, 397 tiraram acima de 900 pontos na redação. “A gente correu atrás, os professores foram bater na porta dos jovens, e houve escolas que conseguiram 100% de inscritos, em um cenário de grande queda de inscrições por todo o país”, conta Sandra Mara, gerente regional de Educação.

APRENDIZADOS

Para o secretário Cláudio, a fase mais crítica da implantação da política foi o início. Afinal, para introduzir uma ferramenta ou usar um programa de larga escala, é necessário que a rede aposte naquilo. “Se não houver engajamento dos professores e alunos, perdemos. O grande medo era não conseguir chegar”, lembra. A Secretaria conseguiu motivar os estudantes com atitudes mais joviais: lançando mão de *hackatons* e de *games*, conseguiu mantê-los envolvidos.

Na visão do secretário, muitas ferramentas não deixarão de ser utilizadas e serão profissionalizadas. É o caso da TV, que terá um estúdio para a geração de conteúdos e treinamento para os professores. “Estamos apostando muito forte na melhoria da infraestrutura e na estrutura computacional, com *chromebooks* por

aluno e salas de aula com conexão direta. Vamos apostar muito no híbrido, até na implantação do novo Ensino Médio, oferecendo itinerários formativos em cidades onde só tem uma escola”, adianta. Da mesma forma, os recursos do *streaming* serão incorporados ao dia a dia escolar.

Para quem simplesmente lê o texto, pode parecer que tudo foi simples. Muito ao contrário: exigiu uma imensa dedicação de todos. Ao final do primeiro mês, boa parte das ações estava em implantação. “O que demorou um pouco mais foi a TV, que precisava da licitação, mas a orientação da escola, por meio do plano estratégico escolar, aconteceu em 30 dias”, lembra Leia, gerente do Ensino Médio. “Reunimos as equipes, trabalhando até 22 horas, preparamos os documentos, apresentamos para os gerentes regionais, fizemos a formação, tudo para que os textos chegassem nas escolas”, conta.

“O estado encontrou uma forma de o aluno não deixar de ser estudante durante a pandemia, e começamos a ter aulas remotas. De início, foi um choque grande para todos nós. Tivemos de aprender pela dor”, conta a gerente Sandra. “No sertão, 99% dos professores não usavam o Google Meet ou o Zoom. Nossas reuniões e nossos planejamentos e aulas começaram a ser diferentes, e os professores ficaram assustados”, recorda.

Conforme conta Leia, no início, de fato, era tudo muito novo para todos. “Fomos vendo o que estava dando certo, ouvindo a opinião das escolas, dos gestores, dos professores, até chegar a um formato que funcionasse. Conseguimos respirar por volta de agosto”, diz.

Para ela, o fator crucial foi a confiança demonstrada pelos gestores. “Era professor conversando com professor. Então, eles acreditaram, compraram a ideia, fizeram acontecer lá na ponta”, orgulha-se ela.

“O mais decisivo, para a Paraíba, foi a aposta em soluções que tinham o professor como centro. Sabíamos que íamos precisar muito dele, e todos os programas faziam o docente se sentir valorizado, porque sabíamos que estava passando por momentos muito difíceis”, complementa o secretário.

Paraná: a reinvenção dos educadores durante a pandemia

A professora Eliane Pastori traz à memória os acontecimentos do dia 16 de março de 2020, nos primeiros momentos da pandemia de covid-19, quando as escolas fecharam em todo o país. “Lembro, principalmente, do fato de os professores terem ido para casa deixando seus materiais nos armários”, conta. O gesto traduzia a expectativa de uma ausência rápida e a esperança de que, logo, tudo voltaria a ser como antes. Nos meses seguintes, porém, a crise sanitária se prolongou, e ficou claro que um novo cenário se impunha à Educação. “Foi uma época difícil na cidade. Com o fechamento do comércio, por exemplo, muitas pessoas se mudaram para cidades menores e tivemos de procurar os alunos com a ajuda das redes sociais”, acrescenta ela, que, na época, era diretora do Colégio Estadual Unidade Polo, de Arapongas, e, atualmente, atua como coordenadora pedagógica.

A resposta da Secretaria de Educação do Paraná às incertezas, naturais em meio à disseminação do coronavírus, veio rapidamente, materializada na oferta de diversas alternativas às aulas presenciais. Além da impressão de atividades que os estudantes podiam fazer em casa e devolver à escola em um prazo pré-combinado, e de aulas remotas por meio do Google Classroom, a iniciativa mais relevante foi o lançamento do Aula Paraná.

Com acesso por meio de um aplicativo, por canais de TV aberta e até mesmo no YouTube, a iniciativa atende o conjunto dos estudantes da rede pública de ensino do estado. Na TV, são três canais diferentes: um para o 6º e o 7º anos do Ensino Fundamental, outro para o 8º e o 9º anos, e um terceiro para o Ensino Médio. O aplicativo, por sua vez, está disponível para celulares que utili-

zam o sistema Android e iOS, com um detalhe muito importante: a isenção de dados móveis. O Aula Paraná não consome dados dos planos 3G ou 4G e pode ser acessado em celulares pré-pagos.

“Buscamos assegurar que todos os estudantes pudessem manter o vínculo com a escola e tivessem acesso a formas de aprendizado, pois a realidade do estado é bastante diversa e muitos não contam com internet em casa”, destaca Ane Carolina Chimanski, coordenadora de Currículo da Secretaria. Garantido o atendimento básico, os passos seguintes foram o aprimoramento das aulas, com base em metodologias ativas, e o monitoramento de resultados, com a ajuda de tecnologias que permitiam acompanhar o nível de engajamento das crianças e dos jovens. Por exemplo: após uma pesquisa com estudantes mostrar que eles gostariam de uma maior interação com os professores, passaram a ser oferecidas aulas ao vivo, aumentando significativamente a participação. Também foram promovidas atividades, como a Semana do Conhecimento, que propunha o desenvolvimento de projetos a partir dos conteúdos vistos nas aulas. E, para aqueles que apresentavam dificuldades em conteúdos específicos ou desejavam melhorar as notas e o rendimento escolar foi disponibilizado o Se Liga!, um programa de reforço da aprendizagem pela internet, com a disponibilização de acompanhamento com professores, pedagogos e diretores, para revisão dos conteúdos abordados nas aulas.

FERRAMENTAS DIGITAIS

A organização das aulas tem foco em duas frentes: retomar o que é essencial de conteúdos para o desenvolvimento de habilidades e competências, e aprofundar os conhecimentos para que os estudantes possam avançar no desenvolvimento escolar como um todo. Para tanto, são três os momentos: acompanhamento pedagógico; elaboração e intensificação das estratégias em cada escola; e encaminhamento para o eventual conselho de classe final. “Mostramos que é possível aliar o ensino ao uso das tecnologias, pensando criticamente o processo. Continuamos investindo em ferramentas digitais, como as plataformas de matemática, que

se valem da gamificação, e de inglês, com reconhecimento de voz para ajudar na oralidade”, explica Ane.

Para oferecer aos professores o suporte necessário na adaptação à nova exigência, bastante desafiadora, de uso de ferramentas de aprendizagem não presenciais, foram adotadas ações igualmente relevantes. Como explica Eliana Provenci, chefe do Departamento de Acompanhamento Pedagógico, uma vez iniciadas as atividades remotas, a Secretaria passou a criar mecanismos para dar apoio e segurança às equipes escolares.

Foram fundamentais os tutores pedagógicos, que se dedicaram a levar informações e capacitar as equipes regionais. Estas, por sua vez, tinham a responsabilidade de realizar a formação dos gestores e dos docentes, em um processo “que se enraizou e se ramificou”, segundo a gestora. Foram realizados encontros e oficinas virtuais, com troca de melhores práticas entre os profissionais e as escolas, e até mesmo a formação de grupos de estudo pedagógicos. “Junto com os desafios vieram as possibilidades. Nós tínhamos as ferramentas, precisávamos definir o que esperar delas e preparar as pessoas. Essa transformação tinha de ser feita necessariamente por quem estava na escola”, explica Eliana. “É um caminho sem volta. Avançamos dez anos nesse período, e os estudantes se acostumaram com aulas diferenciadas, com uso de elementos visuais, por exemplo”, acrescenta.

Nesse sentido, destacam-se outros programas. Um bom exemplo é o Formadores em Ação, composto por capacitações *online*, no formato de grupo de estudos, que busca instrumentalizar os docentes para o uso das metodologias ativas e dos recursos tecnológicos voltados para o ensino remoto. A abrangência da capacitação fica evidente: professores e pedagogos contam com, pelo menos, cinco opções de temas e podem escolher até dois deles: Metodologias Ativas; Recursos Educacionais Digitais; Projeto de Vida; Observação de Sala de Aula e Acompanhamento da Hora-Atividade; Pedagogo Formador; Educação Especial; Pensamento Computacional; Programação de Educação em Tempo Integral (ETI); Avaliação para a Aprendizagem; Gestão de Sala de Aula; Componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio.

Está disponível no Registro de Classe *online* (RCO), para além do escopo conceitual, o RCO+Aulas, um módulo de planeamento. Nele, o professor encontra planos de aula específicos para as disciplinas e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos. Os planos de aula são organizados por temas, conteúdos, conhecimentos prévios e objetivos. Também se dividem por trimestre e contemplam, além dos conteúdos essenciais, informações e atividades complementares. Na ferramenta *online*, é possível encontrar *links* para videoaulas, *slides* e listas de exercícios, que podem ser editadas ou complementadas por materiais de acordo com a preferência e necessidade do professor. Ainda, está disponível um espaço para o docente avaliar cada aula dada.

EMPENHO

Em meio a tantos desafios e oportunidades, Ana Paula Machado, atual diretora do Colégio Estadual Unidade Polo, de Arapongas, ressalta o empenho e a capacidade dos docentes e demais profissionais dos estabelecimentos de ensino. “Muitos professores se reinventaram durante a pandemia, com frequência utilizando um tempo que seria de convívio com a família para estudar e se aperfeiçoar. E isso faz diferença em sala de aula. Acompanhei professores criando experiências de química em casa ou abrindo espaço para mostrar nos vídeos como fazer atividades físicas, por exemplo”, afirma.

O diretor-adjunto Emerson de Lima Oliveira concorda. Para ele, os docentes superaram a barreira da dificuldade de atenção das crianças e dos jovens “de maneira lúdica e prazerosa, para tornar as aulas mais interessantes”. Do mesmo modo, o formato híbrido, com dois tipos de aulas ao mesmo tempo, também trouxe dificuldade e exigiu um esforço de reinvenção. “Quando voltamos ao presencial, não voltamos às práticas antigas. Usamos as inovações do período para fazer das aulas algo diferente”, garante.

Ainda, a professora Ana Paula destaca a importância do engajamento de quem está próximo às comunidades atendidas pela Educação estadual e que, mesmo em momentos de significativa

adversidade, realizou ações de busca ativa de estudantes, lidou com as diferentes realidades socioeconômicas de crianças e jovens, e procurou absorver novos conhecimentos. “As equipes escolares fizeram acontecer, com o apoio da Secretaria”, comemora.

Nesse contexto, também têm sido relevantes as atividades diagnósticas para identificar as necessidades em cada nível de ensino. A avaliação implementada em 2021 (incluindo as Atividades Paraná e a Prova Paraná, mais especificamente) serviu de base para a preparação de material didático voltado às habilidades e aos conteúdos a serem reforçados.

Pernambuco: uma rede que avançou junta

Em Pernambuco, as 1.059 escolas que emergem da fase mais crítica da pandemia de covid-19 guardam significativas diferenças em relação ao que eram antes. Toda a rede passou por investimentos em aspectos estruturais para se adequar aos critérios do protocolo sanitário de retorno às aulas, que foram retomadas pela primeira vez ainda em setembro de 2020. Ganharam autonomia para a gestão de recursos, que chegaram a até R\$ 400 mil por unidade, no programa Investe Escola, utilizado para investimentos pertinentes ao seu próprio projeto político-pedagógico.

Além disso, os professores e os estudantes passaram para um outro patamar de uso da tecnologia, seja por programas, como o Conecta Aí, com o patrocínio ao acesso de dados, ou por iniciativas que garantiram a disponibilização de *notebooks* para os docentes. Em dois anos, a rede viu acontecer um grande avanço no uso dos recursos tecnológicos.

Esse é o balanço feito pelo biólogo Glaydson Santiago, superintendente técnico de Gestão da Rede, que se orgulha de educar seus filhos na rede pública. “Faço isso porque considero que não deixa nada a desejar em relação à rede privada. Quando um professor matricula seu filho na escola pública, é um sinal de que as coisas estão dando certo”, avalia.

Como todos os educadores da rede pernambucana, Glaydson viveu a pandemia como um furacão avassalador. Sua área ficou responsável por algumas das providências essenciais da gestão nesse período, como a implementação do protocolo sanitário, com a instalação dos equipamentos necessários, a distribuição do cartão alimentação, realizada a partir do primeiro semestre de 2020, e o levantamento das demandas das escolas.

Para todo o estado, foram longos meses de ensino remoto, que exigiram um conjunto de políticas públicas integradas e implementadas no tempo necessário. “A equipe pedagógica começou a pensar imediatamente o que poderia trazer para as escolas naquele momento”, conta Ana Selva, secretária executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco. Houve medidas para atender aos desafios mais urgentes, como a oferta de aulas a distância; outras ações miravam adiante, como o retorno ao presencial e as iniciativas de mitigação da crise social que acompanhou a pandemia. “Já na primeira semana, produzimos uma quantidade grande de orientações às escolas para todas as etapas e modalidades, com atividades pedagógicas que poderiam ser desenvolvidas”, diz a gestora. “Tivemos a suspensão e, na segunda-feira, eu já estava dando entrevistas na televisão, explicando para a população sobre as atividades disponíveis, tanto para professores como para estudantes”, relata.

A gestão pública começou um movimento de articulação com as escolas para produzir conteúdo e reunir estratégias. “Não existia um caminho melhor do que outro, o que queríamos era manter contato com os alunos”, conta. Em abril, entrou em funcionamento o Educa PE, uma iniciativa multiplataforma para atender, em conjunto com outras ações pedagógicas, 528,9 mil alunos em 1.059 escolas da rede.

Os conteúdos, a partir do 9º ano do Ensino Fundamental, eram transmitidos pela TV e pela internet de segunda a sexta-feira. Para os estudantes do 6º ao 8º anos do Ensino Fundamental, as aulas eram gravadas e disponibilizadas na internet todas as manhãs. Foram feitas parcerias com empresas de comunicação e com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo. Em outra frente, teve início o desenvolvimento de estratégias para ampliar a conectividade dos alunos, para que pudessem acessar os conteúdos em plataformas.

Posteriormente, outras iniciativas foram deslançadas, como o PE no Enem¹, com aulas preparatórias não presenciais aos sábados, em parceria com professores de escolas particulares. Mais à frente,

1. Exame Nacional do Ensino Médio.

foi criado um novo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), integrando todas as ações, com conteúdos para crianças da Educação Infantil e estudantes dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do Campo, Educação Inclusiva e Educação Indígena.

REORGANIZAÇÃO CURRICULAR

No entendimento da Secretaria da Educação de Pernambuco, não era o bastante produzir conteúdo e transmiti-lo. Tudo precisava acontecer conforme uma nova lógica curricular, coerente com o novo contexto vivido.

Por isso, em paralelo, teve início a reorganização do currículo da rede pública. “Começamos a fazer esse documento pensando nas habilidades prioritárias para aquele momento em que teríamos também uma redução da carga horária”, lembra Ana Selva. Isso aconteceu em parceria com a representação da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Pernambuco (Undime-PE), ou seja, de maneira articulada com os municípios.

Desde o início, a preocupação com o equilíbrio emocional dos estudantes também foi um aspecto relevante. A equipe já previa que a situação do isolamento social teria impacto sobre a saúde mental de todos. Assim, foi criada a ferramenta Diário de Bordo, para que os alunos pudessem expressar o que estavam sentindo. “Passamos a fazer várias ações voltadas para a articulação da escola com o estudante. Esse era o foco mais importante: que se sentisse acolhido”, conta a secretária executiva.

Para garantir a segurança alimentar dos alunos, foi introduzido o Cartão Alimentação Escolar, a partir de abril de 2020. A iniciativa, que contemplou cerca de 322 mil estudantes com depósitos de R\$ 50 para auxiliar na compra de alimentos, contou com investimentos de R\$ 16 milhões por mês e priorizou quem se encontrava em maior situação de vulnerabilidade no estado.

Do lado das escolas e dos professores, os desafios pareciam invencíveis, mas todos foram em frente. “Tínhamos clientela na zona rural, sem acesso à internet ou computador. Por isso, utilizamos alguns recursos que estavam disponíveis naquele momento,

como o WhatsApp, bem como a distribuição de materiais impressos”, conta Edivânia Arcanjo, gerente regional da Mata Norte, responsável por diversos municípios do interior pernambucano. “O importante foi que ninguém cruzou os braços”, afirma.

O acompanhamento dos gestores escolares foi essencial. Foi criado um formulário semanal de monitoramento. Cada escola também fez seu plano de ação e o apresentou à Secretaria. “Acompanhávamos constantemente, com o coordenador pedagógico, o que ia sendo trabalhado na prática do professor, o currículo aplicado, as ferramentas que as escolas estavam utilizando”, lembra.

BUSCA ATIVA E DEFASAGENS

Ao lado de manter a oferta educativa e oferecer suporte a estudantes e professores, o primeiro pensamento da gestão sempre foi o retorno. “Desde maio de 2020, começamos a fazer uma série de pesquisas e acompanhar as ações de outros estados para entender como seria a volta”, lembra o superintendente Glaydson.

Entre outubro e novembro de 2020, foi feito o primeiro movimento de retorno presencial, até então, com o distanciamento de 1,5 metro, além de muitos outros cuidados indicados. Tudo aconteceu com base em um intenso diálogo com a sociedade, os sindicatos, os pais e responsáveis e as instituições. Foram criados comitês regionalizados, compostos por integrantes indicados pelos sindicatos e técnicos para visitar todas as escolas da rede, fazendo um levantamento detalhado das providências. Naquelas em que houve apontamentos – quase sempre ligados à disponibilidade de água –, a resposta foi ágil, com o envio de recursos às escolas para a contratação de caminhões-pipa. “Foi tudo muito bem-feito: professores, pais e alunos se mostraram muito tranquilos com os protocolos. Abrimos todas as escolas com organização e segurança”, orgulha-se Ana Selva.

Assim, era hora de também pensar na necessária recomposição da aprendizagem. Sabia-se que o acesso aos recursos havia sido desigual e que surgiriam defasagens, a serem enfrentadas no retorno progressivo às aulas presenciais.

Foi preciso discutir com a rede sobre o próprio conceito de Educação híbrida. “Havia a visão equivocada de alguns achando

que hibridismo é assistir a conteúdos passivamente”, lembra Ana Selva. Por isso, foram chamados especialistas da área para dar formação aos professores.

Além de garantir a aprendizagem, outro desafio enfrentado pela rede pública de todo o país teve aspecto central em Pernambuco – a busca ativa dos estudantes, que se evadiram ou abandonaram a escola por diferentes motivos, por exemplo, para trabalhar ou morar em outras cidades e outros estados. “Por mais que se tenha a busca ativa, a gente percebia uma grande desmotivação”, lembra Edivânia. O cenário real para uma parte dos estudantes era de desmotivação. “Muitos alunos não contavam com um ambiente familiar adequado. Em casa, havia um celular para quatro ou cinco irmãos dividirem, os pais passavam o dia fora e havia muitas pessoas doentes”, recorda a gestora.

Por isso, as práticas restaurativas, como ela chama, foram uma parte central do trabalho. Passaram a trazer, semanalmente, psicólogos e outros profissionais para conversar com a rede, enfocados no cuidado. Com os estudantes, também foram iniciados ciclos de diálogo e acolhimento. Da mesma forma, no programa de busca ativa, as escolas passaram a visitar sistematicamente os domicílios. Todos os recursos foram explorados: campanhas por telefone, panfletagem no comércio, visitas dos diretores até feiras livres nos fins de semana para tentar encontrar e conversar com os pais e responsáveis, eventos, como o Dia D da busca ativa. Ainda, ex-alunos e universitários participaram da busca ativa, e receberam uma bolsa de R\$ 800,00, desde agosto de 2021, para apoiar esse esforço.

As iniciativas tiveram grande impacto, mitigando a fuga dos estudantes. Mas, como lembra a gestora, não basta trazer de volta jovens e crianças: é preciso que todos se sintam acolhidos e aprendam. Por isso, foram de grande importância políticas como o Bolsa Monitoria de Aprendizagem, para as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Nesse programa, os alunos monitores recebem mensalmente R\$ 200,00 para auxiliar seus colegas no contraturno, orientados pelo coordenador e acompanhados pelos professores, durante quatro horas semanais. “Precisamos ter um olhar humanizado para esses alunos, levando em consideração as restrições que sofreram. Precisamos ter esse olhar e promover oportunidades”, finaliza Edivânia.

Piauí: superação de desafios no dia a dia das escolas

Natural da cidade de Batalha, no interior do Piauí, a educadora Liduína Maria Rebouças e Silva aprendeu as primeiras letras com sua avó, professora leiga. Com esse exemplo de vida, dedicou-se à Educação com amor. Escolheu a escola pública, onde se sente mais apoiada, e vê a luta concreta pela qualidade. Logo no início da pandemia de covid-19, acabou por assumir a gestão da Unidade Escolar Gaysoso e Almendra, com mais de mil alunos, atendendo os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Viveu, a partir de então, a experiência inesquecível de manter o ensino vivo, dentro do padrão de qualidade que vinha sendo buscado nas escolas piauienses, também na realidade das aulas remotas.

Liduína não se deteve perante as limitações impostas pelo isolamento social. Instalou internet rápida em todas as salas para apoiar os professores e continuou motivando todos a aprenderem. Em plena pandemia, sua escola inscreveu alunos na Olimpíada Nacional de Ciências. Ao final, foram sete medalhas, sendo duas de ouro, e mais dez menções honrosas. “Nunca isso tinha acontecido na história de Batalha”, conta. Durante as aulas virtuais, a escola conseguiu manter, por exemplo, o grupo de estudos de matemática. A preparação continuou na volta em rodízio e, depois, no modo presencial, aos sábados. Ações semelhantes se repetiram em todas as áreas, inclusive, nos esportes, e a escola prepara, agora, os alunos para outras olimpíadas, para as avaliações federais e, também, para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Para manter a turma motivada na pandemia, o uso da tecnologia foi essencial – e espelha o que aconteceu em outras escolas

do Piauí. Sua instituição utiliza o chamado *kit* de mediação, com *webcam* e microfone, essencial na Educação remota, híbrida e presencial. “Foi a forma que encontramos para que os alunos do 3º ano do Ensino Médio viessem 100%”, conta. “A gente planta e fica esperando as notícias boas”, diz.

Com todos os seus méritos, o trabalho da instituição Gaysoso e Almendra espelha o esforço feito pelas 653 escolas estaduais do Piauí. Para que tudo pudesse acontecer, foi essencial a estrutura da Secretaria de Educação – a começar pelo Programa de Mediação Tecnológica, conduzido por Viviane Carvalhedo, diretora da Unidade de Mediação Tecnológica da Secretaria Estadual de Educação, também chamado de Canal Educação.

O programa foi implantado ainda em 2012, em função da extensão do território piauiense e da falta de professores especialistas em municípios mais distantes. “Transmitido via satélite, o Canal Educação chega a cidades que não têm como atrair o docente”, explica Viviane. Desde 2015, estava em curso uma ampliação do escopo e da oferta. Havia, então, 300 *kits* de mediação nas escolas. Em 2017, essa base foi ampliada para 900 *kits*. O número de estúdios de produção passou de dois para seis, possibilitando a capilarização do atendimento, e das cinco áreas em que eram ofertadas cursos, passou-se à produção de conteúdos em todas as disciplinas do Ensino Médio, além da preparação para o Enem e EJA, e para cursos técnicos de profissionalização no eixo de gestão e negócios. “Essa oferta deu condição para o Piauí se destacar na oferta de EJA e Educação Técnico Profissional concomitantes”, lembra Viviane.

SINAL DE TV

Foi nesse momento que a pandemia chegou e levou ao fechamento das escolas. “Como já tínhamos a estrutura do centro de mídias, precisamos de dois dias para migrar a versão aberta a todos os alunos”, lembra Viviane. Além de ofertar o Ensino Médio, o Canal Educação também incluiu conteúdos de 6º a 9º anos do Ensino Fundamental para apoiar o trabalho das prefeituras.

Os *kits* de mediação funcionam como um circuito fechado de TV, pois cada escola pode receber o sinal transmitido e selecionar o

conteúdo que deseja assistir, inclusive, com interatividade por vídeo, áudio e texto. Com a suspensão das aulas presenciais, a opção foi converter os vídeos para o formato *streaming*, com transmissão pelo YouTube, para que os alunos pudessem assistir em suas próprias casas. “As escolas tinham autonomia, mas precisavam elaborar um plano de ação estruturado que deveria ser enviado para a Secretaria. A grande maioria optou pelo conteúdo pedagógico do centro de mídias”, lembra Maria José Mendes Neta, responsável pela Diretoria de Ensino e Aprendizagem.

Entre março de 2020 e o último trimestre de 2021, foram registrados cerca de 6 milhões de visualizações no YouTube, com mais de 23 mil aulas postadas na plataforma. Os conteúdos também foram utilizados por outros estados, em convênios de cooperação técnica, como foi o caso de Sergipe, Maranhão e Ceará.

Ainda, a formação dos professores foi uma das ênfases das políticas públicas deslanchadas. A Secretaria ofertou Educação continuada a 166 municípios, por meio do programa Mais Aprendizagem, transmitido pelo Canal Educação. O objetivo era garantir maior engajamento de professores e gestores na formação, com foco na qualidade de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais, sobretudo no alcance das habilidades necessárias ao bom desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com oficinas presenciais e simulados (destinados aos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e ao 3º ano do Ensino Médio, com os componentes língua portuguesa e matemática) para os diversos municípios piauienses. Também houve ações presenciais e híbridas, como as Caravanas Pedagógicas, para formar as equipes das gerências regionais de Educação, além dos professores, em temas como avaliação diagnóstica, aplicação do Saeb, Censo Escolar e outros.

O Piauí investiu na conectividade, distribuindo 180 mil *chips* e 10 mil *tablets* para alunos do 3º ano do Ensino Médio, com foco nos que tinham mais dificuldades de acesso. Em 2020, cerca de um quarto dos estudantes lançavam mão dos recursos impressos para acompanhar as atividades escolares. Os estudantes que integravam o projeto Aluno Monitor, que reforçava as equipes para o suporte pedagógico, também receberam os dispositivos.

Assim como a rapidez da resposta para a oferta educacional foi catalisada pelo Canal Educação, a articulação de todas as ações pedagógicas só alcançou seus objetivos por estarem organizadas no programa Juntos para Avançar.

Tão logo a pandemia começou no estado, foi criado o Comitê de Regimes de Aulas Não Presenciais para a construção das diretrizes da Educação remota. Além do Canal Educação, foram utilizadas outras ferramentas, como a comunicação instantânea via WhatsApp, os encontros virtuais, e o uso de materiais impressos, em locais sem recursos para o acesso à internet. O passo seguinte foi a criação de grupos de trabalho menores para acompanhar as ações e o planejamento estratégico para a busca ativa.

CONTÍNUO CURRICULAR

“Desde a suspensão das aulas, em nenhum momento paramos, nunca deixamos de pensar a Educação integral do aluno, a aprendizagem e o aspecto emocional. Não fugimos à grande luta”, diz Maria José. Segundo conta, o estado do Piauí avançou muito nos últimos anos na área da Educação, tanto no acesso como na qualidade, e a pandemia chegou trazendo desafios.

Por isso, ainda em 2020, foi lançado o programa Juntos para Avançar, amparado nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos conselhos estaduais que estabeleceram o contínuo curricular. Trata-se de um conjunto de estratégias de mobilização social para garantir o acesso a uma Educação de qualidade com equidade, que inclui a busca ativa e a recomposição da aprendizagem. O programa tem o objetivo de auxiliar na identificação, no registro e no acompanhamento dos estudantes que não tiveram acesso à escola e, para os que tiveram, oferece oportunidades para recuperar aprendizagens não adquiridas.

“Nosso objetivo era olhar para os alunos que não tiveram acesso e tirar do professor a cultura da reprovação, que ainda existia em 2020”, diz Maria José. Para recuperar a aprendizagem dos estudantes, o programa considera dados de avaliações das habilidades e conteúdos aprendidos, e promove oportunidades de recuperação paralela no modelo híbrido, além de outras ofertas. As diferen-

tes avaliações diagnósticas forneceram indicadores importantes para o planejamento pedagógico, tanto as promovidas pelo estado, como as federais e as realizadas em parceria com os municípios.

Para esse trabalho, foi importante o programa Circuito de Gestão, que teve o objetivo de orientar, organizar e sistematizar os principais processos e procedimentos da gestão educacional, incluindo a análise dos dados originados das avaliações. O Piauí é conhecido pela ênfase que dá na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e durante a pandemia foram criadas estratégias para manter o engajamento alto.

O chamado Pré-Enem na Estrada é um estúdio móvel que viaja pelo Piauí para oferecer aulas de revisão para o exame, com transmissão ao vivo para quem está em casa. “Percorremos 13 mil quilômetros em 84 dias, em todo o estado, para levar reforço, preparação e mobilização”, lembra Viviane Carvalho.

A experiência vivida pela rede piauiense gerou muitos aprendizados. Na implantação do Novo Ensino Médio, que aconteceu concomitantemente à pandemia, o centro de mídias poderá ampliar a oferta de itinerários formativos. “Temos 120 municípios que só possuem uma escola. Como teremos, no mínimo, dois itinerários? Apenas via Canal Educação. É uma janela de oportunidade imensa”, acredita Viviane.

Utilizando os mesmos recursos de mediação tecnológica, a Universidade Estadual do Piauí (UFPI) ofereceu, em 2022, o primeiro curso virtual de Ensino Superior. “Utilizamos a estrutura do centro de mídias para realizar os encontros, aproveitando a *expertise* da Universidade Aberta do Brasil e da Universidade Aberta do Piauí. Vamos conseguir chegar a todo lugar, do jeito que fizemos desde 2015”, diz. Para isso, a estrutura de estúdios será ampliada e o estado terá 1.500 kits de mediação tecnológica para expandir a oferta. “Há muitas coisas para acontecer das quais nos orgulharemos muito”, finaliza a gestora.

Rio de Janeiro: 6.546 materiais pedagógicos criados em 48 dias

Em outubro de 2021, as escolas da rede estadual do Rio de Janeiro voltaram a oferecer o ensino 100% presencial. Ainda assim, o *Applique-se*, a plataforma digital lançada durante a pandemia de covid-19, não deixou de fazer parte da rotina de centenas de milhares de estudantes. Além de atender àqueles que estavam dispensados da obrigatoriedade das aulas presenciais – por conta de comorbidades, por exemplo – o aplicativo passou a ser um instrumento essencial para revisão de conteúdos, reforço no aprendizado e até mesmo para sanar lacunas no conhecimento construído ao longo dos meses anteriores, o que contribuiu para os mais de 50 milhões de acessos desde o lançamento.

O *Applique-se* foi desenvolvido ao longo dos três últimos meses de 2020 e lançado em 2021, propiciando aos estudantes a possibilidade de navegar 24 horas por dia, nos sete dias da semana, sem utilizar seu pacote de dados. Reúne mais de 6,5 mil materiais pedagógicos, entre videoaulas, *podcasts* e orientações de estudo, cobrindo todas as disciplinas dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As Orientações de Estudo são materiais escritos, organizados e de fácil entendimento, baseados no currículo resumido. Eles apresentam objetivos e metas, além de trazerem uma atividade avaliativa ao final, a ser realizada pelo aluno e entregue ao professor. Acompanham esses materiais as videoaulas – planejadas e gravadas por docentes da rede estadual, com duração de até 15 minutos – e os *podcasts*, conteúdos entregues em forma de áudio, igualmente planejados e gravados por docentes da rede estadual,

e que ficam disponíveis para serem ouvidos quantas vezes o usuário desejar ou precisar. Também faz parte do Applique-se o Google Classroom, um ambiente interativo para a realização de aulas e atividades pedagógicas a distância, com possibilidades de troca entre os educadores e suas turmas.

“Em 48 dias, 6.546 materiais foram produzidos, com base na análise das necessidades de aprendizagem e num planejamento que permitissem que todos os conteúdos conversassem entre si. As Orientações de Estudo podiam ser ofertadas por meio do Applique-se e, também, em formato impresso. Cada uma conta com cinco aulas e, para cada aula, há um *podcast* e uma videoaula. Tudo isso se complementa”, destaca Elizangela Lima, superintendente pedagógica. Ela explica que os materiais ajudavam as crianças e os jovens a se organizarem e estudarem no novo contexto, construindo seus próprios caminhos. “Era um volume muito grande de material, mas que foi pensado e trabalhado num currículo essencializado, para que os estudantes pudessem dar conta de realizar as atividades e entregar nas escolas”, acrescenta.

DIVISOR DE ÁGUAS

A implementação do Applique-se foi acompanhada de ampla capacitação das equipes escolares e dos professores da rede estadual. Para isso, os próprios resultados obtidos com o aplicativo foram importantes, uma vez que as informações sobre como ele vinha sendo utilizado, assim como sobre seu grau de efetividade, orientavam novas ações e motivavam todos os envolvidos.

O lançamento do Applique-se foi um divisor de águas nos esforços de enfrentamento da pandemia pela Secretaria Estadual de Educação e pelas equipes escolares. Os primeiros passos incluíram a antecipação das férias escolares do meio ano, a fim de permitir o planejamento adequado das ações e medidas a serem colocadas em prática, e a adoção de ferramentas do Google que abrissem caminho para formas de ensino a distância.

Nesse sentido, foi especialmente relevante a deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE), de março de 2020, estabelecendo a necessidade de elaboração de um Plano de Ação Peda-

gógica para a rede pública estadual, com a participação do corpo docente, a fim de organizar as atividades escolares a serem realizadas pelos estudantes fora das instituições de ensino. Esse esforço incluiu a transmissão de aulas pelo Google Classroom, distribuição de kits de alimentação e entrega de exercícios impressos (principalmente no segundo semestre de 2020).

Ainda, no período entre março e outubro de 2020, foi decisiva a busca de estratégias próprias pelas escolas da rede estadual, cada uma delas a partir das características, oportunidades e restrições de sua realidade. Essas ações incluíram a utilização do WhatsApp e a busca ativa, por exemplo. Algumas se mostraram experiências bem-sucedidas para manter o vínculo com as comunidades e foram compartilhadas com outras unidades.

Em fevereiro de 2021, o ano letivo na rede estadual começou com a realização de uma ampla avaliação diagnóstica, por meio da aplicação de questionários aos estudantes, tendo em vista a possibilidade de retorno das atividades presenciais. Nesse momento, os anos de 2020 e 2021 eram tratados como parte de uma abordagem de *continuum* escolar.

Ao mesmo tempo, como relata a professora Elizangela, o planejamento da Secretaria incluía três cenários: um de aulas somente no modelo remoto; outro de ensino híbrido; e um terceiro de retorno das atividades presenciais. Assim, diante da realidade sanitária do país e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, em março de 2021, as escolas passaram a operar com a adoção de dois modelos de ensino de acordo com as recomendações do Comitê Científico e das autoridades de saúde: híbrido (remoto e presencial, com turmas em sala de aula em dias alternados), ou somente remoto (pelo aplicativo *Applique-se*, pelo Google Classroom ou por meio de material impresso). Vale destacar que a oferta do modelo híbrido acompanhava a situação de cada município, com base em uma classificação de risco de contaminação pela covid-19, que utilizava “bandeiras” de várias cores.

SEGURANÇA

Juliana Peixoto, assessora da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, conta que, em paralelo, foram tomadas medidas quanto à segurança dos estudantes e servidores, definidas por uma resolução específica. Desse modo, o governo do estado destinou verba para a compra dos materiais de proteção e higienização, como máscaras, álcool em gel 70%, tapetes sanitizantes e preparação dos espaços para garantir o distanciamento social e os cuidados de higiene nas 1,2 mil escolas estaduais.

Juliana lembra que houve intensa troca de experiência e boas práticas, e que as escolas receberam apoio da gestão estadual em diversas iniciativas fundamentais ao longo dos dois anos mais críticos da pandemia. Muitas escolas, por exemplo, mantiveram as portas abertas para a distribuição de alimentos, com um esforço extra da direção e da equipe escolar, muitas vezes, bastante reduzidas em decorrência de casos de contaminação pelo coronavírus. Além disso, o transporte escolar foi recorrentemente utilizado para levar os kits de alimentação e o material até a casa dos estudantes.

Nesse contexto, uma novidade relevante introduzida pela Secretaria, no segundo semestre de 2021, foi a metodologia *storytelling* para o Applique-se. A inovação trazia conteúdos pedagógicos de língua portuguesa e matemática, com uma narrativa atraente, semelhante à utilizada na contação de histórias e nos jogos interativos. Ou seja, uma linguagem acessível aos alunos, a partir de elementos com os quais crianças e adolescentes estavam familiarizados, com o propósito primordial de suprir os hiatos de aprendizagem.

“Apesar das alternativas que procuramos implementar, houve perdas de aprendizagem significativas e, pelos próximos dois anos, haverá necessidade de recuperação do aprendizado, identificando as lacunas dos estudantes”, comenta Anna Velasco, superintendente de Planejamento e Integração das Redes.

A gestora ressalta que as ferramentas digitais vieram para ficar e terão um papel relevante na jornada que se desenha no horizonte das redes estaduais de Educação. “Houve a necessidade de nos reinventarmos na questão tecnológica e o estado do Rio de Janeiro teve de acelerar esse processo. Hoje, contamos com outro cenário

dos pontos de vista pedagógico e tecnológico. O Applique-se será decisivo para a complementação pedagógica e para as aulas de reforço, por exemplo, assim como para quem está com dificuldade em alguma disciplina”, afirma.

O cenário descrito traz consequências imediatas, como o foco crescente no desenvolvimento das pessoas e, portanto, em investimentos na formação profissional de docentes e demais integrantes das equipes escolares, inclusive, com trilhas formativas enfocadas nas novas tecnologias. “Observamos maior aproximação e troca entre professores e alunos, evidenciando que o conhecimento é construído junto. Afinal, os professores também precisam do conhecimento dos alunos para lidar com as mídias digitais, por exemplo. Tem sido um esforço coletivo em que as novas práticas predominam”, finaliza Juliana.

Rio Grande do Norte: rede de escuta e projetos participativos

“Foi como se o mundo estivesse acabando”, lembra a diretora regional de Educação, Suenyra Nóbrega Soares, que cuida dos 11 municípios que formam a região de Caicó, no Rio Grande do Norte. Logo após o Carnaval, veio a notícia da suspensão das aulas, e a sua equipe não acreditava no que acontecia. “Foi cada um correr para sua escola, para sua sala, pegar o que fosse possível: levar seu caderno, sua garrafa de água, seu instrumento de trabalho, sem saber quando ia poder se reunir de novo”, lembra, ainda emocionada.

A cena impactante marcou Suenyra e, desde logo, deu-lhe a certeza de que a empatia, a sensibilidade e o sentido de escuta seriam a origem da força de reação. “Para dar conta, nós só tínhamos uns aos outros, e isso era muita coisa”, afirma a gestora. Para ela, uma das características principais da rede estadual potiguar sempre foi a vitalidade e a convicção de que era preciso enfrentar a desigualdade em um dos estados mais pobres do país.

Assim, a pandemia representou, em um primeiro momento, o medo de interrupção de um movimento de escuta da rede, para aumentar o sentido de pertencimento e desenhar projetos mais participativos. “Nós estávamos indo sempre para as escolas, reunimos 300 alunos para saber quais eram seus sonhos e anseios. Quando as aulas foram suspensas, era a desconstrução de um sonho que a gente estava erguendo juntos”, recorda.

Havia uma parcela significativa de estudantes que não tinha condições de acesso, o que aumentava a desigualdade. Mas, naquele momento, o Rio Grande do Norte sabia que a gestão não teria como investir em distribuição de dispositivos, *chips* ou internet

patrocinada. “Eles não tiveram *chip*, não tiveram celular, não tiveram nada. Não é soberba: não fizemos isso no início porque não havia dinheiro, e, assim, iríamos aprender para, quando fosse possível, tentar fazer o melhor”, lembra o secretário Getúlio Marques.

Era preciso priorizar investimentos de caráter mais permanente, e, assim, outras políticas foram iniciadas ou fortalecidas. Havia a Escola Digital, para a transmissão de aulas gravadas, que teve menos de mil acessos por mês em 2019, passou para 134 mil em 2020 e ultrapassou a marca de 1 milhão em 2021. Para os estudantes que não tinham condições, foi contratado um canal de TV aberta, com 11 horas de aula diárias, inclusive, aos sábados e domingos, para os que iam fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em julho, ficou determinado o retorno apenas para 2021. “Caso contrário, teríamos de dividir nossos esforços entre a volta parcial e o atendimento de quem estava em dificuldades”, considera o gestor. A partir de dois documentos homologados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em setembro, foram construídos os protocolos pedagógicos e sanitários. Ainda, estabeleceram-se indicadores compostos, que consideravam a taxa de contaminação e a ocupação de leitos para definir o retorno, ainda distante. “Nesse período, os alunos em situação de vulnerabilidade ficaram ainda mais vulneráveis”, destaca.

Para o secretário Getúlio, ficou registrada a lembrança dos ônibus escolares viajando para as áreas rurais, onde não havia nem TV ou sinal de celular, para entregar materiais impressos. Cada escola traçava estratégias em suas regiões, como distribuir o material em dia de feira, quando os pais vinham às cidades. A entrega das 10 mil toneladas de *kits* alimentação, em 2020, com mais de 1 milhão de cestas, também era a oportunidade para aumentar o engajamento e distribuir o material impresso. “Houve perdas grandes, mas poderia ter sido maior se não fosse o compromisso dos professores”, avalia o secretário.

Em agosto de 2020, estavam concluídos os levantamentos de recursos e mapeadas as metodologias. Foi iniciado, então, o contrato com a TV aberta para os que não tinham acesso às redes digitais. Em paralelo, o uso da tecnologia avançou significativamente na rede. Uma das primeiras ações foi levantar os recursos existen-

tes, nas escolas e nas residências, bem como a oferta da internet. Todas as possibilidades foram exploradas. Eram transmitidas aulas via YouTube e outras redes, inclusive, para alunos do sistema prisional. Além da TV, a rádio teve um papel importante. “Formamos grupos, que chamamos de Professor Radiofônico, para os planejamentos de aulas desse tipo”, lembra Suenyra.

Desde cedo, o cuidado com os aspectos socioemocionais estava presente. Na regional de Suenyra, por exemplo, havia um encontro semanal, às sextas-feiras, chamado Hora da Felicidade, cujo objetivo era compartilhar experiências, trazer solidariedade e fortalecer a rede. “O encontro socioemocional trazia os temas que nos assustavam de forma lúdica para começarmos a enfrentar. Chegamos a reunir 200 pessoas”, lembra a gestora.

O movimento de escuta que caracterizava a rede potiguar continuou também pela via remota. Todas as semanas, havia encontros entre gestores, coordenadores e apoio pedagógico para a troca de experiências entre escolas de diferentes municípios; em um momento, reuniam-se os professores; em outro, os secretários de Educação municipais. As conversas diretas com o aluno também tiveram sequência, em um trabalho feito a muitas mãos. Foram os próprios estudantes que ajudaram a identificar os colegas que estavam em risco de abandonar ou se evadir das escolas. “Não tinha um manual. Fomos construindo soluções com essas escutas e todos esses momentos de muita riqueza. A ação coletiva ficou como aprendizado”, conta.

Por isso, um dos impactos sobre o planejamento pedagógico foi o reforço da interdisciplinaridade e, nesse sentido, as formações dos professores foram essenciais. Toda semana havia ações educativas do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) para trabalhar com os docentes temas como preparação de aulas para as redes sociais, conexão de equipamentos, ferramentas de apresentação, entre outros.

PLANEJAMENTO DE RETOMADA

No Rio Grande do Norte, o enfrentamento da pandemia e o planejamento de retomada das aulas aconteceram em etapas suces-

sivas. Fazia-se necessário entender a situação real dos alunos para desenvolver os planos de ação, inclusive, envolvendo outros agentes, como assistentes sociais ou a Rede SUS¹, entre diferentes parceiros.

Era urgente levar em conta, por exemplo, a situação individual das famílias socialmente vulneráveis e, embora a recomposição da aprendizagem fosse um tema central, havia também a necessidade de dar atenção à saúde mental de alunos e professores. Assim, na Jornada Pedagógica, os estudantes pediram para que fossem incluídos temas como sexualidade, assédio, educação financeira, entre outros. “Essa escuta precisa ser feita para que, de fato, possamos trabalhar uma organização curricular que tenha significado”, argumenta Suenyra.

Ainda que as aulas presenciais tenham sido retomadas apenas em 2021, havia momentos em que os professores faziam atendimentos individuais, guardando o protocolo sanitário. “O que mais marcou foi o compromisso da equipe escolar em refazer sua metodologia e em reinventar e procurar outros meios de chegar aos alunos”, lembra a educadora Sandra de Oliveira Pimentel Martins, diretora do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Lurdinha Guerra.

Localizada em Parnamirim, vizinha à Natal, o CEEP tem o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) do estado, e manteve seu desempenho mesmo no período da crise sanitária. Oferece apenas Ensino Médio profissional, na modalidade integral, e com o currículo integrado ao Ensino Médio. “É uma escola de referência, que começou do zero. Quando abriu, em 2017, só tinha cadeiras, lousas e nada mais”, lembra.

Como escola técnica, já contava com um conhecimento acumulado – utilizava, por exemplo, a plataforma Moodle, em pequena escala. Com a suspensão das aulas presenciais, começou o esforço para dar continuidade ao trabalho pedagógico. “Nós todos corremos contra o tempo para iniciar as aulas virtuais”, conta. Em pouco tempo, a plataforma estava completa, com aulas, fóruns,

1. Sistema Único de Saúde.

chats, atividades que os estudantes realizavam e os professores corrigiam, grupos de estudo e relatórios de desenvolvimento pedagógico. “Sabíamos, em cada turma, quantos alunos participaram, interagiram, enviaram atividades propostas pelos professores”, lembra. “Foi muito marcante, um momento de engajamento ainda maior da equipe pedagógica”, diz.

Além do acompanhamento permitido pela plataforma, a gestão fazia reuniões quinzenais com os pais e responsáveis para saber como estavam as condições de conectividade. Havia alunos que não tinham acesso digital e, para esse grupo, o laboratório da escola continuou aberto, para uso com todos os cuidados sanitários. Não havia aulas, apenas a disponibilização do equipamento tecnológico, com atendimento via WhatsApp. “O objetivo era não deixar o estudante sem atendimento, para que não ficasse desmotivado, sem querer retornar”, diz Sandra. Para enfrentar a falta de conectividade, os professores passaram a imprimir um portfólio, retirado pelas famílias.

Em todo esse processo, o protagonismo dos professores e, também, dos alunos foi essencial. Foram organizados cursos para as lideranças das turmas, que participavam das reuniões com a direção e transmitiam os informes aos colegas. Com isso, a escola avançou durante a pandemia. Participou de Olimpíadas nacionais, ofereceu aulas especiais aos sábados, como a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizou encontros com escritores, e até mesmo promoveu a apresentação de um trabalho de conclusão de curso *online*.

Os professores se desdobraram e chegaram a montar estúdios em casa para conseguirem ministrar as aulas. Assim, também, a escola nunca fechou. “Estávamos lá com a equipe reduzida, com os funcionários e gestores trabalhando em escala, com auditório e laboratório abertos”, lembra a diretora. “Foram dois anos de muito suor e muita luta, que vou levar de lembrança na minha aposentadoria. Tivemos 35 alunos aprovados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre eles, quatro primeiros lugares. Foi gratificante ver que, se os professores não desistiram, os alunos também não”, comemora.

Para o secretário Getúlio, experiências como essa mostram

que a rede pode avançar. Com as finanças equilibradas, está trabalhando no planejamento da distribuição de dispositivos para os professores e estudantes vulneráveis, bem como outras ações, como a instalação de antenas de internet potentes nas escolas e em espaços públicos dos municípios, para que os alunos possam ter acesso. Para ele, foi possível avançar muitos anos no uso da tecnologia. “Vamos superar tudo isso, sim. Estamos sistematizando nossas aprendizagens, pois tudo foi feito com muito esforço. Foi quebrado esse falso paradigma de que os professores não têm compromisso. Eles assumiram um papel fundamental, com protagonismo, quando o estado não conseguiu apoiar”, finaliza o secretário.

Rio Grande do Sul: planejando e executando políticas públicas com base em dados

Em uma das visitas que faz regularmente às escolas, a secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Raquel Teixeira, ouviu uma frase, de uma diretora, que a tocou bastante. “‘O isolamento nos uniu’, essa gestora me disse, em referência às restrições trazidas pela pandemia de covid-19, que acabaram por motivar uma maior colaboração entre os professores e por aproximar mais a escola e as famílias”, conta ela. “Esse é um dos legados desse período tão difícil. Substituímos o sistema solitário, que prevalecia nas unidades, pelo sistema solidário, com os docentes ajudando uns aos outros, seja no entendimento das novas tecnologias, seja na preparação de aulas remotas, para ficar em dois exemplos. Mães, pais e responsáveis compreenderam melhor a importância dos professores a partir de suas próprias experiências em casa, ajudando as crianças e os jovens no processo de aprendizado”, acrescenta.

Para a secretária, também ficou evidente que o ensino híbrido veio para ficar, mas a partir de um pressuposto decisivo: a Educação Básica presencial é insubstituível. “A tecnologia pode ser uma grande aliada no trabalho de entregas de qualidade da aprendizagem dos alunos, enriquecendo as aulas”, afirma. Para isso, diz, será preciso, cada vez mais, propiciar aos profissionais da Educação o domínio sobre ferramentas digitais.

No Rio Grande do Sul, essa jornada começou assim que o governo estadual suspendeu as aulas em todas as unidades de ensino. Além da adoção da plataforma Google for Education, com todas as adequações necessárias para replicar as salas de aula, foi oferecido aos professores o curso de Letramento Digital. O propósito era que todos estivessem preparados para dar aulas remotas por meio de capacitações para utilização das ferramentas do Google, transmitidas pela página da Secretaria no Facebook e no canal do YouTube, o TV Seduc RS.

Ao mesmo tempo, foram enviados às escolas, para utilização pelos docentes, 50 mil *chromebooks*, e disponibilizada a chamada “internet patrocinada”, por meio de um aplicativo do governo estadual. Mais tarde, foram adquiridos outros 90 mil *chromebooks* para uso exclusivo dos alunos em atividades pedagógicas. Os modelos destinados aos estudantes foram alocados de acordo com o tamanho da escola, sendo que cada 30 unidades eram acompanhadas de um carrinho, para carregamento e deslocamento pelas salas.

“Também fizemos, a partir de uma avaliação diagnóstica universal (do 2º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio), a elaboração das matrizes de habilidades de todos os anos, organizando a flexibilização curricular, a fim de priorizar as matrizes de referência. Foi um trabalho complexo, de caráter emergencial, realizado com um esforço intenso, em meio a uma série de obstáculos, por conta, principalmente, do trabalho remoto que também chegou aos setores administrativos”, relata Letícia Grigoletto dos Santos, diretora pedagógica.

METODOLOGIA

O apoio conceitual e metodológico às equipes escolares se deu, ainda, por meio de um documento intitulado “Orientações à Rede Pública Estadual de Educação do Rio Grande do Sul para o Modelo Híbrido de Ensino”, que refletia a diversidade de abordagens nas diferentes regiões do estado. As diretrizes partiam de duas premissas fundamentais: amplitude de acesso e aprendizagens essenciais, a fim de garantir que todos os estudantes tivessem acesso a elas no ano letivo.

Assim, estabeleceu-se, no documento, que “no modelo híbrido, o acesso à tecnologia digital é uma possibilidade, mas não é o único meio pelo qual serão mantidas as aprendizagens, pois cada escola deve fazer as adaptações necessárias para o atendimento a todos os estudantes, segundo a sua realidade”. Além disso, definiu-se que “a proposta de ensino híbrido não se reduz apenas à alternância entre encontros presenciais físicos e encontros virtuais, mas a experiências de aprendizagem que contemplem a diversidade das formas que os sujeitos aprendem e das suas condições para isso”.

Em relação às aprendizagens essenciais, o objetivo foi “mitigar as perdas de conteúdos escolares por parte dos estudantes, bem como a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão escolar e ao abandono”. Havia, desse modo, o reconhecimento da importância de “considerar propostas que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais, disponibilizando todos os meios e instrumentos de acesso às atividades pedagógicas elaboradas pela escola”. Juntamente com os conceitos e as diretrizes gerais, de amplo espectro, o documento trazia orientações específicas para as várias etapas e modalidades de ensino.

Nesse contexto de suporte às equipes escolares, Letícia destaca a realização de uma jornada pedagógica de duas semanas, no mês de junho, que foi ao ar pelo YouTube, estreitando a comunicação com os professores e eliminando dissonâncias na transmissão de informações originadas na Secretaria. Os temas tratados incluíram as diversas possibilidades de uso da tecnologia, as metodologias ativas e as especificidades do planejamento voltado às aulas remotas, por exemplo.

As iniciativas adotadas pela Secretaria foram decisivas tanto em 2020, com a prevalência do modelo híbrido, como em 2021, quando o retorno às aulas presenciais passou a ser um tema dominante da pauta de gestão. Nesse período, destaca-se o programa Aprende Mais, desenvolvido e implementado com o objetivo de recuperar e promover a aceleração da aprendizagem em língua portuguesa e matemática dos estudantes da rede estadual, proporcionando oportunidades para que desenvolvessem as habilidades essenciais e avançassem com sucesso em sua trajetória escolar.

Como explica a professora Raquel, o Aprende Mais, assim como outros projetos, estão inseridos em uma mobilização mais abrangente, que se iniciou com o trabalho estruturado de alinhamento estratégico, incluindo uma missão, cinco princípios centrais (foco na aprendizagem, equidade, colaboração, inovação e transparência, e ética) e mais de dez projetos prioritários. Igualmente relevantes foram as avaliações (diagnóstica e amostral) que contaram com a participação expressiva da rede e se desdobraram em devolutivas para professores e gestores, em um processo de avaliação formativa, e na construção de materiais específicos.

CAPACITAÇÃO AMPLIADA

Stefanie Henking Eskereski, secretária-adjunta de Educação, por sua vez, destaca a ampliação da carga das aulas, de duas horas semanais para língua portuguesa e de três horas semanais para matemática, com um programa de formação docente correspondente, além da contratação de quatro mil profissionais. “Construído a partir das evidências obtidas com a avaliação diagnóstica, o Aprende Mais busca trabalhar em cima das fragilidades pedagógicas identificadas nos estudantes da rede estadual após o longo período sem aulas presenciais. A formação se destina aos componentes de língua portuguesa e matemática de todas as etapas da Educação Básica e está organizada em quatro ciclos”, explica.

Ao todo, as ações de melhoria de infraestrutura física e tecnológica das escolas, juntamente com as iniciativas de capacitação e recuperação das aprendizagens, demandaram investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão do governo estadual na Educação. Segundo Stefanie, é importante ter em mente que esse esforço contribuiu para aproximar mais a gestão das pontas, ou seja, das comunidades, assegurando que nenhum estudante tenha ficado desassistido ao longo da crise sanitária enfrentada pelo país.

“Temos desenvolvido um trabalho bastante sólido. As perdas de aprendizagem durante a pandemia foram muito grandes, acentuadamente em matemática”, ressalta a secretária Raquel. Entre as diversas características da rede gaúcha, a gestora chama a atenção para a desigualdade entre as redes pública e privada, e mesmo no

conjunto dos estabelecimentos públicos. Por exemplo: o nível de engajamento dos alunos à plataforma disponibilizada pela Secretaria durante a pandemia de covid-19 variou de 19% a 78%, sendo que os índices mais baixos foram registrados entre meninos pretos de bairros vulneráveis. “Precisamos combater a naturalização dessa desigualdade”, pontua. Para isso, ela reafirma a importância de se planejar e executar políticas públicas com base em dados objetivos. “Temos pesquisas, estudos e avaliações que nos dão evidências de como o ensino está, e de como precisamos fazer interferências”, garante. “A pandemia catalisou esse processo de mudança. Cada vez mais, o professor entende que avaliação e tecnologia são ferramentas indispensáveis para seu trabalho.”

Rondônia: grande salto tecnológico em meio à adversidade

No início de 2020, quando as aulas nas escolas de Educação Básica foram suspensas, como medida de prevenção à disseminação da pandemia de covid-19, o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica atendia cerca de 6 mil estudantes em 318 escolas do estado de Rondônia. A iniciativa havia nascido quatro anos antes, constituindo-se um mecanismo relevante de fortalecimento e expansão dessa etapa, com base no combate às desigualdades educacionais e na oferta de melhores condições de cidadania, trabalho e inclusão social.

Apesar de ainda atender um público relativamente restrito, o Projeto logo se tornou ponto de partida para que a Secretaria de Educação estruturasse suas ações de garantia da aprendizagem de crianças e jovens. “Construímos um plano de ação tendo como referência a experiência prática que já possuíamos, para levar o ensino remoto a toda a rede estadual. Preparamos materiais específicos para o Ensino Fundamental e disponibilizamos os conteúdos na internet para o conjunto das escolas e seus estudantes”, conta Daniele Brasil, gerente do programa.

Originalmente, a Mediação Tecnológica utilizava a transmissão via satélite de aulas ao vivo, realizadas em estúdio, que chegavam, assim, às salas das escolas, as quais eram acompanhadas pelos estudantes e professores, atuando presencialmente. Para ampliar a abrangência, o canal escolhido foi o YouTube, que passou a abrigar a coleção completa dos conteúdos, e intensificou-se o uso das ferramentas da plataforma Google, em especial, do Google Classroom.

Os professores, por sua vez, elaboravam cronogramas contendo os temas das aulas e *links* de acesso, direcionando, assim, os

alunos para assistir às videoaulas. “O Projeto conseguiu assegurar que o maior número possível de estudantes matriculados cumprisse o calendário letivo, num trabalho em permanente evolução, que busca sempre a melhoria contínua, com a incorporação de novas metodologias capazes de tornar as aulas mais interativas e visualmente mais interessantes, para atrair a atenção das crianças e dos jovens”, destaca a gestora.

Desse modo, o fortalecimento da Mediação Tecnológica é apontado pelo secretário da Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, como o principal elemento da estratégia do estado durante o período desafiador da pandemia de covid-19. “O programa nos trouxe a segurança de que precisávamos para atender minimamente nosso público, em um momento tão complexo na história da Educação pública brasileira”, afirma, acrescentando que outras medidas e ações foram essenciais, como complemento obrigatório à dimensão tecnológica.

PARCERIAS

O primeiro passo, nesse sentido, foram os investimentos realizados na formação de professores, em parceria com outras instituições – como o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Tais formações se distinguiram por apresentar forte conteúdo prático, de “mão na massa”, a fim de superar dificuldades concretas e inseguranças, bastante naturais, dos docentes diante das novidades de ordem digital. “Adotamos um modo de formação emergencial, partindo do básico e incentivando o professor a praticar 24 horas por dia, trazendo suas perguntas para os encontros virtuais e as *lives* que realizamos. Quanto mais se aprende, mais surgem dúvidas e possibilidades de ousar”, ressalta a professora Daniele. “Com isso, buscamos, cada vez mais, empoderar os professores”, acrescenta.

Outro fator decisivo, na visão do secretário, foi a concretização dos princípios fundamentais do regime de colaboração. “O governo do estado se preparou para ajudar os municípios no enfrentamento da pandemia e crescemos muito nesse sentido, com

a reforma de escolas, a aquisição de equipamentos e a compra de materiais que possibilitassem a prevenção à contaminação, como máscaras e álcool em gel”, destaca.

Todas essas frentes de atuação foram essenciais para que a rede estadual respondesse positivamente a um desafio primordial no período de distanciamento social, em especial, nos meses de 2020: a manutenção do vínculo dos estudantes, e das comunidades, em geral, com a escola. Isso, como destacam os gestores estaduais, em um cenário de grande diversidade – incluindo indígenas, quilombolas e populações vivendo em regiões longínquas e de difícil acesso – e em uma realidade educacional em mutação. Era preciso propor a todos a vivência coletiva em um novo tipo de sala de aula.

Nesse sentido, a busca ativa tem sido um recurso capaz de minimizar o risco de evasão e abandono, mesmo em áreas distantes até 200 quilômetros da cidade mais próxima, ou com acesso limitado a embarcações e sem conexão à internet, para citar dois exemplos de obstáculos a serem superados.

A Secretaria contou, entre outros elementos, com o trabalho das equipes do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), presentes em cada regional do estado. Esses profissionais não apenas visitam professores e famílias com crianças e jovens, como também mobilizam associações cooperativas de produção rural a fim de assegurar recursos importantes para o processo de ensino e aprendizagem, incluindo a conexão à internet, quando era viável.

Nas visitas, os representantes do NTE levavam um *netbook* para apresentar vídeos e mostrar materiais preparados em PDF e PowerPoint. Também entregavam materiais impressos, pois percebeu-se que tanto os estudantes como seus pais e responsáveis valorizam o papel como forma de registro palpável, que permite o acesso coletivo ao aprendizado.

A professora Maria Helena Rodas Catarino, coordenadora regional do NTE em Ji-Paraná, acompanhou de perto, na ponta, as adversidades, ações e conquistas do período de pandemia. Sua atuação principal se deu na formação de professores voltada para a utilização de diferentes mídias e recursos no processo de ensino e aprendizagem. “Nosso foco foi o fazer em sala de aula. Bus-

camos mostrar aos professores como é possível se valer de novas ferramentas para melhorar a relação com os alunos, e consequentemente, o aprendizado”, relata, comemorando os avanços obtidos nesse campo. Na sua perspectiva, os docentes sentiram, cotidianamente, a necessidade de recorrer a ferramentas inéditas para garantir que sua voz chegasse até as crianças e os jovens que precisavam manter o distanciamento social.

Desse modo, os grupos de formação – em alguns dias, ao longo da manhã, da tarde e da noite, em ritmo bastante intenso, e com ampla participação do público-alvo – abordaram aspectos como uso dos aplicativos, então recentemente lançados, gravação de aula do tipo tutorial, funcionamento das plataformas da Secretaria para construir avaliações com acesso para os alunos, e disponibilização de meios para tornar as aulas mais atraentes e efetivas, ainda que sem a presença do professor 100% do tempo. “O trabalho foi muito significativo, pois se baseou, mais do que nos anos anteriores, na compreensão do professor sobre a importância da tecnologia, ancorada na prática do dia a dia”, afirma Maria Helena.

NOVOS AVANÇOS

Com o olhar voltado para o futuro, a professora vislumbra possibilidades animadoras, inclusive, respaldadas pelas metodologias ativas, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – permitindo, por exemplo, que os estudantes tenham acesso aos conteúdos antes de chegar à sala de aula que, nesse contexto, passa a ser um local privilegiado de troca de ideias. “Estamos só começando e, agora na retomada do ensino presencial, é preciso seguir em frente sem retroceder, com os professores descobrindo que podem muito mais. A sociedade avança muito rapidamente e a Educação não pode ficar para trás.”, pontua.

Para o secretário Suamy, a pandemia de covid-19 impulsionou a Educação para um progresso que deveria ter acontecido na década de 1980. “Podemos constatar o quão relevante é a tecnologia como ferramenta educacional. Afinal, o ensino nunca mais será totalmente presencial. O modelo híbrido necessaria-

mente ganhará espaço, propiciando momentos de estudo e atividades em casa, por exemplo. Com isso, os docentes terão cada vez mais o papel de facilitadores do processo de ensino e aprendizagem e, desse modo, serão ainda mais necessários”, explica. Diante disso, acrescenta, o estado vem reforçando seus investimentos em laboratórios de informática e em capacitações direcionadas a um contexto educacional crescentemente permeado pelos recursos digitais.

Roraima: controle do alcance das ações e esforço de diagnóstico

Diante do reconhecimento de que a pandemia de covid-19 havia gerado, na Educação, um cenário absolutamente inédito, por suas características e por seus desafios, a Secretaria de Educação de Roraima procurou envolver, desde o início das medidas de isolamento social, o maior número possível de pessoas nos debates sobre as estratégias a serem adotadas, em especial, os profissionais que atuavam junto às comunidades. Assim, o primeiro passo, após o fechamento das escolas e o início do período de 15 dias de recesso antecipado, foi ouvir as unidades de ensino por meio da disponibilização de um *link* pelo qual gestores e professores podiam deixar suas contribuições.

O resultado foi a elaboração do Plano de Implementação de Atividades Não Presenciais para as Escolas da Rede Pública Estadual, divulgado em abril de 2020. “Podemos, com responsabilidade e compromisso, fazer diferente, aprender no caminhar, construir estratégias, formas criativas e variadas para possibilitar o desenvolvimento e continuar nossas vivências com aprendizagem significativa. Depende da coragem de cada um para enfrentar e aprender com este novo cenário. Não podemos nos permitir a inércia. Precisamos considerar a necessidade de avançar e superar nossos próprios desafios”, registra o documento.

O Plano traz orientações aos diversos atores do ambiente escolar. Aos gestores, coube o planejamento e o desenvolvimento das atividades, “envolvendo todos os profissionais”. Os coordenadores

pedagógicos, por sua vez, deveriam promover a comunicação internamente, mas também com pais e responsáveis, estimulando o engajamento e a participação. Ao mesmo tempo, cabia a eles sistematizar um plano de trabalho e apoiar os docentes na relação com os recursos tecnológicos e nas demais experiências de atividades não presenciais.

Junto com o Plano, veio o Guia de Orientações para Atividades não Presenciais para as Escolas da Rede Pública Estadual, reforçando a comunicação com toda a comunidade escolar, sobretudo os alunos e os pais e responsáveis. Aos professores era recomendado, por exemplo, realizar levantamento sobre quais estudantes possuíam acesso à internet e recursos tecnológicos digitais, para, com base nessas informações, definir as estratégias metodológicas a serem adotadas. Além disso, deveriam estabelecer um canal de comunicação com as turmas a fim de garantir o processo de ensino e aprendizagem.

DÚVIDAS NAS FAMÍLIAS

Se para os professores o ensino remoto era algo que representava mais dúvidas e incertezas do que caminhos seguros a trilhar, para crianças e jovens as dúvidas se misturavam a dificuldades práticas. Assim, o Guia trouxe dicas bastante objetivas. “Estudar em casa e sozinho vai fazer parte da sua rotina por um breve tempo. Nossa casa é cheia de distrações: sofá, cachorro, celular, TV... e não terá o professor orientando o tempo todo sobre o que você deve fazer. É preciso que você, estudante, se organize para conseguir estudar diariamente. Portanto, criar uma agenda é essencial para não perder os prazos”, diz. Em paralelo, o Guia pedia aos pais e responsáveis que incentivassem seus filhos a realizarem os estudos e as atividades propostos pela escola, mas também mantivessem contato com a coordenação pedagógica para esclarecer dúvidas. “Assim, você poderá ajudar seus filhos no desenvolvimento das atividades não presenciais.”

Uma vez que as atividades não presenciais ganharam ritmo, o passo seguinte foi monitorar o engajamento de crianças, jovens e adolescentes. “Realizamos, regularmente, a coleta de informações sobre a participação dos estudantes, a fim de identificar

quantos estavam trabalhando *online* e quantos recebiam material impresso, por exemplo. Entre abril e julho, tabulamos os dados, elaboramos relatórios e analisamos as descobertas. Esse acompanhamento contribuía para a tomada de decisão e fortalecia a busca ativa”, conta Raimunda Oliveira Rodrigues, diretora do Departamento de Educação Básica. “Foi fundamental fazermos o controle do alcance das ações e o diagnóstico do aprendizado, para que, com base nesse monitoramento, pudéssemos realizar mediações e até mesmo intervenções nas escolas”, explica Maria Aparecida de Oliveira, diretora do Departamento de Desenvolvimento de Políticas Educacionais. “Tudo isso graças à assessoria e ao acompanhamento da Secretaria, que nos possibilitou enxergar as escolas com olhar analítico, em seus formatos e em seus contextos específicos, e avaliar os resultados, corrigindo eventuais problemas e reforçando as melhores práticas”, explica.

Dentre as várias formas de chegar aos estudantes, adotadas em Roraima, o rádio teve papel importante, por seu alcance. Em parceria com uma estação AM, a Secretaria lançou o programa educacional Ondas do Saber. Veiculado todos os dias, às 10h e às 16h, era reprisado aos fins de semana, com o propósito de garantir a continuidade da aprendizagem escolar aos estudantes, principalmente daqueles que moram no interior do estado. O conteúdo traz dicas que complementam as atividades propostas pelas escolas.

A professora Raimunda destaca, ainda, a importância de outras parcerias realizadas, por exemplo, com uma universidade particular. Por meio da plataforma de estudo Resolve Sim, os estudantes da rede pública estadual ganharam um reforço gratuito nos estudos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foram disponibilizados materiais de diversos tipos: aulas, exercícios, simuladores, dinâmica de jogos, *podcasts* e videoaulas nas áreas de ciências humanas, linguagens e códigos, matemática e ciências da natureza.

APOIO PSICOLÓGICO

No primeiro ano da pandemia de covid-19, atenção especial foi dedicada à capacitação e ao apoio psicossocial dos professores da rede

estadual. A Gerência de Tecnologia, Informação e Comunicação buscou facilitar a adaptação dos profissionais às novas ferramentas digitais e aos meios eletrônicos de ensino, inclusive, com formações dos professores nos laboratórios de informática das escolas. O suporte emocional, por sua vez, veio por meio de projetos como o do programa de rádio Dialogando com o Psicossocial, também na Rádio Roraima (pública), em que especialistas tratavam de diversos temas sensíveis do dia a dia de trabalho e da vida pessoal no enfrentamento às consequências da emergência sanitária, inclusive, com a possibilidade de envio de perguntas e interação ao vivo.

Superadas as fases mais críticas de disseminação do coronavírus, a Secretaria lançou, em setembro de 2021, seu Plano Estadual de Retorno às aulas presenciais, acompanhado de um Guia de Orientação para Avaliação Diagnóstica. “Os dois documentos contemplaram orientações para todas as etapas e modalidades de ensino. O objetivo foi contribuir para minimizar as lacunas de aprendizagem dos estudantes, garantindo saberes essenciais, bem como o avanço e o sucesso na sua formação”, destaca a chefe da Divisão de Fortalecimento do Currículo, Edilma Ribeiro. Os documentos nortearam o processo pedagógico no período de retomada das atividades presenciais. Além das questões pedagógicas, abrangiam orientações relativas aos protocolos sanitários que deviam ser seguidos pelas instituições de ensino – porém, preservadas as especificidades de cada estabelecimento escolar, que tinha autonomia para trabalhar com seus diferentes públicos (por exemplo, indígenas) e contextos.

Naquele momento de retorno, foi essencial a avaliação diagnóstica, a fim de identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes durante a oferta do ensino remoto, para que a rede tivesse condições de construir um planejamento eficaz para a recuperação da aprendizagem. “Somente com esse diagnóstico as escolas puderam identificar as fragilidades. Do mesmo modo, os professores e a coordenação pedagógica organizaram um planejamento de aulas mais específico, baseado nas reais necessidades dos estudantes, garantindo a continuidade do processo educacional e minimizando os prejuízos ocasionados pela situação da pandemia”, explica Edilma.

Ainda, a professora Maria Aparecida ressalta a capacidade de aprendizado que tanto a equipe técnica da Secretaria como as equipes escolares demonstram ao longo do enfrentamento das restrições decorrentes da covid-19, readequando procedimentos e procurando caminhos alternativos. Ao final, ganhos significativos foram alcançados, como a redução da evasão escolar em decorrência da busca ativa, a maior proximidade dos pais e responsáveis com as escolas, e a aceleração das inovações educacionais. Também é motivo de orgulho dos profissionais as ações específicas voltadas para as comunidades indígenas e para os estudantes da Educação Especial.

Santa Catarina: a Educação como atividade essencial

Há anos, Santa Catarina tem uma rede de escolas integrada, com educadores conectados e alinhados. “Mesmo assim, o que mais me chamou a atenção foi o grau de engajamento de todos os profissionais na resposta à pandemia, fossem gestores, professores ou técnicos”, conta Maria Tereza Paulo Hermes Cobra, à época, diretora de Ensino da Secretaria Estadual de Educação.

Foi isso o que permitiu, por exemplo, a rápida organização das equipes, nos 15 dias de antecipação do recesso de julho. Nesse período, foi possível, por exemplo, diagnosticar as condições de implementação de políticas digitais. Os dados do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (Sigesc) permitiram saber que até 75% dos estudantes e mais de 90% dos professores tinham algum equipamento. Por essa razão, lembra Maria Tereza, o primeiro passo foi a definição de uma plataforma digital como espaço de interação.

“Em fevereiro de 2020, havíamos iniciado um projeto-piloto de implementação da plataforma Google Classroom em duas escolas de Florianópolis. Então, veio a pandemia de covid-19, as escolas foram fechadas em 17 de março e, em cerca de 15 dias, disponibilizamos essa solução para os 546 mil alunos da rede estadual. O esforço foi grande, mas valeu a pena”, recorda Luiz Alessandro da Silva, diretor de Tecnologia da Informação.

Assim, o estado de Santa Catarina foi um dos primeiros do país a colocar em prática um sistema de atividades não presenciais, que incluía, além da plataforma mencionada, a distribuição de atividades impressas, adaptadas do plano de ensino dos professores, para os estudantes com acesso restrito ou sem internet.

O objetivo das iniciativas adotadas, com destaque para as ferramentas e os canais baseados nas tecnologias mais atuais disponíveis, foram: disponibilizar a todos os estudantes da rede estadual de ensino a oportunidade de acesso a atividades escolares não presenciais no período de distanciamento social; zelar pelo relacionamento já existente entre escola, professor, aluno e pais e responsáveis; e implementar soluções diversificadas de amplo e fácil acesso à comunidade escolar com base em uma plataforma básica para que o professor criasse, distribuísse e avaliasse atividades pedagógicas no período de distanciamento social. Para o sucesso da iniciativa, documentada no livro *Desafios da Educação em tempos de pandemia*, foi essencial, desde os primeiros momentos, garantir que ao avanço tecnológico correspondesse um robusto programa de formação profissional destinado a professores e demais integrantes das equipes escolares, visando reinventar e ressignificar rapidamente a prática pedagógica.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

O primeiro ciclo de capacitação se deu por meio do Curso de Formação Pedagógica, focado primordialmente em desenvolver habilidades relacionadas ao trabalho de ensino, mediado ou não por tecnologias digitais, a ser desenvolvido durante o regime especial de atividades escolares não presenciais, juntamente com a compreensão das especificidades do momento vivido pelas escolas, e que se refletia até mesmo no planejamento pedagógico e avaliativo. “Antes de tudo, respeitamos e valorizamos a autonomia do professor. Oferecemos as ferramentas para que ele escolhesse o melhor caminho a ser trilhado, sempre com o apoio e a validação da Secretaria”, destaca Luiz Alessandro.

Entre os dias 2 de abril e 15 de maio de 2020, foram desenvolvidos 28 webinários temáticos sobre cultura digital, alfabetização e letramento e Educação Inclusiva, juntamente com orientações mais específicas, por exemplo, “Como criar e responder tarefas no Classroom”. Com elevado grau de interatividade, o formato aproximava as escolas da direção da Secretaria de Educação.

Todas as formações foram disponibilizadas via YouTube, no canal do Espaço de Formação em Tecnologias para Professores, por se tratar de uma plataforma já preparada para a hospedagem de vídeos, tanto *streamings*, como assíncronos, de fácil acesso pelos profissionais a que se destinavam. Ao todo, foram certificados 22 mil professores do estado.

No final do ano, esse esforço formativo foi coroado com um dos primeiros seminários internacionais organizados por uma rede pública, justamente para conhecer experiências de outros países, trazendo novas perspectivas para o uso da tecnologia. Entre as aprendizagens do período, destacam-se as habilidades e competências, bem como o desenvolvimento socioemocional de crianças, adolescentes e adultos das escolas.

Luiz Alessandro ressalta que o modelo se consolidou ao longo de 2020, com atividades remotas *online* e outros recursos para chegar à casa dos estudantes, e encerrou o ano com atendimento de 96,7% de alunos dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede estadual, considerando os dados cadastrados pelos docentes na plataforma *Professor Online*. Ao mesmo tempo, a fim de acessar os estudantes sem atendimento, a Secretaria lançou mão da campanha de comunicação “Cada um na sua casa e todos pela Educação”, voltada aos diferentes públicos (professores, estudantes e pais e responsáveis), com uma série de ações nas redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube e *site* oficial da Secretaria).

O conteúdo abrangia postagens de vídeo e textos de conscientização, notícias, transmissões ao vivo com profissionais de áreas específicas, entre outros formatos. “Temos clareza de que ainda é preciso um período de depuração da experiência, e que ainda há 25% dos alunos sem ferramentas, mas também sabemos que a rede se apropriou dos recursos tecnológicos e vamos levar esse aprendizado adiante. Desenhamos um novo modelo, com muita interação, que impactou até mesmo o sistema de avaliação”, diz Maria Tereza.

RETORNO ÀS AULAS

O pioneirismo de Santa Catarina ficou evidente também pelos esforços empreendidos tanto pelo governo estadual como por enti-

dades da sociedade, com o propósito de assegurar a retomada das atividades escolares e, conseqüentemente, a volta das crianças e dos adolescentes à sala de aula.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação coordenou, ainda em 2020, a formação de um comitê estratégico com a participação de mais de 15 instituições, incluindo a Secretaria de Estado da Saúde, órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, duas comissões da Assembleia Legislativa e representantes de sindicatos.

O trabalho do grupo culminou na elaboração de um documento, que, complementado pelo Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina, resultou no Plano de Contingência Estadual para Educação (PlanCon), que detalhava as diretrizes para o retorno das atividades presenciais com segurança em todo o estado. “Em novembro daquele ano, algumas unidades voltaram às atividades de modo piloto, oferecendo reforço escolar principalmente aos alunos que não tiveram pleno acesso às aulas remotas, ou mesmo a outras modalidades de ensino não presencial, e que, portanto, estavam muito defasados”, conta Carin Deichman, diretora de Planejamento e Políticas Educacionais e coordenadora do Comitê.

Inserida por lei no conjunto das atividades essenciais já a partir de fevereiro de 2021, a rede estadual retomou as aulas presenciais nos 1.065 estabelecimentos, com adequação dos espaços físicos, respeito ao distanciamento entre os estudantes e adoção do regime de alternância conhecido como Tempo Escola e Tempo Casa, em que parte da classe assistia às aulas na unidade e parte permanecia no ensino remoto. Isso tornou a rede uma das primeiras a voltar plenamente às aulas, ainda em um período crítico da pandemia.

Mais de R\$ 5 milhões foram investidos pelo governo estadual na aquisição de dois milhões de máscaras, 43 mil frascos de álcool em gel, totens com dispenser para o produto, 3,5 mil termômetros clínicos para aferir temperatura, além de caixas com luvas descartáveis e lixeiras adaptadas. Ainda, vale destacar que, no período da pandemia, investimentos significativos resultaram na entrega de 221 ônibus para o transporte escolar, no início das atividades em duas novas unidades, na implementação do novo Ensino Médio em 120 escolas-piloto e no Programa das Escolas Cívico-Militares em três unidades.

DIÁLOGO

Tanto a retomada, no modelo descrito anteriormente, como as aulas presenciais no segundo semestre, quando não havia mais exigência do distanciamento e as salas de aula podiam funcionar normalmente, foram guiadas pelo Plano de Contingência Estadual para Educação (PlanCon), composto por oito cadernos: diretrizes sanitárias gerais; diretrizes sanitárias para a alimentação escolar; diretrizes sanitárias para o transporte escolar; diretrizes pedagógicas; diretrizes para gestão de pessoas; diretrizes para comunicação e informação; e diretrizes para finanças.

As diretrizes pedagógicas, por exemplo, estabeleciam como tarefas fazer o mapeamento dos estudantes que não tiveram acesso às atividades presenciais durante o período de pandemia, e daqueles que tiveram acesso, mas não realizaram as atividades propostas. A partir daí, foram definidos os grupos com prioridade para atendimento presencial, observando que os critérios deveriam ser validados, preferencialmente, na interação com as comunidades escolares.

Carin ressalta que o comitê foi uma oportunidade valiosa de diálogo. “Conseguimos sempre conciliar ideias e interesses, em nome de um objetivo maior e com base no conceito de que nem sempre é a opinião da maioria que deve prevalecer. Também fomos permeáveis ao aprendizado em relação à própria doença e à evolução da situação sanitária”, afirma. “O importante era propiciar a possibilidade de retorno das crianças e dos jovens, com base na decisão das famílias.”

Ainda em 2021, foram relevantes outras iniciativas, como o fortalecimento da cultura digital, com o projeto de distribuição de *notebooks* e a oferta de dados móveis para os professores, e o Educa SC, que instituiu dois canais em TV aberta com videoaulas de reforço o dia todo, diariamente, para todas as séries, além de conteúdos educativos e informativos.

Esse esforço se integra ao conjunto de iniciativas para fazer frente às consequências da pandemia. Vêm sendo desenvolvidas ações de combate à defasagem de aprendizado e à evasão. Destaca-se o programa Bolsa Estudante voltado ao Ensino Médio regular e ao Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede

estadual. Garantido até o final de 2024, o programa oferece um auxílio financeiro de até R\$ 6.250, pago aos estudantes elegíveis em 11 parcelas de R\$ 568,00.

Desde então, a Secretaria de Educação de Santa Catarina segue implementando projetos baseados em todos os aprendizados da difícil travessia. Ao lado do desenho de boas políticas, da avaliação e da ênfase nas competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o protagonismo dos professores, mais uma vez, será o motor da mudança, assim como ocorreu nos últimos dois anos.

São Paulo: vontade de chegar até o aluno foi a maior motivação

“Sabe aquela coisa que a gente tem de professor, aquela vontade de chegar no aluno? Foi isso que motivou as equipes escolares a se superarem nos períodos mais difíceis da pandemia”, diz Débora Gonzalez Costa Blanco, dirigente de ensino da região de São Carlos, no interior de São Paulo, com sete municípios e 46 escolas na rede estadual. Ela expõe seu relato com a autoridade de quem conhece, na prática, o que faz diferença para o ensino de crianças e jovens, mesmo diante da adversidade. “Eu presenciei professores dando aula na calçada na frente da casa do aluno que não tinha acesso a computador ou mesmo celular”, recorda.

Destacando o apoio recebido da Secretaria de Educação de São Paulo, Débora mostra a importância do trabalho realizado nas pontas, nas escolas dos pequenos e médios municípios, ou nos bairros, alguns longínquos. “A escola tem um papel fundamental na comunidade. Geralmente, era o único recurso que chegava nas casas das famílias, até mesmo para levar alimentos”, afirma. “Ficou evidente que a função social da escola vai além do que aprendemos. Inclui oferecer tecnologia e conexão – nas salas de informática, por exemplo –, alimentação balanceada e ajuda em relação à saúde física e emocional das crianças e jovens”, acrescenta, ressaltando a importância dos recursos financeiros destinados diretamente aos gestores escolares para assegurar as ações necessárias ao enfrentamento da crise sanitária. “É essencial garantir a autonomia das unidades. Ninguém melhor do que o gestor, junto com a Associação de Pais e Mes-tres e os professores, para elencar as prioridades na utilização do dinheiro público.”

Para a gestora, a iniciativa da Secretaria de fortalecimento do Centro de Mídias da Educação de São Paulo, criado ainda em 2020, foi decisiva para que os estabelecimentos de ensino do estado cumprissem seu papel. A plataforma, ainda hoje, permite que os estudantes da rede tenham acesso a aulas ao vivo, videoaulas e outros conteúdos pedagógicos. “Quando as atividades presenciais foram suspensas, o que tínhamos era ainda incipiente. Em apenas 20 dias, de maneira rápida e ágil, fizemos nascer esse projeto e colocamos no ar a primeira aula. A base de tudo era nossa política pública que tinha como mote a ideia de que ninguém ficaria para trás”, conta Bruna Waitman, coordenadora da Escola de Formação e do Centro de Mídias.

ABORDAGEM MULTIPLATAFORMA

Contemplando as diversas realidades existentes no estado, foi implementada uma proposta multiplataforma, que chegava tanto aos estudantes que possuíam dispositivos e conexão à internet como para aqueles que não contavam com esses recursos. Assim, o centro de mídias atuou em duas frentes: ofereceu um aplicativo unificado para todas as etapas de ensino da Educação Básica, disponível para os sistemas Android e iOS, e, ao mesmo tempo, aulas pela televisão.

O aplicativo trazia aulas desenvolvidas em estúdios (23 horas de conteúdo ao vivo por dia, com 10 mil atividades disponíveis em repositório), e também a possibilidade de os professores transmitirem até 40 horas diretamente para suas turmas, em horários predefinidos.

Em paralelo, o governo estadual firmou parceria com a TV Cultura para transmitir aulas por meio dos canais digitais da TV Univesp¹ e da TV Educação, ação especialmente relevante para as crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A fim de viabilizar o acesso amplo, a Secretaria também patrocinou internet para que estudantes e professores da rede

1. Universidade Virtual do Estado de São Paulo.

abrissem os conteúdos via celular, sem qualquer custo. Para isso, firmou contrato com as quatro maiores operadoras de telefonia.

A professora Bruna ressalta que, uma vez garantido o funcionamento inicial do centro de mídias, o período que se seguiu foi de muito aprendizado, com aprimoramentos constantes. Um exemplo de avanço ao longo do tempo foram os estúdios, que começaram como estruturas improvisadas e, hoje, já incluem espaços específicos, como “estúdio laboratório” e “estúdio quadra”. Mais decisivo ainda foi o convite para atrair professores que quisessem atuar no centro de mídias. “Todas as aulas são completamente desenvolvidas por profissionais da rede estadual, da concepção e elaboração dos materiais até a transmissão e a avaliação. Hoje, somamos 50 pessoas dedicadas integralmente a essa atividade”, assinala.

A secretária de Educação, Renilda Peres de Lima, destaca que as atividades remotas com auxílio da tecnologia fizeram parte de um conjunto mais amplo de ações com o objetivo de manter o vínculo da escola com as crianças e os adolescentes, e garantir que os estudantes tivessem oportunidades de aprendizagem independentemente das condições em que viviam. Assim, várias escolas chegaram, por exemplo, a imprimir e entregar materiais didáticos nas casas dos alunos, incluindo livros de literatura que poderiam ser usufruídos por eles e pelos pais e responsáveis.

Além disso, relata a gestora, em 2020, cerca de 770 mil estudantes em situação de pobreza ou extrema pobreza foram beneficiados com ações com o programa Merenda em Casa, no valor de R\$ 55 mensais pagos por aluno. No ano seguinte, a iniciativa foi reeditada, chegando a impactar mais de 900 mil crianças e jovens matriculados na rede estadual.

Os anos letivos de 2020 e 2021 foram considerados um ciclo contínuo de ensino. Uma parte das escolas retomaram, em setembro de 2020, as atividades presenciais (a liberação abrangeu unidades localizadas em regiões na fase amarela do Plano SP). O foco da medida foi receber os alunos para aulas de reforço, recuperação e atividades opcionais. Igualmente de acordo com essa diretriz, em 2021, as escolas buscaram não reprovar alunos que entregassem uma quantidade mínima de atividades, como cami-

nho para evitar o abandono escolar das crianças e dos jovens mais prejudicados pela pandemia. Nesse período, ainda, os esforços de busca ativa contaram com a participação direta de pessoas engajadas nas comunidades.

O movimento de retomada progressiva das aulas seguiu em 2021, com a adequação das instalações e melhoria da infraestrutura, adoção de protocolos de segurança sanitária, ações de recuperação de aprendizagem e promoção do modelo híbrido de ensino. Pequenos estúdios montados nas escolas, por exemplo, possibilitaram que os professores transmitissem para quem estava em casa as mesmas aulas ministradas em sala, no sistema de rodízio.

AVALIAÇÃO ABRANGENTE

As medidas de recuperação, por sua vez, baseavam-se em ampla avaliação diagnóstica. “Realizamos uma das primeiras e mais importantes pesquisas sobre o tema, uma Avaliação de Língua Portuguesa e Matemática aplicada a estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo. A amostra foi representativa de todos os estratos sociais e regiões do estado, e sua realização ocorreu com a utilização de aplicadores externos a fim de garantir a confiabilidade e comparabilidade dos resultados”, explica Renilda.

A volta às aulas presenciais também foi marcada pelo programa Conecta Educação, com investimentos que viabilizaram a compra de aparelhos de TV, *notebooks* e *desktops*, e a instalação de rede *wi-fi*, entre outros equipamentos que ampliaram a conectividade nas escolas da rede estadual. Além disso, foram distribuídos 750 mil *chips* de telefone celular para estudantes, professores e equipes escolares.

Em paralelo, o programa Professor Conectado auxiliou docentes a comprarem computadores (*notebook* ou *desktop*) ou *tablets*, subsidiando o valor máximo de R\$ 2 mil. Um reforço importante para aumentar a capacidade de lidar com os desafios das mídias digitais foi a figura do professor no Projeto de Apoio à Tecnologia e Inovação (Proatec), que, entre outras atribuições, orientava estudantes e profissionais da unidade escolar quanto ao uso e manu-

seio dos equipamentos disponíveis, assim como das ferramentas digitais oferecidas pela Secretaria.

A dimensão tecnológica, no entanto, não foi a única a ser contemplada por programas de benefícios ou ações de capacitação voltadas aos docentes. O apoio psicológico, inclusive por meio de teleatendimento, foi oferecido no âmbito do Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP), que promoveu debates sobre os obstáculos ao relacionamento saudável com as novas tecnologias, abordando temas como o uso inadequado da internet e das redes sociais.

Para a secretária Renilda, a abordagem multidisciplinar das questões relativas à inserção da tecnologia no ambiente escolar, no processo de ensino e aprendizagem, como um todo, é essencial. “A escola não será mais a mesma. A tecnologia veio para ficar e nossos professores certamente farão uso pedagógico dela, pois contam com os equipamentos necessários nas escolas, vêm passando por formações e capacitações em temas críticos e recebem suporte dos gestores. O que observamos são as escolas criando espaços de tecnologia para se inserirem de vez no contexto do século 21”, conclui.

Sergipe: prioridade total ao direito de aprender

Nas muitas apresentações que faz, quando discorre sobre como Sergipe enfrentou a pandemia do covid-19 na área da Educação, o superintendente-executivo José Ricardo de Santana normalmente começa pelos desafios da aprendizagem. Ele mostra dados das avaliações, inclusive, internacionais, para deixar claro que o coronavírus veio se somar a obstáculos que já existiam, distanciando ainda mais as crianças e os jovens do direito ao ensino de qualidade. Em 2020 e 2021, o trabalho realizado em seu estado visou mitigar os efeitos da crise sanitária, sem perder de vista a busca pelo aprendizado efetivo dos estudantes.

O estado investiu na Educação *online* por meio de ações próprias e em parcerias. Para ampliar o acesso dos alunos aos recursos educacionais digitais, foi lançado o Portal Estude em Casa, um mês após o decreto de fechamento das escolas, bem como o Aula Flix, com planos de aula, planejamento e objetos de aprendizagem adequados ao currículo de Sergipe.

O estado estabeleceu também convênios com o Amazonas e o Piauí para a oferta de videoaulas. Com parceiros, foram produzidas áudioaulas a serem transmitidas por rádio, e disponibilizados livros digitais. Ao mesmo tempo, os professores tinham autonomia para gravar suas próprias atividades didáticas. Foi necessário, ainda, encontrar soluções para aqueles estudantes sem acesso a internet ou dispositivos eletrônicos. As transmissões de conteúdo aconteceram, assim, por meio da TV pública, em parceria com a Assembleia Legislativa do estado, e por uma emissora privada contratada. “Foi um esforço muito grande realizado por Sergipe”, lembra o superintendente.

Toda a rede de suporte criada se estendeu às prefeituras, de modo que os alunos também puderam acessar os recursos digitais. Além disso, estudantes e professores das escolas municipais tiveram acesso à internet patrocinada, e contaram com quase 200 monitores contratados e outros 200 formados para dar suporte aos alunos. Por fim, o apoio do estado se estendeu aos *kits* de materiais didáticos impressos, ofertados a 74 municípios sergipanos.

Para os alunos dos 1º a 5º anos do Ensino Fundamental, atendidos em grande parte pelos municípios, o estado disponibilizou o programa Estude em Casa pelas Ondas do Aula Digital, em parceria com uma fundação, com sequências didáticas e histórias infantis. Os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental receberam, ainda, um Caderno de Aprendizagem. Os aspectos socioemocionais não foram esquecidos: em parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), foi desenvolvido o programa ViverSer.

Outro pilar das políticas públicas desenvolvidas por Sergipe foi o do campo pedagógico. “Com todas as dificuldades que se possa imaginar, fizemos esforços para que os professores entendessem que o momento era diferente, com adaptações no calendário, registro da frequência *online*, necessidade do reforço escolar e regime de progressão continuada, seguindo a orientação do CNE”, exemplifica José Ricardo.

O investimento feito pelo estado na segurança alimentar dos alunos, com a distribuição de *kits* de alimentação para cerca de 150 mil estudantes, além do abastecimento regular das escolas para atender até 70 mil crianças e jovens que voltaram ao presencial, foi igualmente importante no apoio ao ensino. “Foi feito um esforço gigantesco de logística para distribuir *kits*, autorizamos a compra sem saber se haveria ou não embasamento legal para isso. Foram momentos, no mínimo, emocionantes”, relembra. Garantir a alimentação escolar não se mostrou relevante somente pela garantia de um direito fundamental, mas porque provou aos alunos que o

1. Conselho Nacional de Educação.

estado faria tudo ao seu alcance para que se sentissem acolhidos e em condições de se manterem na escola.

Por fim, Sergipe investiu na infraestrutura para preparar as escolas para o retorno, com reformas e ações de manutenção em quase 500 unidades, bem como a disponibilização de recursos financeiros para investimento em custeio e equipamentos. Com essa iniciativa do estado, as escolas foram dotadas de todos os materiais necessários à biossegurança, como máscaras e outros recursos de proteção recomendados pelas autoridades sanitárias. “Construímos os protocolos de retorno seguro, com medidas efetivas, em acordo com a regulamentação que tivemos de fazer”, lembra o superintendente.

Em outubro de 2020, foi feito o primeiro movimento de retorno presencial, com o 3º ano do Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional de Nível Técnico (EPT). Conforme Ana Lúcia Lima, diretora de Educação, isso foi importante para garantir a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – e o estado se mobilizou para apoiar as inscrições. As escolas abriram seus laboratórios de informática, e foram usados espaços e equipamentos da Secretaria, entre outras ações que resultaram em um número de inscritos, em 2020, superior ao de 2019.

DESAFIOS VENCIDOS

Quem olha as políticas públicas implementadas pelo estado pode não ter ideia dos desafios e obstáculos enfrentados. O secretário estadual de Educação, Josué Modesto, recorda a dificuldade em fazer um planejamento sem ter noção da duração de uma crise que, no princípio, parecia limitada a poucos meses. Além disso, lembra ele, houve a rejeição inicial dos professores e a pouca experiência do estado com Educação digital – e, por isso, as parcerias com Piauí e Amazonas foram fundamentais. “Não tínhamos conteúdo, infraestrutura, prática e havia uma cultura de resistência ao uso das tecnologias”, conta o secretário.

Havia, sobretudo, um distanciamento da rede em relação às ferramentas *online*. “A suspensão das atividades por decreto gover-

namental, em 17 de março, pegou a todos de surpresa. Como o estado de Sergipe é pequeno, com municípios próximos, nunca nos preocupamos com o remoto”, relata Ana Lúcia.

Os primeiros desafios a serem superados foram a normatização da Educação remota, para regulamentar a frequência e a priorização curricular, e a promoção do engajamento das equipes. “Tínhamos de mobilizar nossas forças”, recorda o secretário. Isso envolveu um fluxo interno de comunicação constante, em reuniões com o comitê de crise, os municípios e os gestores, conforme as necessidades de cada momento.

Uma sinalização importante, para a rede, foi a preservação dos indicadores prioritários do Planejamento Estratégico da Educação, com cinco objetivos ligados ao acesso, à permanência e aprendizagem, à infraestrutura física, ao esporte e lazer, ao regime de colaboração com os municípios e, ainda, ao fortalecimento e expansão do EPT, entre outras dimensões.

Um exemplo foi o investimento na oferta de dispositivos eletrônicos. Até o final de 2021, foram investidos cerca de R\$ 10 milhões em equipamentos, com a distribuição de 3 mil computadores para as unidades e para os docentes, e ofertados pacotes patrocinados de internet.

“Não se tratava de apenas entregar o recurso; tudo estava atrelado aos nossos indicadores, como o Ideb² da escola, e as propostas de melhoria de aprendizagem”, explica Ana Lúcia. “Era uma forma de mostrar o compromisso de todos com os propósitos comuns”, conta.

O uso dos recursos tecnológicos, que agora começa a fazer parte da cultura da rede, poderá, inclusive, dar maior alcance às ações de recomposição das aprendizagens em escala, um dos grandes desafios para os próximos anos.

As ações nesse campo haviam começado antes, com o Programa de Correção de Fluxo na Idade Certa (Profic), que trabalha com crianças dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental em situação de distorção de idade-série. “Esses alunos, já

em defasagem, são os primeiros que desistem”, explica Ana Lúcia. A produção de cadernos de atividades (também utilizados pelas turmas de EJA) foi acompanhada por ações de formação de professores e desenvolvimento de conteúdos pelas equipes do Departamento de Educação, com suporte do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de outros parceiros. Em 2021, o número de estudantes atendidos passou de 2,5 mil para quase 8 mil.

FUTURO

Para o secretário Josué Modesto, a experiência vivida pelas escolas, pelos professores, pelos estudantes, e pelos pais e responsáveis deixou uma lição para a sociedade. “Todos perceberam o papel imprescindível do professor, a importância da socialização e do convívio presencial”, avalia. Ao mesmo tempo, foi um aprendizado, para a Educação, entender o valor do digital para aproximar os estudantes e valorizar o trabalho pedagógico. “A tecnologia não substitui o professor, mas pode ser bem utilizada para educar”, acredita.

Para ele, o uso das novas ferramentas também foi um avanço para a realização de reuniões, encontros e formações, bem como para procedimentos burocráticos. “Com o diário de classe eletrônico, que começamos a implantar antes da pandemia, e a avaliação estadual, teremos condições de monitorar os indicadores com mais qualidade”, diz.

A seu ver, a rede sergipana está preparada e entusiasmada para isso, com as diversas políticas introduzidas, dentre elas, justamente a da avaliação. “Em 2021, pela primeira vez, o estado aplicou um sistema de avaliação próprio, 15 dias antes da aplicação do Saeb³”, recorda.

Ainda, houve ganhos na cooperação com os municípios, que ainda era difícil em algumas localidades. “Foi importante a gente ter iniciado, ter puxado um pouco, com ajuda de parceiros e ou-

3. Sistema de Avaliação da Educação Básica.

tras instituições, para que se saísse da inércia”, acredita. Para ele, o Pacto pela Educação entre estado e municípios, que já existia, foi fortalecido. “Na pandemia, todas as instituições que compõem o pacto foram muito importantes, apoiando os protocolos, o retorno presencial, a avaliação. Por exemplo, foi decisivo o chamamento do Tribunal de Contas aos municípios”, avalia.

“O que melhor caracterizou nosso trabalho foi colocar em pé soluções, por maiores que tenham sido as limitações, da forma mais rápida possível. Isso não se faz sozinho. Tivemos uma governança com diversos setores da Secretaria e comitês escolares, e chamamos os municípios para fazer tudo acontecer”, conta o superintendente Ricardo. “Avançamos muito, mas a gente sempre quer a perfeição, e isso ainda não conseguimos”, finaliza Ana Lúcia Lima.

Tocantins: grandes obstáculos e equipes guerreiras

Ao recordar os primeiros momentos da pandemia de covid-19 na rede estadual de ensino do Tocantins, a professora Markes Cristiana Oliveira Silva, superintendente de Educação Básica, é direta: “No início, foi desesperador”. A própria realidade socioeconômica era um obstáculo a ser superado, dificultando a oferta de aulas remotas por meio da televisão e, mais ainda, de modo *online* pela internet. Unidade federativa mais nova do Brasil, maior que a Nova Zelândia e com uma das mais baixas taxas demográficas do país, o estado também sente os reflexos das condições sociais de sua população. “O Tocantins já é um estado pobre. Temos nossas desigualdades, e as escolas fazem parte desse contexto”, explica a gestora.

Logo, a solução que despontou com maior potencial de alcançar a maioria dos estudantes foi o Roteiro de Estudos, uma ferramenta pedagógica com os objetos de conhecimentos de habilidades essenciais a serem adquiridos por crianças e jovens, elaborado pelos professores da rede estadual de ensino e entregue impresso ou com o uso das tecnologias. Os roteiros contemplavam estratégias, instrumentos e meios para a execução das atividades não presenciais das unidades de ensino. Dessa forma, constituía um dos itens utilizados para a contabilização da carga horária de cada ano e série.

“Mas, como chegar à casa dos alunos e das alunas?”, questiona Markes. O transporte escolar foi utilizado para encaminhar os materiais a regiões muitas vezes distantes e de difícil acesso. Ao mesmo tempo, os professores ligavam para orientar os pais e responsáveis, e, quando possível, recorriam aos grupos de WhatsApp. Os estudantes, por sua vez, tinham de imprimir as atividades, fotografar as lições concluídas e enviar para a escola. “Quando havia

apenas um celular na casa, a mãe precisava ir trabalhar e levava o celular”, lembra a educadora, para exemplificar as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Junto com os materiais, os professores também passaram a ir até as comunidades, a fim de realizar a busca ativa de crianças e jovens. “As equipes descobriram realidades que não conheciam: alunos que não tinham onde se sentar, que não contavam com o apoio dos pais ou responsáveis, por exemplo”, destaca Marques.

As escolas, por sua vez, tiveram de se reinventar no período de maior disseminação do coronavírus, tanto do ponto de vista do trabalho cotidiano como da perspectiva pedagógica, com a adoção do Roteiro de Estudos. “As equipes foram muito guerreiras; não deixaram ninguém para trás. Procuraram aluno por aluno para tentar sanar as dificuldades, para resolver os problemas identificados”, relata Celestina Maria Pereira de Souza, gerente de Currículo e Avaliação da Aprendizagem. “Ao mesmo tempo, vimos a necessidade de reordenamento curricular, ou seja, de fazer a análise das habilidades essenciais, que foram, então, priorizadas”, acrescenta.

Nesse sentido, a Secretaria elaborou um documento orientador com o propósito de subsidiar o planejamento pedagógico e a avaliação dos estudantes por parte das escolas. Esse documento foi balizado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Tocantins (DTC), articulando habilidades afins e garantindo a progressão do processo de ensino e aprendizagem em todos os componentes curriculares.

Ainda, a gestora Celestina destaca a importância da autonomia e do protagonismo dos docentes e das equipes escolares. “A tecnologia não foi nosso forte. Nosso carro-chefe foram as escolas e seus professores. Cada escola fez seu diagnóstico sobre quem poderia ser atendido de forma virtual e ficou livre para utilizar as ferramentas tecnológicas de que dispunha”, explica.

VÍNCULO COM OS ESTUDANTES

No primeiro e mais crítico ano da pandemia de covid-19, Tocantins contava com 157.200 estudantes matriculados, distribuídos em 493 unidades de ensino. Destas, 353 estavam localizadas na

zona urbana e 140, na zona rural. A maioria dos estudantes estava matriculada nos Anos Finais do Ensino Fundamental (73.373) e no Ensino Médio (60.082). Vale ressaltar, ainda, que o estado registrava 6.268 estudantes indígenas.

A professora Cristiane Mireile Bazzo de Pina era, então, diretora Regional de Ensino, atendendo 40 escolas no extremo norte do estado, na região do Bico do Papagaio. Trata-se, conforme ela mesmo explica, de uma região de realidade social bastante difícil e desafiadora. “Nossa Secretaria de Educação se destacou no que diz respeito ao trabalho de busca ativa e na manutenção do vínculo dos estudantes e de suas famílias com as escolas”, afirma a gestora, que, atualmente, é diretora de Gestão da Educação Básica. “As equipes escolares se reinventaram, foram criativas, apesar das dores e das perdas de cada um. Com isso, propiciaram um acolhimento que nos deixava emocionados”, acrescenta.

As principais estratégias do estado foram reunidas no Programa Evasão Escolar Nota Zero (PEENZ), que procurou assegurar o retorno dos alunos infrequentes, usando como metodologia o contato com os pais e responsáveis, e estudantes adultos por meio de ligação telefônica e da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente, importante ferramenta utilizada para a comunicação entre escola, Conselho Tutelar e Ministério Público.

Com a possibilidade efetiva de retorno às aulas presenciais, em 2021, as autoridades educacionais se debruçaram sobre a melhor abordagem a ser adotada. A publicação do decreto nº 6.211, de 29 de janeiro de 2021, autorizou a retomada da oferta de atividades educacionais presenciais, e as unidades de ensino foram orientadas a elaborar seus planos pedagógicos alicerçados na estratégia híbrida de ensino – ou seja, a metodologia que permite conciliar práticas pedagógicas da Educação presencial e não presencial.

Portanto, em um primeiro momento, o atendimento deveria ocorrer de maneira escalonada, contemplando 50% dos estudantes em sala de aula, enquanto os demais seguiriam orientados pelos roteiros de estudos na modalidade não presencial, ou mesmo por atividades mediadas pelo uso da tecnologia. Outra preocupação central era a articulação entre o currículo desenvolvido remotamente em 2020 e o currículo a ser colocado em prática a

partir de 2021, buscando minimizar possíveis perdas decorrentes do distanciamento social. Essencial, neste movimento, foram as ações de formação continuada promovidas pela Secretaria e pelas próprias unidades de ensino, assim como o planejamento das atividades escolares.

Além disso, o plano de retomada das aulas presenciais de cada escola deveria contemplar os protocolos de biossegurança e uma estratégia de acolhimento das crianças e dos jovens, depois de tanto tempo distantes dos docentes e dos colegas. Os planos também precisavam ser aprovados pelas comissões relacionadas à prevenção da covid-19, levando em consideração, o tempo todo, os indicadores de disseminação da doença nos diversos municípios.

RECOMPOSIÇÃO E AVALIAÇÃO

A retomada das aulas presenciais trouxe desafios específicos, mais precisamente, em relação à recomposição de aprendizagens e à avaliação dos estudantes. “O objetivo é encontrar caminhos para nivelar as aprendizagens para que não haja exclusão”, diz a professora Cristiane Mireile. “Não é possível seguir em frente com os alunos, de maneira satisfatória, sem saber quem está no básico, no intermediário ou no estágio mais avançado. A partir desse pressuposto, atuamos em três frentes: acolhimento, comunicação com a família e recuperação das perdas de aprendizagem dos alunos”, explica.

A secretária Marques, por sua vez, ressalta o fato de a rede estadual abranger famílias com realidades muito diferentes entre si. “Aqueles que tiveram acesso ao professor e à escola; outras que tiveram condições de dar apoio com o Roteiro de Estudo; aquelas que conseguiram assistir a aulas *online*; e, também, aquelas escolas que tentaram e não conseguiram. São várias realidades a partir das quais tivemos de trabalhar em 2022”, comenta.

Diante desse cenário, o Programa de Recomposição das Aprendizagens (Recomeçar) utiliza estratégias didáticas diferenciadas, envolvendo os espaços pedagógicos da escola, como a biblioteca, os laboratórios e as salas de recursos, e promove o engajamento dos estudantes na construção de materiais pedagógicos. A meta é

conquistar a equidade da aprendizagem, avaliada continuamente, o que inclui conhecer cada estudante e monitorar o trabalho desenvolvido por meio do núcleo gestor e dos professores, vistos como agentes com potencial para transformar a realidade escolar.

Todo esse trabalho, de acordo com a Secretaria de Educação, será estruturado e implementado com base em ciclos de proficiência, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, e vai incluir quatro eixos de trabalho: diagnóstico das aprendizagens no período crítico da pandemia; recomposição da alfabetização e do letramento matemático, com atividades em sala de aula; avaliações contínuas e monitoramento; e avaliação de saída a ser aplicada no final do processo.

“Os alunos são reavaliados a cada 15 dias, de acordo com as habilidades e competências propostas para o período, para que o professor analise se eles estão evoluindo no trabalho proposto”, destaca Markes. Ela enxerga um período de tarefas de grande envergadura pela frente, mas garante: “Precisamos acreditar. Nas formações antes da pandemia, víamos vídeos motivacionais que falavam sobre resiliência. Só fomos descobrir o que isso realmente significa durante a pandemia. Tivemos de nos reinventar, dar colo para quem precisava, enfrentar nossas próprias perdas aqui. Assim, a palavra de ordem é vivenciar a palavra resiliência. E, acreditar que vamos sair dessa situação – em um ano, dois, três, pois nosso estudante precisa de nós e nós precisamos nos fortalecer”.

Produção de documentação pelas Secretarias Estaduais de Educação

Ao longo dos meses de enfrentamento da pandemia de covid-19 na Educação, os estados e o Distrito Federal colocaram em prática uma ampla gama de ações, com impacto nas escolas e para além delas. Nesta publicação, buscou-se registrar as iniciativas de maior destaque, com base nos relatos de gestores e profissionais que estavam na linha de frente desse trabalho. Para saber detalhes e ter visão completa do que foi realizado, vale explorar os *sites* das Secretarias de Educação nos endereços a seguir, onde é possível encontrar legislações e normas, documentos, livros e periódicos, relatórios e avaliações.

Além disso, o Consed publicou informações desde o início do isolamento social, destacando as ações dos estados no enfrentamento da pandemia, a maior crise sanitária vivida pelo mundo neste século.

CONSED

<https://consed.org.br/coronavirus>

ACRE

www.educ.see.ac.gov.br

www.educ.see.ac.gov.br/pagina/retomadas-atividades-presenciais

ALAGOAS

www.educacao.al.gov.br

<https://escolaweb.educacao.al.gov.br>

AMAPÁ

seed.portal.ap.gov.br

www.edigital.ap.gov.br

AMAZONAS

www.educacao.am.gov.br

www.aulaemcasa.am.gov.br/

BAHIA

www.educacao.ba.gov.br

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/revista-apresentacoes-desenvolvidas-pela-secretaria-da-educacao-do-estado-em-2020>

CEARÁ

www.seduc.ce.gov.br

https://www.seduc.ce.gov.br/livros_tempos_pandemia/

DISTRITO FEDERAL

www.educacao.df.gov.br

www.educacao.df.gov.br/publicacoes-seedf/

ESPÍRITO SANTO

sedu.es.gov.br

<https://sedu.es.gov.br/escolar>

GOIÁS

site.educacao.go.gov.br

www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2182:resposta-educacional-a-pandemia-de-covid-19-goias-2020&catid=215&itemid=284

MARANHÃO

www.educacao.ma.gov.br
www.ma.gov.br/goncalvesdias/

MATO GROSSO

www.seduc.mt.gov.br
www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/16623943-editais?ciclo=

MATO GROSSO DO SUL

www.sed.ms.gov.br
www.protagonismodigital.sed.ms.gov.br/

MINAS GERAIS

www2.educacao.mg.gov.br
<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>

PARÁ

www.seduc.pa.gov.br/sitenovo/seduc
<http://ava.pa.gov.br>

PARAÍBA

paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia
<https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%3%a1gina-inicial/plano-de-educa%3%a7%c3%a3o>

PARANÁ

www.educacao.pr.gov.br/desvio.html
www.aulaparana.pr.gov.br/

PERNAMBUCO

www.educacao.pe.gov.br
<https://educape.educacao.pe.gov.br/>

PIAUI

www.seduc.pi.gov.br
www.canaleducacao.tv/

RIO DE JANEIRO

www.seeduc.rj.gov.br

<https://www.seeduc.rj.gov.br/aluno>

RIO GRANDE DO NORTE

www.educacao.rn.gov.br

www.educacao.rn.gov.br/conteudo.asp?tran=item&targ=241303&act=&page=0&parm=&lbl=acervo+de+mat%c9rias

RIO GRANDE DO SUL

www.educacao.rs.gov.br/inicial

<https://portal.educacao.rs.gov.br/aprende-mais>

RONDÔNIA

<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/>

<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/programas-e-projetos/projetos/conheca-o-projeto/>

RORAIMA

www.portal.rr.gov.br/index.php/component/sppagebuilder/?view=page&id=562

<https://www.transparencia.rr.gov.br/>

SANTA CATARINA

www.sed.sc.gov.br/index.php

<https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30754-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia>

SÃO PAULO

www.educacao.sp.gov.br

<https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br>

SERGIPE

www.seed.se.gov.br/oficial.asp

www.seed.se.gov.br/estudeemcasa/#/

TOCANTINS

www.to.gov.br/seduc

<https://www.to.gov.br/seduc/gestao/2m6awdo80tco>

A Fundação Santillana

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana, presente no Brasil desde 2008, atua na superação das desigualdades educacionais, com base na certeza de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, democrático, inclusivo e sustentável.

As ações promovidas compreendem a disseminação de conhecimentos para munir gestores de instituições públicas e privadas, professores e a sociedade civil com informações de qualidade em defesa da Educação de excelência para todos. Para tal, caminha ao lado de educadores e pesquisadores que constroem saberes na academia e nas salas de aula, sempre na fronteira do conhecimento. Também se dedica a parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Além disso, a Fundação Santillana realiza e apoia ações que contribuem para o desenvolvimento da Educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem. Fomenta ainda o debate plural sobre desafios e soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias em diferentes instâncias e regiões por meio da divulgação de análises, ideias, indicadores e boas práticas nas políticas públicas, assim como incentiva premiações que valorizam e reconhecem professores e gestores.

O Consed

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) é uma associação fundada em 1986 que reúne as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. Entre suas finalidades está a integração das redes estaduais de Educação e a articulação da participação dos estados na construção das políticas nacionais, além da colaboração entre as unidades federativas.

Por meio da Agenda da Aprendizagem, o Consed elenca, a cada dois anos, os temas prioritários de sua atuação. Também se organiza em Frentes de Trabalho, espaços integrados por gestores e técnicos das redes onde são discutidas soluções e compartilhadas boas práticas.

A pluralidade de ideias é uma das marcas do Consed, e o objetivo comum de seus integrantes é a Educação pública de qualidade.

Este livro foi composto nas fontes Milo e Milo Serif
e impresso em fevereiro de 2023.

COOPERAÇÃO



PARCERIA

consed

ISBN 978-85-63489-00-5



9 788563 489005

Para a Educação e aqueles que a valorizam no Brasil, vencer o longo período de incertezas provocado pela pandemia de covid-19 foi uma prova de confiança nos valores que a sustentam. Nesse quadro de urgências, a Fundação Santillana assumiu um desafio: contribuir e dar visibilidade aos conceitos, programas e iniciativas educacionais que promovem as necessárias inovações criadoras de que precisamos para transformar o presente e garantir novas realidades imagináveis. Esse é o espírito desta publicação, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): o que aprendemos com a pandemia? A pergunta admite respostas múltiplas, muitas ainda em elaboração. Estão reunidos aqui alguns desses aprendizados, desde a relevância das articulações intersetoriais até a constatação da gravidade da pobreza que afeta parte expressiva de nossos estudantes e suas famílias. Que os registros apresentados inspirem a transformação que o presente nos pede e que nossas crianças e jovens esperam que sejamos capazes de realizar.

André Lázaro

Diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana.